

ALMA E HISTÓRIA DAS RUAS DE APUCARANA

VOLUME I | FERNANDO KLEIN

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Klein, Fernando

Alma e história das ruas de Apucarana :
volume I / Fernando Klein. -- Apucarana, PR :
Ed. do Autor, 2022.

ISBN 978-65-00-42031-9

1. Apucarana (PR) - História I. Título.

22-105609

CDD-981.62

Índices para catálogo sistemático:

1. Apucarana : Cidade : Paraná : História 981.62

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

PREFÁCIO

A alma das ruas

Autor do renomado livro "A alma encantadora das ruas", o jornalista e escritor João do Rio (1881-1921) escreveu que as ruas não são simples vias públicas cercadas de casas, prédios, muros ou jardins, utilizadas por veículos e pedestres. "Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!"

Uma cidade não é uma massa inerte, formada tão somente de asfalto, concreto e ferro. A sua gênese traz ainda aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. São características intangíveis, mas fundamentais, com poder de moldar a personalidade de um povo.

As vias públicas contam a sua maneira as transformações urbanas e da sociedade. É um relato construído lentamente ao longo dos anos. Medidas importantes podem até ser assinadas e decididas em gabinetes fechados, mas se tornam realidade apenas no julgamento da rua.

Assim, a rua tem a faculdade de aprovar ou reprovar; de revelar luxos e misérias; alegrias e dores; amores e desilusões. A rua separa, mas também aproxima as pessoas. Há paz e também há desordem. A rua sente e pulsa. Na solidão, a rua é o último refúgio dos desesperados.

O livro "Alma e história das ruas de Apucarana" nasceu com o propósito de trazer a biografia de personalidades homenageadas com nomes de ruas, mas também de revelar detalhes da história que possam ajudar a compreender melhor o município hoje e as características de seu povo.

A maioria das ruas apucaraneses presta homenagem a pioneiros e figuras importantes da história do Paraná e do Brasil. Desenhada em 1936 pelo engenhei-

ro agrimensor russo Alexandre Razgulaeff a pedido da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), a planta original de Apucarana previa originalmente apenas 53 ruas. Todas receberam, no primeiro momento, nomes de cidades paranaenses.

A partir de 1944, o município começou a substituir as denominações, homenageando personalidades públicas. Poucas vias continuaram – e continuam - com sua nomenclatura original. É o caso das ruas Curitiba e Ponta Grossa, no centro. A maior parte das demais, no entanto, foi renomeada ao longo dos anos. O político paranaense Caetano Munhoz da Rocha foi o primeiro homenageado, dando nome a uma importante via pública da área central em 1944.

Esta "Alma e história das ruas de Apucarana" destaca, portanto, a trajetória dessas pessoas que contribuíram não apenas para o desenvolvimento do município, mas ajudaram a moldar a "alma apucaranesa".

FERNANDO KLEIN



Secretaria Municipal da Promoção
Artística, Cultural e Turística

ALMA E HISTÓRIA DAS RUAS DE APUCARANA

VOLUME I

FERNANDO KLEIN

APUCARANA | 2022



ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| 01 - Antônio Ostrensky , <i>o guardião dos ucranianos</i> _____ | 09 |
| 02 - Byington , <i>herança da estrada de ferro</i> _____ | 17 |
| 03 - O desbravador Carlos Schmidt _____ | 23 |
| 04 - Luiz José dos Santos , <i>o "Coronel Mamão"</i> _____ | 29 |
| 05 - O agrimensor Clóvis Fonseca _____ | 37 |
| 06 - Demétrio Moreira dos Santos , <i>Gorgó eterno</i> _____ | 43 |
| 07 - O coronel Elidio Stabile _____ | 51 |
| 08 - Pedro Firman Neto , <i>vocação para a política</i> _____ | 59 |
| 09 - Yoshinori Fukushima , <i>símbolo da cultura japonesa</i> _____ | 65 |
| 10 - O triste adeus de Horeslau Saviski _____ | 73 |
| 11 - Irmã Eleotéria , <i>uma vida dedicada à educação</i> _____ | 79 |
| 12 - A última ópera de Ítalo Ado Fontanini _____ | 85 |
| 13 - Miguel Simião , <i>o fazendeiro de 500 alqueires</i> _____ | 97 |
| 14 - Munhoz, Clotário, Erasto, João Cândido, Oswaldo e Gastão Seis ilustres nas ruas do centro _____ | 103 |
| 15 - Najib Daher , <i>o médico idealista</i> _____ | 117 |
| 16 - Octávio de Sá Barreto , <i>um intelectual entre nós</i> _____ | 125 |
| 17 - Osório Ribas de Paula : <i>passado, história e tradição</i> _____ | 133 |
| 18 - Com a palavra, Renê Camargo de Azambuja _____ | 139 |
| 19 - O assassinato do padre Severino Cerutti _____ | 145 |
| 20 - Talita Bresolin , <i>eterna "Luísa de Marillac"</i> _____ | 151 |
| 21 - Referências bibliográficas _____ | 157 |

CAPÍTULO

01

Antônio Ostrensky, *o guardião dos ucranianos*

Antônio Ostrensky nasceu em 18 de agosto de 1898 na aldeia de Makíivka, província de Tchernihiv, na Ucrânia. Sexto de onze filhos dos camponeses Pimon e Katherina Ostrensky, ele foi incentivado a estudar desde muito cedo. Embora de origem humilde, os pais tinham como preocupação a educação das crianças. Para reforçar os estudos, o casal conservava em casa um baú repleto de livros, que todos os filhos deveriam ler.

Estudioso e disciplinado, Antônio Ostrensky foi atraído pelos números. Após concluir a formação escolar inicial, formou-se em contabilidade. Ainda jovem, trabalhou em instituições bancárias na própria Ucrânia e também na vizinha Polônia. A ascensão do comunismo após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no entanto, mudou os seus planos e também de muitos ucranianos de sua geração.

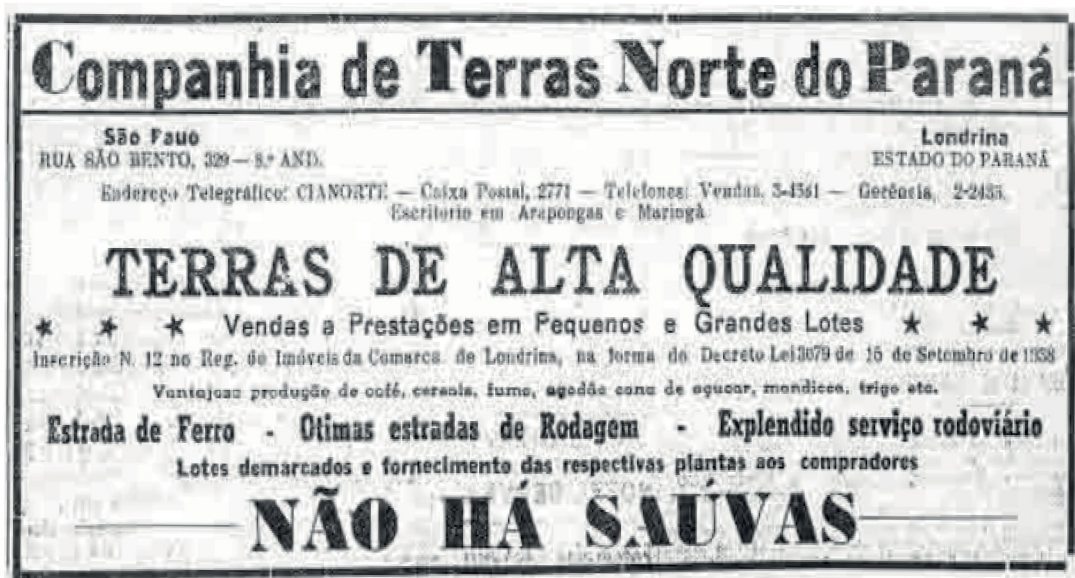
Anexada pela Rússia em 1922, a Ucrânia passou a formar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A dominação russa foi marcada por tensões permanentes e também tragédias humanitárias. Pelo menos cinco milhões de ucranianos morreram de fome entre 1932 e 1933 por conta de bloqueios no acesso a alimentos promovido pelo regime de Josef Stalin (1878-1953). O genocídio ficou conhecido como "Holodomor".

Diante desse quadro de convulsão social, política e étnica - além da perspectiva da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)-, Antônio Ostrensky decidiu deixar o país natal e começou a buscar alternativas para o seu futuro. Nesta época, chegou às suas mãos um panfleto da "Brazil Plantations Syndicate Limited", que fazia propaganda do que chamava de "terras livres de saúvas" no Brasil. No início do século XX, as formigas eram apontadas como grandes inimigas dos produtores rurais, principalmente de São Paulo. Os jornais paulistas chegavam a publicar com destaque "ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil". O inseto, porém, não era problema no norte do Paraná.

A "Brazil Plantations Syndicate Limited" foi fundada em Londres, Inglaterra, por Simon Joseph Fraser, conhecido como Lord Lovat (1871-1933), juntamente com outros acionistas. Lovat veio ao Brasil em 1923 na Missão Montagu, liderada por Lord Edwin Samuel Montagu, ex-secretário de finanças do tesouro da Inglaterra. O objetivo inicial da viagem era fornecer informações a banqueiros londrinos sobre a situação econômica do país após um pedido de empréstimo de 25 milhões de libras feito pelo governo brasileiro (pedido não atendido) e também para verificar áreas agrícolas para o plantio de algodão pela empresa "Sudan Plantations".



Antônio Ostrensky nasceu na província de Tcherniv, Ucrânia



Anúncio da Companhia de Terras Norte do Paraná em português: terras sem saúvas

Lovat foi convidado a visitar a região Norte do Paraná, onde percebeu a fertilidade das terras e sua potencialidade agrícola. Ao voltar a Londres em 1924, criou então a "Brazil Plantations Syndicate Limited". No ano seguinte, a empresa foi rebatizada de "Paraná Plantations Company" e sua subsidiária brasileira de Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Ainda em 1925, o governo do Paraná vendeu aos ingleses cerca de 500 mil alqueires de terras na região entre os rios Tibagi e Ivaí, no Norte do Estado.

Na Europa, a "Brazil Plantations Syndicate Limited" e depois a "Paraná Plantations Company" realizaram ações de propaganda para atrair imigrantes. Um desses panfletos chegou até Antônio Ostrensky. O Brasil, no entanto, não era desconhecido para ele. O seu irmão mais velho, Yossyp, já vivia no país há alguns anos. Após uma curta passagem pela Alemanha, ele veio para a América do Sul fugindo de perseguições políticas na Europa.

Yossyp montou a Tipografia Ostrensky Ltda. em São Paulo, onde Antônio Ostrensky desembarcou em 1930. Com apoio do irmão na capital paulista, ele conseguiu emprego rapidamente na Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná como almoxarife. Não demorou muito para crescer na empresa. Em pouco tempo, assumiu funções no escritório e depois foi contratado como contador.

Constituída em 1924, a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná chamava-se originalmente de Companhia Ferroviária Noroeste do Paraná, de propriedade de fazendeiros instalados na divisa dos estados de São Paulo e Paraná. Foi a responsável pela construção da estrada de ferro no trecho entre Ourinhos (SP) e Cambará (PR) em 1925.



Carteira funcional de Antônio Ostrensky na Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná

Como Lord Lovat havia decidido investir na região, a empresa foi adquirida pela Companhia de Terras Norte do Paraná em 1928. Os ingleses, imediatamente, deram sequência à construção da ferrovia rumo ao Norte do Paraná, inaugurando estações no Norte Pioneiro até chegar a Londrina (1934), Rolândia (1936), Arapongas (1941) e Apucarana (1942).

Antônio Ostrensky acompanhou a construção dos trilhos em direção ao Norte do Paraná e chegou a Londrina em 1932, já como contador da "Paraná Plantations Company". Mais tarde, a empresa seria conhecida na região apenas como Companhia de Terras Norte do Paraná, atuando na colonização das terras à esquerda do Paranapanema, entre os rios Tibagi e Ivaí.

Três anos após se instalar em Londrina, em 1935, ele teve uma iniciativa considerada bastante audaciosa por seus superiores. Solicitou à companhia a reserva de 5 mil alqueires na Gleba Barra Nova em Apucarana e se comprometeu a colonizar a área com imigrantes ucranianos. A ideia, que parecia fadada ao fracasso, acabou dando certo. No final de 1936, havia em torno de 100 moradores da etnia assentados na localidade, que pouco tempo depois foi rebatizada de Colônia Nova Ucrânia.

Antônio Ostrensky, o guardião dos ucranianos

Muitos ucranianos já moravam há anos no Paraná. Levas de imigrantes chegaram ao país entre o final do século XIX e o início do século XX. Inicialmente, estavam concentrados em Antônio Olinto, Cruz Machado, Prudentópolis, Mallet, entre outros municípios das regiões Sul e Sudeste do Estado, e começaram a procurar alternativas no Norte do Paraná, com o início da colonização nessa região.

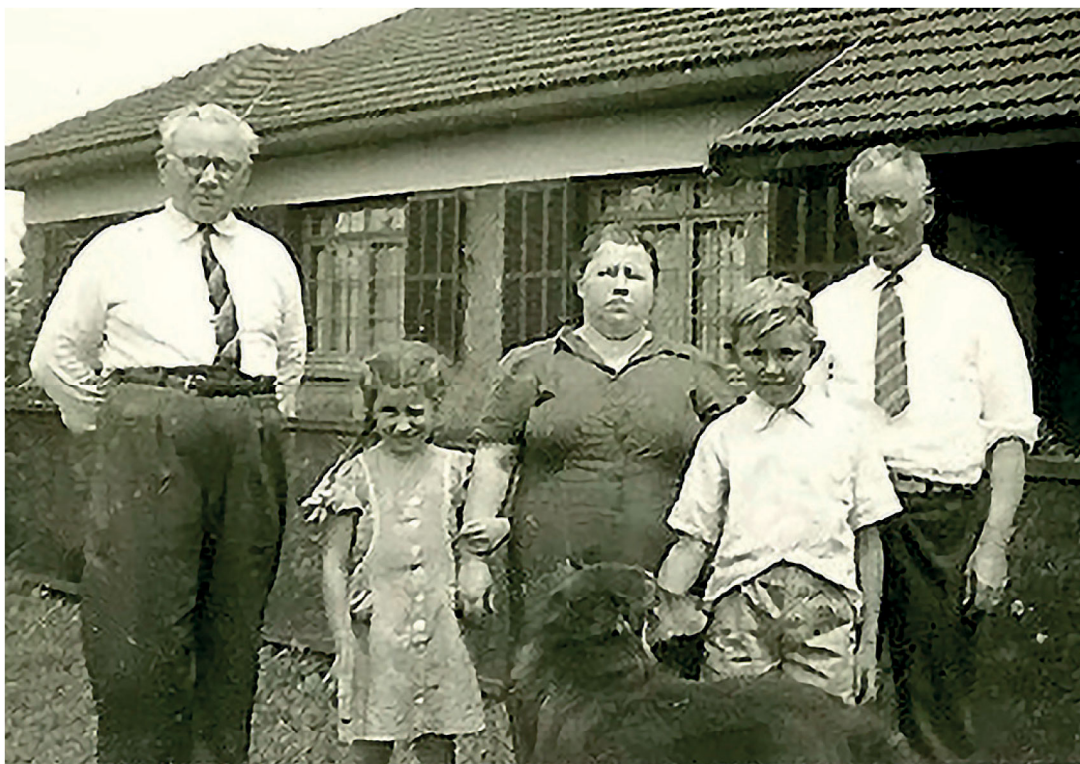
A colônia Warta, distrito de Londrina, foi um dos primeiros desses destinos. Antônio Ostrensky ouviu reclamações de alguns patrícios que moravam no local, originalmente reservado para abrigar poloneses. Convidados a morar em Apucarana, muitos deles decidiram se instalar na Gleba Barra Nova. Outros integrantes da colônia ucraniana de Rancharia, no Estado de São Paulo, também foram atraídos e passaram a integrar a nova comunidade.

No entanto, faltava ainda a Antônio Ostrensky trazer para Apucarana uma pessoa importante na sua vida. Quando saiu da Ucrânia, ele deixou no país natal a noiva Elizaveta Kulchynsky (1907–1963), com quem manteve contato apenas por carta. Ela desembarcou no país em 1937 e o casamento ocorreu no mesmo ano. A união do casal gerou dois filhos: Eugênio (1938–1994) e Halha (1941).

A maioria dos ucranianos cultivava trigo, aveia e outras culturas de inverno na Europa. No entanto, o café predominava no Brasil e os imigrantes da etnia também se renderam a essa cultura. Com Antônio Ostrensky não foi diferente. Ele



Antônio Ostrensky com outros funcionários em acampamento da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná



A família Ostrensky no Brasil em 1948. Da direita para a esquerda: Antônio Ostrensky, o filho Eugênio, a esposa Elizaveta, a filha Halha e o irmão de Antônio, Yossyp

adquiriu uma propriedade conhecida como Colônia Mineira, devido à origem dos agricultores que lá trabalhavam, e também investiu em cafezais. Nesta mesma localidade, o governo do Paraná criou, em 1995, a primeira Vila Rural do Estado, denominada "Vila Rural Nova Ucrania".

Foi ainda na Gleba Nova Ucrânia que o pioneiro criou a primeira Igreja Ortodoxa Ucraniana da região, além de ter contribuído para a construção da igreja Ortodoxa Ucraniana da cidade e também da Associação Escolar, assumida posteriormente pelo professor André Berezoski.

Os contatos com a pátria natal foram cada vez mais difíceis à medida em que o comunismo se instalava – a Ucrânia conseguiu sua independência da URSS apenas em 1991. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o fluxo de imigrantes para o Brasil aumentou muito e Antônio Ostrensky continuou contribuindo para acomodá-los em sua nova terra. Além disso, foi representante da União Agrícola Instrutiva no Norte do Paraná – uma tradicional entidade ligada aos ucranianos no Estado - e do jornal "O Lavrador", editado pela Sociedade Ucraniana do Brasil.

Antônio Ostrensky morreu em Londrina no dia 10 de agosto de 1954, com 56 anos, após longa e penosa luta contra um câncer nos pulmões. Após a sua morte, o filho Eugênio Ostrensky assumiu a administração da fazenda da família. Enge-



Vítima de um acidente de trânsito, Eugênio Ostrensky é ainda lembrado como estudioso na área de cafeicultura

nheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), trabalhou também no programa "Aliança Para o Progresso" e continuou com a cafeicultura, atuando paralelamente como consultor na área. O programa "Aliança Para o Progresso" tinha como foco o desenvolvimento socioeconômico da América Latina e foi formalizado na Carta de Punta del Este (Uruguai), assinada em agosto de 1961 por representantes de 23 países.

Por conta do seu conhecimento na cafeicultura, ele foi convidado a administrar a Fazenda Ubatuba, pertencente à família Schindler e uma das principais produtoras de café de Apucarana, onde permaneceu por vários anos. Com o tempo, tornou-se especialista na área e viajou para conhecer a cultura na África, América Central e em outros lugares do mundo.

Eugênio Ostrensky morreu aos 56 anos de idade, vítima de um acidente de trânsito em 1994 na cidade de Londrina. Mesmo vários anos após a sua morte, ele ainda é lembrado como referência na área de cafeicultura no Paraná.

Já Halha Ostrensky Saridakis construiu carreira acadêmica. Formada em farmácia e bioquímica pela Universidade Federal do Paraná (1963), mestre em ciências pela Universidade Victoria, de Manchester, na Inglaterra, e doutora em

ciências pela Universidade Federal de São Paulo (1994), ela trabalhou durante 43 anos na Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde ajudou a criar os setores de Microbiologia, incluindo os cursos de medicina, farmácia, agronomia e veterinária da instituição.

Antônio Ostrensky foi homenageado em 1961, dando nome a uma rua em Apucarana. A lei 69/1961 denominou a então Rua Lapa como "Rua Antônio Ostrenski", onde fica o Colégio Nossa Senhora da Glória. Na homenagem, o sobrenome foi grafado incorretamente, com o "i" no lugar do "y". O filho Eugênio Ostrensky também dá nome a uma rua na Vila Rural Nova Ukrania, após lei sancionada em dezembro de 1995.



CAPÍTULO

02

Byington, herança da estrada de ferro

***A** linha férrea divide a Rua Byington ao meio em Apucarana. Logo acima dos trilhos, está a Vila Nova; abaixo, o Jardim Trabalhista e o Núcleo Habitacional João Goulart. Após atravessar a estrada de ferro, a Rua Byington ressurge e cruza verticalmente a Avenida Aviação, o prolongamento da Avenida Central do Paraná. Unidas, essas duas avenidas - cada uma em sua extremidade - acompanham o traçado da linha férrea, separando bairros da periferia da parte mais "alta" da cidade.*



Byington Senior e Byington Junior: império industrial

Juntamente com a pioneira estação ferroviária da Barra Funda, inaugurada em 1º de novembro de 1942 e que recebeu o primeiro trem vindo de Ourinhos (SP) em 18 de abril de 1943, a Rua Byington é herança da ferrovia. No caso, a Estrada de Ferro Central do Paraná, que liga Apucarana a Ponta Grossa.

O nome da rua faz referência à empresa Byington & Cia, que foi contratada pelo governo do Paraná para a construção da ferrovia, considerada fundamental para escoar a produção agrícola e acabar com o isolamento do Norte do Paraná. A Byington & Cia instalou seus escritórios no município em 1950, justamente na rua que hoje leva o seu nome na Vila Nova, onde deu início à frente norte das obras.

A empresa foi fundada em 1903 pelo industrial Alberto Jackson Byington em São Paulo. O empresário nasceu em Elmira, estado de Nova Iorque (EUA), em 22 de janeiro de 1875 e morreu na capital paulista, em 17 de setembro de 1952. Naturalizado brasileiro em 1921, ele construiu um império industrial no país.

O grupo comandado pela família Byington foi um dos maiores conglomerados empresariais nacionais no início do século 20. Após construir fortuna no ramo de eletricidade, Alberto Jackson Byington ampliou seus investimentos nos mais diversos segmentos. Tendo como ponto de partida a Byington & Cia, originalmente especializada em exportação, ele passou a atuar na construção de ferrovias, obras de engenharia e saneamento, especulação imobiliária, rádio, cinema, mercado fonográfico, indústrias gráfica e moveleira, setor de laticínios, entre outras áreas. Em Santa Catarina, o grupo comandado pela Byington realizou uma de suas obras mais emblemáticas no Brasil: a construção da ponte Hercílio Luz, inaugurada em Florianópolis no ano de 1926.

Alberto Jackson Byington passou o comando dos seus negócios por volta de 1930 para o filho Albert Jackson Byington Jr., que nasceu em São Paulo em 18 de maio de 1902 e morreu em 16 de dezembro de 1964 no Rio de Janeiro. Após estudar história e literatura ibérica na Universidade de Harvard, em Cambridge, Inglaterra, ele voltou ao Brasil e matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, onde recebeu o diploma de advogado. No comando da empresa, Byington Jr. foi o principal responsável por essa política de diversificação nos investimentos, principalmente apostando na indústria do disco, rádio e cinema.

Alberto Byington Jr. ficou para a história do cinema brasileiro, entre outros motivos, por ter sido o produtor do primeiro filme nacional sonoro inteiramente sincronizado, "Coisas nossas" (Wallace Downey, 1931). Foi também criador dos estúdios cinematográficos Sonofilms e fundou ainda a Continental Discos em 1943, que marcou época no mercado fonográfico brasileiro. Ele também foi atleta. Em 1924, Alberto Byington Jr. competiu a prova de 110 metros com barreira nas Olimpíadas de Paris. A competição marcou a primeira participação de brasileiros nas provas olímpicas de atletismo.

Por meio da Companhia Colonizadora Byington, a empresa já comandada por ele foi ainda responsável pela formação dos municípios de Xambê, Altônia e Pérola, no Noroeste do Paraná. Pérola, inclusive, é uma homenagem a Pérola Ellis Byington, esposa de Alberto Jackson Byington, fundador da empresa, e mãe de Alberto Jackson Byington Jr. Natural de Santa Bárbara d'Oeste (SP), filha de imigrantes norte-americanos que vieram para o Brasil depois da Guerra de Secessão (1861-1865), ela construiu uma trajetória particular no país. Foi uma das fundadoras da Cruzada Pró-Infância, entidade que é considerada a maior instituição de assistência social de São Paulo, que deu origem ao Hospital Pérola Byington.

Esses municípios localizados na região Noroeste do Paraná foram projetados pela Companhia Colonizadora Byington após o recebimento de terras devolutas do governo estadual. As propriedades foram repassadas como pagamento à Byington & Cia pela primeira parte da construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

O contrato foi assinado em novembro de 1948 no primeiro governo de Moysés Lupion (gestão 1947-1951). O marco zero da obra foi implantado em Ponta Grossa em 1949, com o início dos trabalhos de terraplenagem. A frente norte das obras começou por Apucarana no final de 1950.

A construção da Central do Paraná permaneceu sob responsabilidade da Byington & Cia até 1957, quando o contrato com o governo estadual foi rompido já na segunda gestão de Moysés Lupion (1956-1961), por conta de atrasos nos pagamentos e descumprimento de cláusulas. A empresa concluiu somente 30 dos 330 quilômetros previstos, entregando o trecho entre Apucarana e Marilândia do Sul, deixando para trás ainda a construção do túnel 10, de 992 metros de extensão, considerado um dos mais complexos do empreendimento.

A obra ficou parada por 12 anos, sendo retomada em 1968 pela empreiteira CR Almeida no mandato de Paulo Pimentel (gestão 1966-1971). A inauguração do primeiro trecho da ferrovia, entre Apucarana e Mauá da Serra, ocorreu em 9 de outubro de 1973, com a presença do então ministro dos Transportes Mário Andreazza e também do imigrante japonês Yoshinori Fukushima, de Apucarana, que se tornou um dos símbolos dessa ferrovia (leia mais sobre o assunto no capí-



"Folha de Apucarana", de 28 de maio de 1950, notícia projeção de início das obras da ferrovia

tulo dedicado a esse pioneiro). A conclusão até Ponta Grossa demorou mais dois anos. A obra foi completamente entregue em 12 de março de 1975, com a solenidade de colocação do último dormente e a primeira viagem entre Apucarana e Ponta Grossa, no final do governo de Emílio Gomes (gestão 1973-1975). Apenas em fevereiro de 2020, a CR Almeida recebeu o pagamento de um precatório de R\$ 2,3 bilhões do governo paranaense pela conclusão do empreendimento, após longa batalha judicial.

Segundo o historiador e museólogo Ninger Marena, a Byington & Cia mantinha escritórios em Apucarana nas imediações da indústria de laticínios Upa-Leite, na Vila Nova. A rua passou informalmente a ser chamada de "Rua da Byington e Cia" pela população e, depois, simplificada para "Rua da Byington". O nome "Rua Byington" foi oficializado após publicação de decreto pela prefeitura em 1951.

A instalação da empresa no município foi saudada na época pelas autoridades e imprensa. O jornal "Folha de Apucarana", na edição de 21 de maio de 1950, destacou a chegada de máquinas para o início da construção da ferrovia, após entrevista com o engenheiro da Byington & Cia, José Marques de Andrade. Segundo o funcionário, Apucarana receberia "nada menos do que quarenta moderníssimas máquinas para a consecução da maior obra até hoje empreendida por um governo no Estado, que seja a Estrada de Ferro Central do Paraná".

Na edição de 28 de maio de 1950, a "Folha de Apucarana" voltou a destacar a projeção de início das obras: "É com prazer que este jornal leva ao conhecimento de seus inúmeros leitores o início, para dentro de breves dias, das obras da Estrada de Ferro Ponta Grossa-Apucarana". O texto de capa informava que dois engenheiros da Byington & Cia estavam na cidade para conversar com outro técnico da empresa, já instalado em Apucarana, para discutir sobre o início dos trabalhos.

Em 17 de julho de 1950, a "Folha de Apucarana" noticiou novamente sobre a obra: "Finalmente, em setembro próximo dar-se-á início nesta cidade, a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná". O texto destacava a importância da presença da Byington & Cia para o desenvolvimento do município. "O emprego do vultoso capital, por certo, muito influirá na prosperidade de Apucarana, dès que serão empatados aqui, mais de dez milhões de cruzeiros".

A inauguração da Central do Paraná transformou Apucarana em ponto logístico estratégico no Estado, pois o município passou a ser sede de um entron-



Estrada de Ferro Central do Paraná foi totalmente concluída apenas em 1975

cimento rodoferroviário – em 1965 já havia sido inaugurada a Rodovia do Café (BR-376), ligando o município até Ponta Grossa.

A Byington & Cia não deixou investimentos em Apucarana após o rompimento do contrato com o governo estadual em 1957. Com o repasse de terras na região Noroeste do Estado como pagamento pela primeira parte da obra, a empresa voltou-se para a colonização da região de Xambrê. Em Apucarana, a “Rua Byington” tornou-se uma das únicas lembranças da presença no município do maior conglomerado industrial do Brasil no início do século 20.

Além da Rua Byington, outra importante via pública é herança da linha férrea em Apucarana. A Avenida Central do Paraná foi criada em decreto municipal publicado em 15 de dezembro de 1949. O nome faz referência direta à ferrovia ligando Apucarana a Ponta Grossa, construída inicialmente pela Byington e depois concluída pela CR Almeida.

CAPÍTULO

03

O desbravador **Carlos Schmidt**

Carlos Schmidt integra o grupo de primeiros moradores de Apucarana. Ele chegou em 1936, juntamente com uma leva de pioneiros de várias regiões do Brasil e também de outros países, principalmente da Ucrânia e Japão. Ele se instalou no futuro município pouco depois de Joaquim Vicente de Castro, de quem obteve abrigo na sua chegada e também de quem emprestou um cavalo de montaria para percorrer as terras colocadas à venda pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Joaquim Vicente de Castro chegou a Apucarana pela primeira vez em 1934, antes de assumir como primeiro prefeito nomeado de Londrina em dezembro daquele mesmo ano. Ele adentrou pela mata praticamente virgem na companhia do amigo Augusto Jopert e, depois de conhecer a área, adquiriu uma propriedade nas proximidades do primeiro marco divisor de terras de Apucarana, onde posteriormente fundou a Fazenda Juruba.

Vicente de Castro fixou moradia em Apucarana já em 1935 e se auto-denominava como "o primeiro pioneiro" do município, classificando Carlos Schmidt como "o segundo pioneiro", embora outros desbravadores possam reivindicar esse posto. É o caso de Benevides Mesquita, que também chegou em 1934, como preposto da Companhia de Terras Norte do Paraná.



Carlos Schmidt chegou a Apucarana em 1936

A região de Apucarana, no entanto, não era totalmente desabitada até a chegada desses pioneiros. Alguns moradores viviam em ranchos de palmito no meio da mata. Essas pessoas foram expulsas com a comercialização das terras pela CTNP ou saíram voluntariamente após a passagem de Benevides Mesquita, que foi contratado para fazer justamente o levantamento cadastral desses intrusos e convencê-los a partir.

O ano de 1936 pode ser considerado o marco inicial do povoado de Apucarana. Além de Carlos Schmidt, chegaram ao futuro município inúmeros desbravadores das mais diversas etnias e origens.

Filho de suíços, Carlos Schmidt nasceu em 10 de agosto de 1879 na cidade de Joinville, Santa Catarina. Ainda em solo catarinense, conheceu a esposa Elly Redin, que nasceu em 1887 na localidade de Lençol.

O casamento ocorreu em 21 de setembro de 1907 na terra natal da esposa, em uma modesta igreja de madeira. O casal teve seis filhos: Leopoldo, Lauro, Rodolfo Ricardo, Luiza, Elfrieda e Linda.



Foto da família nas comemorações de Bodas de Ouro do casal Carlos e Elly Redin

A propriedade da família – a Fazenda Santo Ângelo – contava com mais de 200 alqueires. Abrangia uma área que vai do Parque Ecológico da Raposa até a região do Núcleo Habitacional Sumatra e também do Colégio Agrícola Interventor Manoel Ribas. Na sede da fazenda, o pioneiro construiu uma das primeiras serrarias do município. O empreendimento garantiu o fornecimento de grande quantidade de madeira para a construção de residências destinadas aos novos moradores.

A empresa familiar cresceu e foi transformada em sociedade anônima em dezembro de 1950 com o nome de "Serrarias Carlos Schmidt S.A", agregando em um único CNPJ as serrarias Santo Ângelo, Lageadinho e São Carlos.

Na Fazenda Santo Ângelo, Carlos Schmidt construiu uma das primeiras casas de alvenaria de Apucarana. Cor de rosa, o resplandecente imóvel virou marca registrada na paisagem rural do município e ainda chama atenção, embora o desgaste provocado pelo tempo tenha apagado a sua tonalidade original. Além do imóvel na sede, a propriedade reunia dezenas de outras casas, a maioria de madeira, onde viviam os funcionários da serraria e da fazenda, além de famílias que arrendaram terras para cultivo. No local, havia também um mercado para fornecer mantimentos a esses trabalhadores e outras benfeitorias.

A represa da Fazenda Santo Ângelo – também chamada apenas de Fazenda Schmidt pelos moradores -, passou a ser conhecida como "Represa do Schmidt", assim como a "Mata do Schmidt", no acesso ao Parque Ecológico da Raposa.



Construída por volta de 1940, sede da Fazenda Santo Ângelo ainda permanece em pé na região do Parque da Raposa

O pioneiro oriundo de Santa Catarina participou ativamente da vida social e política de Apucarana. Em 1943, integrou a comissão dos 200, o grupo de 19 pioneiros que providenciou a doação de 200 cruzeiros cada um para o movimento pró-emancipacionista de Apucarana. Em 1947, concorreu a vereador, mas ficou na suplência.

Iniciou a construção do "Apucarana Palace Hotel", juntamente com o genro Marino Pereira, ex-prefeito do município (gestão 1959-1963), casado com sua filha mais nova, Linda. A obra acabou paralisada na segunda laje, sendo assumida posteriormente pelo pioneiro José de Oliveira Rosa, então presidente da Companhia de Melhoramentos de Apucarana e proprietário da Casa Rosa S/A. A inauguração do hotel ocorreu em janeiro de 1969 e o negócio foi administrado pela família Rosa até outubro de 1980.

Por conta de sua força financeira e também por seu pioneirismo, Carlos Schmidt mantinha destaque nas páginas sociais dos jornais. Em texto publicado na edição de 7 de agosto de 1949, com o título "Carlos Schmidt, o lídimo desbravador", a "Folha de Apucarana" tecia um longo elogio ao industrial: "Quando nem se pensava em Apucarana-cidade, quando a penetração se fazia por entre picadas acessíveis, tão somente a grosseiras carretas, quando o sol, impedido pelas folhagens de matas colossais, não podia beijar a terra e deitar-lhe os raios como acontece agora, quanto as toscas habitações de palmito e madeira lascada constituíam a habitação de uns poucos moradores, quando, enfim, apenas em sonho

poder-se-ia conceber o aparecimento de uma cidade que é a nossa cidade, vinha Carlos Schmidt trazer seus vigorosos braços, a fim de empregá-los na edificação de uma das mais progressistas urbes que possui a Terra dos Pinheiros. Carlos Schmidt foi um sonhador, mas não ficou nisto, porque é um realizador".

Na edição de 15 de setembro de 1957, o "Correio do Lavrador" destacava na capa a comemoração das suas Bodas de Ouro com Elly Reddin Schmidt, com fotos e histórico do casal. Ainda em setembro de 1957, Carlos Schmidt recebeu da Câmara o título de Cidadão Honorário de Apucarana. O projeto de lei foi apresentado pelo então vereador Agostinho José Vieira.

Na justificativa, ele afirmou que o reconhecimento público ao pioneiro se devia a sua "colaboração material e moral para as realizações sociais e filantrópicas" de Apucarana. "A cidade, em sua feição urbanística, atesta o seu trabalho. As primeiras casas construídas, na formação da sua urbe, trazem o estilo típico do sul, de onde proviera. A serraria que explorou, com ingentes sacrifícios, muito colaborou para a sua formação", diz o texto.

DR. HAYTON LEE SWAIN
ADVOGADO

ACEITA CAUSAS: TRABALHISTA - CIVIL (Inventários e Arrolamentos) - Contratos Judiciais, etc.

Consultor Jurídico do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Escritório: PRACA RUY BARBOSA (Edifício Banco do Estado do Paraná)

Realização: Rua Prudentópolis, Luz Verde de Chôco 28 (Antiga) APUCARANA

Correio do Lavrador

AMOR AO TRABALHO, A JUSTIÇA E A VERDADE

Proprietário fundador: **DR. DE SÁ BARRETO** Diretor Responsável: **JOSÉ CANELLA BAUTTI**

Ano VI Redação e Administração: **Organização Globo Ltda.** Est. Paraná Editado pela "Gráfica Popular Ltda." e impresso em suas oficinas. Rua Prudentópolis, 457 N.º 299 Caixa Postal, 445.

APUCARANA Domingo, 15 de Setembro de 1957. Ex. Postal, 445 - APUCARANA

1.º TABELIONATO

DE

Adriano Corrêa

ESCRITURAS - CONTRATOS - PROCURAÇÕES

Uma Tradição a Serviço do Público

Praca Rui Barbosa - Edifício BANESUL - Ex. Postal, 445 - APUCARANA

«BODAS DE OURO»

No próximo sábado, 21 de setembro, serão comemoradas nesta cidade as bodas de ouro do distinto e mui querido casal **Elly Reddin Schmidt-Carlos Schmidt**.



Sr. Carlos Schmidt

Este acontecimento, de suma importância para a sociedade apucaranesa, tocou-nos no mais recôndito de nossos corações, porque, além de reconhecermos

Portanto, a nossa alegria é uma alegria exposta, uma alegria sincera, uma alegria do coração. Imanamo-nos todos para compartilhar com a família Schmidt, da grande e natural alegria que deverá reinar no dia 21 DE SETEMBRO DE 1957.

Da velha Suíça para o nosso querido Brasil vieram os ancestrais Schmidt.

Em 10 de agosto de 1879, na cidade de Joinville, Estado de Sta. Catarina, nasceu CARLOS SCHMIDT.

Em 28 de julho de 1877, na cidade de Lençol, também Est. de Sta. Catarina, nasceu Dna. ELLY.

E anos passados, numa modesta igreja da cidade de Lençol, uniam-se matrimonialmente CARLOS SCHMIDT-ELLY REDDIN SCHMIDT.

Hoje, passados 50 anos desta bendita e feliz união, eis o que se nota: sobre as cabeças desse casal, fios de cabelos brancos, sinal de luta, trabalho e respeito; de outro lado, a família numerosa, resultante do enlace ocorrido a 21 de setembro de 1907.

São filhos do distinto casal Schmidt:

Leopoldo - casado com a sra. Zaira Cesar Schmidt.

Lauro - casado com a sra. Maria José Pedrosa Schmidt.

Rodolfo Ricardo - solteiro.

Luiza - viúva do saudosíssimo Sr. Antônio Montenegro Gomes.

Elfreda - casada com o sr. Oswaldo Thá e

Linda casada com o Dr. Marino Pereira, nossos queridos companheiros.



Sra. Elly Reddin Schmidt

têm feito à sociedade de Apucarana e, ao mesmo tempo, nossos parabéns pela maneira maravilhosa, exemplar, com que souberam amoldar seis (6) corações para que eles continuem praticando e semeando o bem em seus próprios nomes, em nome de seus queridos pais, em nome de Deus.

Que Deus cubra de bênçãos eternas o lar do Sr. Carlos Schmidt e da Dna. Elly Reddin Schmidt.

Modesta e sincera homenagem do Lions Club de Apucarana

Jornal "Correio do Lavrador" destaca Bodas de Ouro do casal na edição de 15 de setembro de 1957



Carlos Schmidt (o primeiro da direita para a esquerda) participa da solenidade de inauguração da BR-376 ao lado do governador Ney Braga e outras autoridades

Em 1962, Carlos e Elly Schmidt ainda receberam da Câmara o título de Bodas de Ouro, já comemorado anteriormente, juntamente com outros casais de pioneiros do município. Três anos depois, ele foi convidado de honra do governador Ney Braga (gestões 1961-1965 e 1979-1982) para a solenidade de inauguração da BR-376 (Rodovia do Café), ocorrida em 25 de julho de 1965.

Carlos Schmidt morreu em 8 de fevereiro de 1966, aos 86 anos. Foi velado na casa cor de rosa da fazenda, onde sempre viveu em Apucarana. Seu corpo está sepultado no Cemitério Cristo Rei.

Em 4 de março de 1966, o prefeito Alvaro Anibal Lautenschlager (gestão 1963-1966) sancionou a lei 01/1966, denominando de Avenida Carlos Schmidt o trecho da Avenida Curitiba compreendido entre o pátio da Estrada de Ferro Central do Paraná (E.F.C.P) até a Avenida Paraná.

A imensa propriedade foi loteada ao longo das décadas, formando inúmeros bairros residenciais e núcleos habitacionais, incluindo a Vila Schmidt, que leva o seu sobrenome. Uma parte da fazenda foi desapropriada pelo município para criação do Parque Ecológico da Raposa. Outros terrenos foram desmembrados, sendo doados ou comercializados a preços abaixo do mercado imobiliário à Prefeitura para a construção do Colégio Agrícola Manoel Ribas—na época ainda escola rural - e também do primeiro aeroporto do município, chamado apenas de campo de aviação, na região onde fica hoje o Sesi (Serviço Social da Indústria).

CAPÍTULO

04

Luiz José dos Santos, o "Coronel Mamão"

Uma multidão tomou as ruas de Apucarana naquela sexta-feira, 28 de janeiro de 1944, para receber o primeiro prefeito do município, o tenente da Polícia Militar do Paraná, Luiz José dos Santos. Famílias inteiras saíram de casa para acompanhar a comitiva de autoridades convidadas para prestigiar a instalação oficial do município.

Apucarana entrava no mapa paranaense com amplo território -18.658,06 km²-, somando na época 58 distritos e patrimônios que hoje são municípios, como Maringá, Mandaguari, Umuarama e Peabiru, entre outros.

A instalação do município ocorreu após ampla mobilização dos pioneiros, que lutaram para que Apucarana conquistasse sua emancipação política e administrativa de Londrina. Com a chegada do primeiro trem em 18 de abril de 1943 e a afluência de moradores de vários países e de inúmeras regiões do Brasil, o sentimento pró-emancipacionista cresceu.



Luiz José dos Santos foi o primeiro prefeito de Apucarana em 1944

Pioneiros criaram a chamada "Comissão dos 200", que previa a doação de 200 cruzeiros por integrante para custear viagens e outras despesas em prol do movimento. O grupo arrecadou 3,8 mil cruzeiros, com apoio de 19 pioneiros.

Havia um descontentamento generalizado por conta do abandono do povoado pela administração municipal de Londrina. Os líderes do movimento reuniam-se semanalmente na sede do Grêmio Esportivo e Recreativo Apucararense (Gera) para planejar suas ações.

A visita do interventor Manoel Ribas a Apucarana, em 22 de julho de 1943, foi o momento ideal para apresentar a proposta de emancipação. O clima ficou favorável ao empreendimento nos meses seguintes. Em 8 de dezembro de 1943, Dom Ernesto de Paula, bispo da Diocese de Jacarezinho, criava a Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, aumentando os argumentos dos pioneiros pela "independência". Em 30 de dezembro de 1943, o interventor Manoel Ribas comunicou por meio de telegrama a assinatura do decreto-lei número 199, que criava o município e, ao mesmo tempo, a comarca.

A ata de instalação do município em 28 de janeiro de 1944 trazia o seguinte texto: "Aos 28 dias do mês de janeiro de 1944, no edifício do Paço Municipal, nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, sob a presidência do primeiro tenente Luiz

José dos Santos, prefeito municipal, na forma da lei, reuniram-se em sessão solene as autoridades e pessoas gradadas, com significativa assistência, para o fim de declarar efetivamente em vigor para todos os efeitos, a partir desta data até 31 de dezembro de 1948, o novo quadro territorial da República fixado para o Estado com o decreto-lei número 199, de 30 de dezembro de 1943, de conformidade com as normas legais estabelecidas na Lei Orgânica Nacional número 311, de 02 de março de 1938, na parte referente às circunscrições que têm por sede esta cidade e os demais distritos que compõem o seu município".

Após o Hino Nacional, o prefeito nomeado leu aos presentes um texto padrão da Presidência da República, assumindo oficialmente o cargo de prefeito: "Na forma da lei e de acordo com o rito previsto, tendo em vista a salvaguarda jurídica dos interesses do povo, o resguardo da tradição histórica da nação e a solidariedade que deve unir todos os brasileiros em torno dos ideais superiores da mesma Pátria una e indivisível, bem organizada para bem defender-se, culta e progressista para fazer a felicidade de seus filhos, eu, primeiro tenente Luiz José dos Santos, prefeito municipal deste município, em nome do Governo do Estado, declaro confirmados para todos os efeitos, no quadro territorial desta unidade da Federação Brasileira, segundo disposto da Lei Orgânica Federal número 311, de 02 de março de 1938 e no Decreto Estadual número 199, de 30 de dezembro de 1943, todas as circunscrições que têm por sede esta localidade que ora recebe os foros de cidade, bem assim os demais distritos deste município, ficando as respectivas sedes investidas ou mantidas na correspondente categoria de vila. Assim fica registrada na história da Pátria, para conhecimento de todos os brasileiros, a perpétua lembrança das gerações vindouras. Honra ao Brasil uno e indivisível! Paz ao Brasil rico e forte! Glória ao Brasil desejoso do bem e do progresso nos melhores sentimentos de solidariedade humana".

O tom ufanista e nacionalista do texto fazia total sentido naquele momento histórico brasileiro. O país vivia o Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 e que vigorou até 31 de janeiro de 1946. A "Ditadura Vargas" era caracterizada justamente pela centralização do poder, nacionalismo e autoritarismo. O tenente Luiz José dos Santos foi indicado para o cargo pelo interventor federal do Paraná, Manoel Ribas, que administrou o Estado entre 1932 e 1945.

As poucas fotografias do dia da solenidade de posse mostram o prefeito nomeado em frente a uma multidão no percurso entre a então Praça Platina (hoje Praça Interventor Manoel Ribas) e a Praça Palmas (hoje Praça Rui Barbosa), onde ficava a Prefeitura. Na época, o prédio da administração municipal não passava de um simples barracão de madeira, com uma fachada de alvenaria. A atual prefeitura, na Rua Erasto Gaertner, foi inaugurada somente em 1969.

O semanário "O Clarim", o primeiro jornal de Apucarana, abordou a solenidade de instalação do município apenas na edição de 29 de outubro de 1945. O periódico havia circulado pela primeira vez em 25 de fevereiro de 1945, mais de um ano após o evento. "A instalação do município decorreu festivamente, tendo toda a população, sem distinção de classe, acolhido carinhosamente o seu primeiro prefeito e seus auxiliares vindos diretamente de Curitiba para pôr em prática a máquina administrativa do jovem município", dizia o texto. A demora na cobertura era reflexo das divergências



Multidão recepciona o prefeito nomeado em 28 de janeiro de 1944

Luiz José dos Santos, o "Coronel Mamão"

políticas do seu proprietário, José Ribeiro de Souza, com o prefeito nomeado. Como o país vivia a "Ditadura Vargas", o jornal acabou alvo de censura e, como consequência, acabou fechando as portas em 22 de dezembro de 1945.

A escolha do tenente Luiz José dos Santos para administrar Apucarana seguia um padrão. O interventor Manoel Ribas costumava designar militares para as prefeituras visando impor ordem e reforçar o caráter do Estado Novo. O fechamento do jornal estava nesse contexto político.

O porte físico avantajado do primeiro prefeito de Apucarana chamava atenção da população. Alto e encorpado, ele recebeu entre os moradores o apelido de "Mamão" por conta de sua compleição física. Anos mais tarde, o apelido virou até nota de jornal. Enaura de Carvalho Silvério, editora e proprietária da "Gazeta de Apucarana", ironizou o físico avantajado do administrador: "Apucarana é tão fértil que produz mamão de 130 quilos".

Luiz José dos Santos nasceu em Curitiba no dia 22 de janeiro de 1903. Casado com Maria Bueno da Rocha e pai de cinco filhos (Oliva, Odila, Ovande, Odeia e Omar), ele ocupou o cargo de prefeito nomeado por menos de dois anos. Saiu em 14 de outubro de 1945 e foi substituído nos dois anos seguintes por mais quatro prefeitos indicados: Wilson Franco Lucena, João Batista Alberto Gnoato, Élio Boneto e Adelino Honório Correia. A primeira eleição para prefeito ocorreu em 1947, quando foi eleito Carlos Massaretto.



Primeiro prédio da Prefeitura ficava na Praça Rui Barbosa em um acanhado imóvel

Antes de chegar a Apucarana, o tenente desempenhava a função de comandante da Segunda Companhia do 1º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar do Paraná, na capital. No entanto, não era a sua primeira incursão no Norte do Paraná. Ele já havia atuado como delegado regional em Londrina, onde conseguiu, em um primeiro momento, popularidade por auxiliar na campanha pela construção da Irmandade Santa Casa em 1940. Por outro lado, foi protagonista do fechamento do jornal "Folha Sul" em 1942, por conta de um editorial crítico a Manoel Ribas. Na época, era comum que policiais militares fossem designados para assumir ou trabalhar em delegacias de polícia.

Depois da experiência como prefeito nomeado de Apucarana, ele atuou novamente em Londrina como delegado especial junto ao Departamento de Terras e Colonização no Norte do Paraná em 1949. Sua função era vigiar as terras públicas do governo e evitar invasões.

Transferido para reserva no posto de tenente-coronel, Luiz José dos Santos voltou a Apucarana em 1951 para participar de uma das eleições mais disputadas da história do município em 22 de julho daquele ano. Convocado para formar a "Coligação da Vitória", formada por PSD, UDN, PR e PST, ele enfrentou no pleito o médico Dagoberto Pusch, do PTB, partido de Getúlio Vargas. O ex-presidente havia voltado ao poder em 1950 pelas mãos do povo após sua queda em 1945 com o fim do Estado Novo. Em Apucarana, Getúlio Vargas havia obtido a expressiva votação de 4.016 votos (69,3% do total). Por isso, o ex-prefeito era considerado o nome ideal para disputar a eleição com o médico.



Prefeito Luiz José dos Santos e governador Bento Munhoz da Rocha com outras autoridades na inauguração do Fórum Desembargador Clotário Portugal em 1953

Luiz José dos Santos, o "Coronel Mamão"

A campanha foi acirrada, com muita maledicência e provocação. O clima de tensão tomou conta da população durante a apuração dos votos, realizada no primeiro fórum, localizado na atual Rua Munhoz da Rocha. Ao final, Luiz José dos Santos venceu por apenas três votos de diferença: 3.488 contra 3.485 de Dagoberto Pusch.

O novo prefeito se elegeu com o mote: "Com Deus e com o povo, para prefeito Luiz José dos Santos". Como era tenente-coronel, passou a ser conhecido como o "prefeito Coronel Luiz José dos Santos". Eleito nas urnas, ele mudou seu perfil. Saiu o estilo militar do uniforme cáqui da primeira gestão e entrou o político com ternos bem cortados de linho ou de casimira. O tom sisudo também foi amenizado para um estilo mais bonachão. A piada de Enaura de Carvalho Silvério, chamando-o publicamente de "Mamão", foi publicada durante o segundo mandato e o prefeito levou a caçoada na "esportiva". Não eram mais os tempos da ditadura de Getúlio Vargas...

Se em 1944, Luiz José dos Santos tratou de iniciar a vida administrativa do município, com a estruturação da prefeitura e a abertura de ruas e estradas; entre 1951 e 1955, ele focou na resolução do problema de escoamento das águas pluviais da cidade, que provocavam erosões e valetas, e também na realização de algumas obras, incluindo a construção de escolas municipais e das praças Rui Barbosa e Interventor

Manoel Ribas (Redondo). Nesta última, estão instalados – lado a lado - dois bustos, um do interventor e outro do próprio Luiz José dos Santos. "O povo é o melhor fiscal dessa praça". A frase costumeiramente usada pelo tenente-coronel está estampada no monumento.

Foi na sua segunda gestão que a velha capela de madeira na Praça Rui Barbosa foi demolida, provocando lágrimas em muitos pioneiros, para o início do ajardinamento com a construção da nova matriz. Foi também por ordem do tenente-coronel que a estação de ônibus foi demolida de madrugada, sob o protesto de feirantes que chegavam para trabalhar no local.



Busto do Coronel Luiz José dos Santos na "Praça do Redondo"

O primeiro aeroporto de Apucarana, na região do atual Núcleo Habitacio-

nal Castelo Branco, foi outra obra desse mandato. A construção, a propósito, motivou a criação da Rua Aviação, oficializada em decreto publicado em 4 de junho de 1951.

Em 1954, ainda prefeito, concorreu a deputado estadual pelo PRP. Com 2.261 votos, ficou na primeira suplência e chegou a assumir em 1956 uma cadeira na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Voltou a tentar o cargo de deputado estadual em 1958, mas obteve apenas 1.440 votos, ficando na 11ª suplência.

Luiz José dos Santos morreu em Curitiba, sua cidade natal, em 20 de abril de 1961, aos 58 anos, onde está sepultado. Em Apucarana, dá nome a uma rua no Bairro 28 de Janeiro. A lei 24/1961 foi publicada em 30 de junho daquele ano, denominando como Rua Coronel Luiz José dos Santos a então Rua Higienópolis. Ele também nomeia um colégio estadual de campo no Distrito do Pirapó. É ainda nome de rua em Curitiba.

A SEMANA
— JUSTIÇA À LUZ DA VERDADE —
Diretor Proprietário: Dr. Antonio Jesús Bichara

Ano I | Apucarana, Paraná — Sábado, 22 de Abril de 1961 | N. 1

Falecimento Coronel Luiz José dos Santos

Apucarana recebeu, consternada, a notícia do falecimento repentino do Coronel Luiz José dos Santos, ocorrido em Curitiba no dia 20 do corrente, vítima de mal súbito.

Chefe de família modelo, brilhante oficial da Polícia Militar do Paraná e habilidoso político, o Coronel Luiz José dos Santos foi um dos desbravadores do norte do Paraná, principalmente de Apucarana, para onde veio como seu primeiro Prefeito nomeado. Concorrendo ao pleito de 1952, como candidato a Prefeito, é, pela livre e espontânea vontade do povo apucaranesse, conduzido ao cargo de Chefe do Poder Executivo de Apucarana, pontilhando sua fecunda administração de grandes e importantes melhoramentos públicos. Como suplente de Deputado Estadual na legislatura passada, jamais mediu esforços para trabalhar proficientemente em favor da região, notadamente de Apucarana, a «menina de seus olhos».

Seu sepultamento realizou-se ontem, dia 21, em Curitiba, para onde viajaram várias pessoas de sua família e amigos aqui residentes.

A família enlutada, pelo infausto acontecimento, as sentidas condolências de «A Semana».



**Jornal "A Semana", na edição de 22 de abril de 1960,
notícia morte de Luiz José dos Santos**

CAPÍTULO

05

O agrimensor **Clóvis Fonseca**

O agrimensor Clóvis Roque da Fonseca assinava apenas como "Clóvis Fonseca", sem o "Roque" de batismo. Escrevia também o nome sem a contração "da" e sempre em letra minúscula. Era sua marca registrada. Chegou a Apucarana em 1º de março de 1944 para trabalhar na medição de terras no recém-criado município. Era casado com Hermine Johanna Pusch, com quem tinha quatro filhos: Terezinha do Menino Jesus, Francisco Bernardo, Maria Amanda e Maria Ilse.



Clóvis Fonseca e a esposa Hermine Johanna Pusch com os filhos Terezinha do Menino Jesus, Francisco Bernardo, Maria Amanda e Maria Ilse

O casal vinha de famílias tradicionais de Castro, nos Campos Gerais. Clóvis Fonseca nasceu em 16 de agosto de 1887, filho de Francisco Anacleto da Fonseca, um importante e antigo comerciante daquele município, e de Maria Cândida Marcondes Albuquerque. Já Hermine Pusch nasceu em 20 de julho de 1895, filha do imigrante austríaco Bernardo Pusch e de Geraldina Maria da Conceição Lagos Telles. Bernardo Pusch formou com o sogro Francisco Telles a firma "Telles & Pusch", a primeira empresa de fornecimento de energia elétrica de Castro.

Eles se casaram em 20 de janeiro de 1915 na terra natal do casal, aproximadamente um ano após a chegada de Hermine da Europa. Com apenas 15 anos de idade, ela foi para Áustria cursar medicina. A chegada da Primeira Guerra Mundial, no entanto, atrapalhou seus planos e a jovem regressou ao Brasil sem terminar o curso.

Ao voltar a Castro, ela não conseguiu validar os estudos que fez na Áustria. Apaixonada pela área de obstetrícia, Hermínia Joanna, como passou a assinar, diplomou-se como parteira em curso oferecido na época pela Cruz Vermelha, registrando-se na Diretoria de Saúde Pública do Estado. Assim, habilitou-se para trabalhar profissionalmente, podendo usar os conhecimentos obtidos na Europa.

Assim que regressou em 1914, Hermínia e Clóvis começaram a namorar. O casamento não demorou, ocorrendo já no início do ano seguinte. Ela tinha 19 anos e ele 27. O início do relacionamento, no entanto, foi marcado por um grande trauma. A primogênita Guiomar nasceu em 1916, mas acabou morrendo com apenas

um ano e um mês de idade após uma grave obstrução intestinal, conhecida como “volvulo intestinal”.

Completamente desolada com a perda, Hermínia acabou encontrando conforto na adoção. Trouxe para a família a menina Maria Odete, que a mãe não podia criar e estava disposta a entregar a outra família. Eram tempos diferentes e a adoção acabou ocorrendo após uma breve conversa. A menina de três meses, no entanto, já estava registrada e não recebeu o nome da família Fonseca.

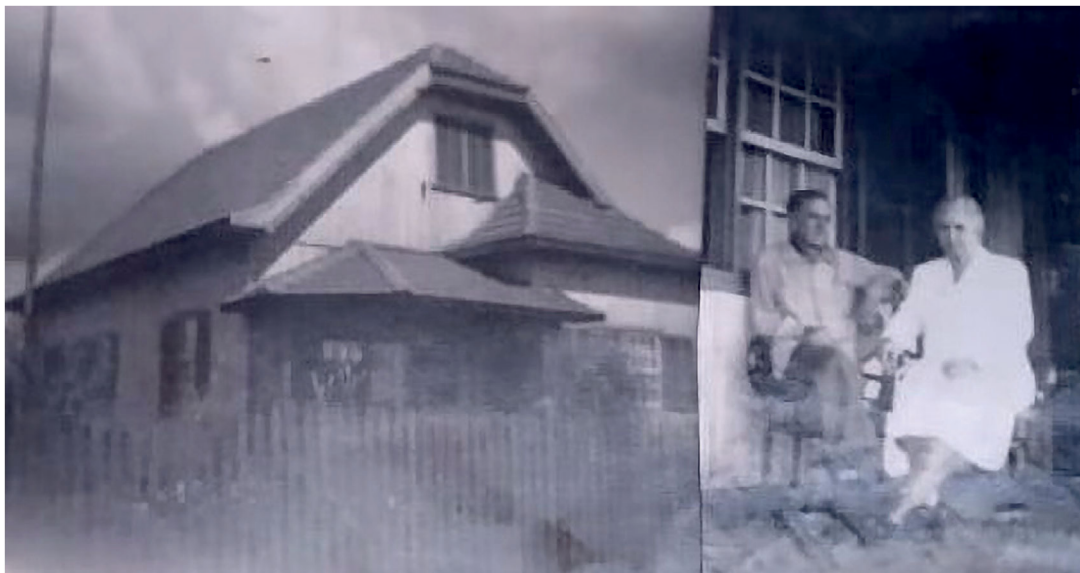
Demorou quase dez anos para que ela engravidasse novamente. Terezinha do Menino Jesus nasceu em 1925 e ganhou um irmão dois anos depois: Francisco Bernardo, que veio ao mundo no final de 1927. Ambos nasceram em Castro.

A família transferiu residência logo depois para Ponta Grossa, onde Hermínia foi trabalhar em uma maternidade como enfermeira e parteira. Nesta outra cidade dos Campos Gerais, nasceram mais duas filhas: Maria Amanda (1930) e Maria Ilse (1931). A filha adotiva Maria Odete voltou para Castro, onde posteriormente construiu sua família.

Já Clóvis Fonseca atuava como engenheiro agrimensor, trabalhando na demarcação de terras. Não possuía formação acadêmica, embora tivesse o curso de técnico civil. Era prático na área e recebia inúmeros convites profissionais.

No período em que morou em Ponta Grossa, fez contatos com o Exército Brasileiro e acabou contratado para trabalhar na construção da rodovia Guarapuava-Rio das Cobras, no Paraná, e também na rodovia Herval-Xanxerê-Itapiranga, em Santa Catarina. As obras foram coordenadas pelo Departamento de Engenharia do então Ministério da Guerra, que tinha um batalhão em Ponta Grossa. Atuou nesses empreendimentos rodoviários como auxiliar de desenhista e chefe da seção de exploração. Anteriormente, ainda jovem, trabalhou na Brazil Railway Company, proprietária de inúmeras estradas de ferro, incluindo a Estrada de Ferro Paraná e a São Paulo-Rio Grande.

O casal Clóvis e Hermínia passou ainda uma curta temporada com os filhos em Curitiba antes de transferir domicílio para Apucarana, onde adquiriu uma residência de madeira na Avenida Curitiba, na esquina com a Rua Galdino Gluck Júnior. Ele foi convidado para trabalhar na medição de propriedades particulares no município e também prestou serviços para a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que projetou e colonizou o município.



Casa da família na Avenida Curitiba em Apucarana por volta de 1945

Hermínia Pusch transformou-se na principal parteira da cidade. É também considerada a primeira enfermeira profissional de Apucarana. Reconhecida por sua qualificação técnica, ajudou a trazer ao mundo centenas de apucaranaenses ao longo dos anos. Naquela época, muitos partos eram realizados em casa e Hermínia passou a ser requisitada pela maioria das gestantes.

Os seus irmãos Dagoberto Pusch, Bernardo Pusch Júnior e Bruno Walter Pusch também vieram para Apucarana. Os dois primeiros cursaram medicina. Juntos com Hermínia, eles montaram na cidade a Casa de Saúde Irmãos Pusch, que funcionou por alguns anos.

Dagoberto, que chegou ao município poucos meses antes da irmã, foi um dos pioneiros na área médica. Fundou e dirigiu anteriormente a Casa de Saúde e Maternidade Santa Terezinha. A unidade foi adquirida pela Prefeitura em 1º de abril de 1952, passando a denominar-se Hospital Municipal de Apucarana. No mesmo ato de compra, o imóvel foi doado à Irmandade da Santa Casa de Apucarana. Com a chegada das Irmãs da Caridade Vicentinas em 1956, houve nova mudança na direção. Em 1970, a Casa de Saúde e Maternidade Santa Terezinha iniciada por Dagoberto Pusch foi transformada no atual Hospital da Providência.

O médico foi ainda político. Foi vereador na primeira legislatura de Apucarana (1948-1951) e também se elegeu deputado estadual em 1950 pelo PTB com 2.686 votos. No ano seguinte, tentou o cargo de prefeito. No entanto, foi derrotado por apenas três votos de diferença pelo Coronel Luiz José dos Santos. Já Bernardo Pusch Júnior não permaneceu em Apucarana, retornando para Castro. Bruno Walter Pusch, por sua vez, foi o primeiro cirurgião-dentista de Apucarana, mas morreu

com apenas 29 anos de idade, vítima de bala perdida, quando estava em viagem para Curitiba.

Por volta de 1950, Clóvis Fonseca assumiu o comando da Loja Liane na Praça Rui Barbosa, então administrada por seu irmão Odilon Fonseca, que também veio morar em Apucarana. O comércio era especializado em artigos de presentes e armarinhos. Clóvis pouco atuava na loja, que ficava mais sob responsabilidade dos filhos, especialmente da caçula Maria Ilse.

Ele também trabalhou na Prefeitura de Apucarana como agrimensor voluntário. Exerceu ainda a função de juiz de paz a partir de 1953. Foi sogro do ex-prefeito Saul Guimarães da Costa (gestão 1966-1968), casado com sua filha Maria Amanda. Atuou ativamente, juntamente com outros pioneiros, na construção da Catedral Nossa Senhora de Lourdes, como vice-presidente da comissão instituída para arrecadar fundos para a obra, e também da sede social do Clube 28 de Janeiro.

Após lutar contra um câncer no duodeno, Clóvis Fonseca morreu em 8 de julho de 1957, aos 70 anos. Ficou internado por 12 dias, mas acabou não resistindo a uma hemorragia interna, mesmo após três transfusões de sangue. Foi sepultado no Cemitério da Saudade.

Hermínia permaneceu em Apucarana até 1965, quando foi morar com a filha mais nova Maria Ilse em Arapongas. Na cidade vizinha, já vivia o filho Francisco Bernardo, dono de uma tradicional lanchonete. A Loja Liane foi fechada no centro.



Foto da família Pusch Fonseca: sobrenomes tradicionais em Apucarana

A irmã Maria Amanda ficou em Apucarana com o marido. Também casada, Terezi-nha do Menino Jesus foi morar em Jandaia do Sul.

Em 1975, Hermínia e Maria Ilse transferiram domicílio para Curitiba. Três anos depois, em 17 de junho de 1978, durante uma visita ao filho em Arapongas, Hermínia morreu em decorrência de um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Ela foi sepultada no Cemitério Municipal de Arapongas.

Um mês após o falecimento de Clóvis Fonseca, o então vereador José Ribeiro de Souza apresentou na Câmara projeto de lei propondo a mudança de denominação da primitiva Rua Rebouças, na área central da cidade, para "Rua Clóvis Fonseca". O projeto foi aprovado e virou a lei municipal nº 10/1957.

Em carta endereçada à esposa Hermínia Pusch, o prefeito Jorge Amin Maia (gestão 1955-1958) comunicou a sanção, sintetizando a missão de Clóvis Fonseca e de muitos outros pioneiros do município: "Apucarana vem assim prestar uma justa e merecida homenagem a um de seus pioneiros, cidadão honrado, que foi em vida um exemplo de trabalho, perseverança e honestidade. Seu nome será eternamente lembrado pelos apucaraneses que, como ele, aqui também aportaram em busca de trabalho, contribuindo com seus esforços para o maior engrandecimento dessa cidade".

Quase dez anos após a homenagem, durante o mandato de Saul Guimarães da Costa (gestão 1966-1969), a família solicitou a substituição da placa com o nome da rua, incluindo a contração "da". Embora o próprio homenageado preferisse o "Clóvis Fonseca", o entendimento dos familiares na época é que a denominação Rua Clóvis "da Fonseca" seria mais adequada e respeitosa com os antepassados.

Dagoberto Pusch, irmão de Hermínia, também virou nome de rua em Apucarana. O decreto 318/1993 homenageou o médico e ex-deputado estadual denominando uma via pública do Jardim Figueira.

CAPÍTULO

06

Demétrio Moreira dos Santos, *Gorgó eterno*

Nos domingos ensolarados de futebol, o movimento começava cedo no Estádio Bom Jesus da Lapa, onde o Grêmio Esportivo e Recreativo Apucararense (Gera) mandava seus jogos. O povo chegava em grande número para assistir às "pelejas", como os pioneiros gostavam de chamar as partidas. As pessoas vinham a pé, a cavalo, em charretes ou carroças, de sítios e chácaras distantes.

O estádio, onde hoje está instalado o Supermercado Cidade Canção, na Avenida Curitiba, 2.256, era o endereço de lazer preferido dos primeiros moradores do município. Construída por volta de 1945, a "cancha" ficava exatamente entre a atual Travessa Gera – homenagem ao clube - e a Rua Arthur Bernardes, e recebeu as partidas até 1960.

Dentre os atletas que marcaram época no "esquadrão" do Gera está Demétrio Moreira dos Santos, o "Gorgó", que criou fama pela qualidade em campo e também pela camaradagem. Era um meio campista de força, disciplinado taticamente, que marcava bem e chegava com vitalidade ao ataque. Não raro marcava os seus golzinhos.

Apesar de não fazer parte do rol dos grandes destaques do time ao longo de sua trajetória, como Braguinha, Gauchinho, Arlindo, Gino Sachelli, "Pai da Bola", e Áureo Caixote, "Gorgó" ficou eternizado na história do futebol apucararense e da própria cidade por conta de sua morte trágica, sendo homenageado, inclusive, como nome de rua.



"Gorgó" com a camisa do Água Verde, de Curitiba / Foto: Paraná Esportivo/ Hemeroteca Digital

Desde o início da formação do município, o futebol assumiu o posto de esporte preferido dos apucararenenses, talvez, porque bastava uma bola e um terreno desabitado para a sua prática. Imediatamente, o Gera se tornou uma verdadeira paixão dos pioneiros, motivo de orgulho, principalmente por reforçar a autoestima de um povo que construiu um município quando ninguém esperava - nem mesmo os seus fundadores da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

A bola começou a rolar em Apucarana em um campinho de terra na Praça Palmas, que depois virou a Praça Rui Barbosa, onde hoje está a imponente Catedral Nossa Senhora de Lourdes. O "templo" do futebol dos pioneiros ficava exatamente em frente ao templo da fé católica, a pequena igreja de madeira erguida pelos pioneiros. O campo "assistiu" a queda da primeira capelinha em 1941 e a imediata construção da segunda.



Gol "emoldura" ao fundo a igrejinha de madeira; foto é da inauguração da segunda capela em 1942 - a primeira foi derrubada pelo vento no ano anterior

Alguns historiadores assinalam que, em um primeiro momento, o terreno foi preparado pelos imigrantes japoneses para ser um campo de beisebol, o que mudou com a chegada de famílias de outras etnias. O primeiro jogo "oficial" de futebol da história de Apucarana aconteceu em 1938. O duelo foi contra uma equipe do distrito de Faxinal. Na prática, não passou de um amistoso entre amigos, uma grande confraternização de união e de esperança no futuro daqueles desbravadores.

Após a construção da igrejinha, os moradores instalaram as traves do campo, que passaram a emoldurar ao fundo o templo católico, como comprovam fotografias antigas recuperadas. Ou seria uma heresia dizer que o campo veio antes da igreja? O que ninguém tem dúvida, entretanto, é que a paixão pelo futebol nasceu junto com a criação do município.

As partidas amistosas se tornaram frequentes. Assim, cresceu o desejo dos pioneiros em instituir oficialmente uma equipe que os representasse. Esse anseio motivou a criação do primeiro clube em 1940. A diretoria dessa agremiação foi formada pelos pioneiros Atalibio Scheneider, Jonas Matulaitis, José Maria Verdasca, João Radui, Manoel Sardinha Pereira, Arlindo Pereira, José Simoneti, Manoel Luiz Vieira e José de Oliveira Rosa. Os jogos ocorriam no campo da praça.

Pioneiros e estudiosos do esporte no Norte do Paraná divergem sobre a denominação desse primeiro time, que representou informalmente o município entre 1940 e 1942. Há quem diga que foi batizado de Apucarana Futebol Clube - nome que alguns anos depois seria retomado. Outros garantem que foi batizado informalmente de Clube de Futebol Apucaranesense. Falta, porém, comprovação da escolha feita pelos primeiros moradores nos registros históricos disponíveis.

Em 11 de outubro de 1942, os pioneiros decidiram oficializar a criação do clube. Reunidos na residência de Manoel Sardinha Pereira, que trabalhava na Casa Luzitana com José de Oliveira Rosa, um dos incentivadores dessa empreitada, foi eleita a primeira diretoria, tendo como presidente, Pedro Pereira de Araújo; vice, Atílio Carleto; secretário, Djalma de Oliveira Chueri; 2º secretário, José de Almeida; tesoureiro, José Gomes; e 2º tesoureiro, Paulo Pinheiro. O Conselho fiscal contava com José Maria Verdasca e Manoel Pereira Sardinha. O diretor esportivo e primeiro treinador foi João Maria Maçarico, também o primeiro sapateiro da cidade.

A fundação ocorreu em 6 de dezembro daquele ano. Por proposta do pioneiro José Ribeiro de Souza, o time foi denominado Grêmio Esportivo e Recreativo Apucaranesense (Gera). A equipe iniciou sua trajetória mandando ainda seus jogos no campo em frente à igreja. Não demorou muito para os pioneiros perceberem que ali não era mais o local adequado para o futebol. Era necessário construir um estádio e deixar o velho campinho para futuras obras de ajardinamento da praça.

Após mobilização de lideranças do município, a Companhia de Terras Norte do Paraná decidiu doar um terreno a 500 metros do centro da cidade, ao lado de uma picada em direção a Londrina. Em sábados e domingos, os moradores arregaçaram as mangas para construir o campo e depois as primeiras rústicas arquibancadas. Muitos apaixonados pelo futebol deram sua contribuição: roçaram, plantaram grama e cercaram o local que seria o primeiro estádio de Apucarana.

A "cancha" foi batizada de Estádio Bom Jesus da Lapa, mais uma vez por sugestão do pioneiro José Ribeiro de Souza, em homenagem ao município com o mesmo nome da sua saudosa Bahia, onde nasceu. A sede do clube, no entanto, foi construída no centro, em um barracão de madeira na confluência da então Rua Reserva (atual João Cândido Ferreira) e a Praça Palmas (hoje Praça Rui Barbosa). O local tornou-se ponto de encontro também político e social do município, onde ocorreram reuniões fundamentais para a emancipação de Apucarana e também bailes e festas dos primeiros moradores.

A equipe recebia no Estádio Bom Jesus da Lapa agremiações de inúmeros municípios paranaenses e também de São Paulo e do Rio de Janeiro. Até mesmo o Flamengo jogou contra o Gera em Apucarana. Foram duelos épicos, com muitas vitórias e também inúmeras e doloridas derrotas, marcando uma geração de pioneiros.

O Gera participava de diversas competições regionais e algumas estaduais. Para montar um elenco competitivo, o clube contratava jogadores de todas as regiões do Paraná e também do interior de São Paulo.



Estádio Bom Jesus da Lapa abrigou o Gera até 1960

Demétrio Moreira dos Santos, o "Gorgó", foi um desses jogadores. Ele construiu toda sua carreira no Água Verde, tradicional time de Curitiba. Durante muitos anos, foi um dos principais jogadores da equipe da capital do Estado, obtendo destaque nas páginas esportivas dos jornais da época. Era filho de um ex-jogador, também apelidado de "Gorgó", que atuou entre 1932 e 1934 no Avante Futebol Clube, de Curitiba.

Mesmo com o passe preso ao Água Verde, "Gorgó" defendeu a camisa do Gera em inúmeras partidas, a maioria amistosas. Na edição de 6 de agosto de 1958, o jornal "Paraná Esportivo" divulgou o retorno de "Gorgó" a Curitiba. "Gorgó, que se encontra presentemente em Apucarana, anunciou que dentro de poucos dias retornará aos treinos no Água Verde, clube a que está preso por um contrato. O retorno de Gorgó foi recebido com entusiasmo pela gente do 'Leão da Vila Guáira', pois o mesmo vinha atuando a contento quando resolveu seguir para o Norte, naturalmente tentado, como muitos jogadores, pelas cifras".

Na edição de 9 de agosto de 1958, o "Paraná Esportivo" publicou um texto semelhante na página editada pelo próprio clube no jornal. "O efficientíssimo Gorgó, atualmente cumprindo afazeres particulares em Apucarana, tão logo termine um compromisso que lá o prende, retornará a defender a nossa gloriosa camisa. Está tudo resolvido e certo entre a nossa diretoria e o jogador. É a mais pura verdade, associado do Água Verde, o nosso 'Chico Alegre' voltará".

Na época, o Gera enfrentava problemas frequentes com o registro de jogadores na Federação Paranaense de Futebol (FPF). Reportagens mostram, inclusive, punições ao clube pela escalação de atletas irregulares nas competições

organizadas pela entidade. Jogadores de outras regiões do Paraná e de outros estados eram atraídos por propostas financeiras mais vantajosas em Apucarana e em outros clubes do Norte do Paraná. Muitos, no entanto, tinham contratos vigentes.

Apesar da garantia dada pelo Água Verde do retorno do jogador, "Gorgó" voltou a jogar pelo Gera mesmo com contrato assinado com o clube da capital do estado. Em 29 de outubro de 1958, a "Gazeta Esportiva", de São Paulo, noticia a vitória do Grêmio Esportivo e Recreativo Apucararense contra um combinado do Paraguai por 1 a 0, no qual seria o primeiro jogo do time apucararense contra um adversário internacional. A escalação publicada pelo jornal não deixa dúvida sobre a sua presença: Gentil; Quarenta e Pinheiro; Gorgó, Jaú e Pagão; Dionizio, Ilco, Rubinho, Alcione e Liminha.

Além de jogador profissional, "Gorgó" tinha outra façanha muito conhecida e apreciada em Apucarana. Era cantor e instrumentista. Tocava violão primorosamente, mas sua especialidade eram os instrumentos de percussão, principalmente o pandeiro e o atabaque. Carismático, conquistou muita popularidade e fez inúmeras amizades por conta do seu bom humor. Além do futebol, a música ajudava no seu sustento e "Gorgó" passou a ser figura "carimbada" em festas particulares, onde se apresentava na companhia de outros músicos.

Entre idas e vindas a Apucarana, o jogador finalmente formalizou um acordo com o Gera. O jornal "Paraná Esportivo" trouxe a oficialização da contratação na edição de 12 de dezembro de 1959. A reportagem, com o título "Gorgó assinou com o Gera", ressaltava que, inicialmente, a intenção do atleta era jogar no Arapongas, mas, por falta de acerto financeiro, ele aceitou a proposta de Apucarana.

O ex-vereador Eloyr Bernardo Milano (1929-) fazia parte da diretoria do Gera e recepcionou o jogador. Ele conta que "Gorgó" ficou morando algumas semanas em uma pensão até o clube arrumar um quarto na Praça Rui Barbosa para o atleta, nos fundos de uma padaria desativada.

Com a camisa do Gera, "Gorgó" participou de uma das partidas mais emblemáticas da história do clube em 28 de janeiro de 1960, quando a equipe enfrentou o Flamengo. O rubro-negro carioca, com time misto, venceu os apucararenses por 1 a 0, gol de Manuelzinho. O Gera jogou com Ben-Hur, Titão e Joel; Gorgó, Degala e Tiãozinho; Jipe, Zé Carlos, Walter, Paulinho e Áureo. Já o Flamengo entrou em campo no Bom Jesus da Lapa com Edmar, Marinho e Navarro; Hugo, Rico e Wantuill; Manuelzinho, Lourival, Lua, Humberto e Alfredinho.



"Gorgó" (à direita, no alto) durante viagem para jogo em Presidente Venceslau (SP) / Foto: Arquivo de Eloyr Bernardo Milano

Além dos campeonatos regionais, o Gera realizava inúmeros amistosos em várias regiões do Paraná e também do interior de São Paulo. O clube gozava de prestígio, principalmente após o bicampeonato regional de 1955 e 1956.

A última partida de "Gorgó" com a camisa do Gera ocorreu em 3 de abril de 1960 em Ivaiporã. Na época, aquele município era conhecido apenas como Sapecado, pois sua emancipação viria a ocorrer ainda em julho daquele mesmo ano, com alteração da denominação.

A ponte sobre o Rio Ivaí ainda não existia em 1960 e a equipe precisou pernoitar em Ivaiporã para pegar a balsa na manhã seguinte. No entanto, a delegação perdeu a hora. Quando chegou às margens, a balsa já estava no meio do rio. Era necessário esperar o seu retorno. Alguns jogadores decidiram nadar para passar o tempo. Foi quando "Gorgó" sofreu uma queda e morreu afogado. Ele tinha apenas 30 anos de idade.

A morte foi registrada no dia 5 de abril de 1960, uma terça-feira, nos li-

vros do serviço funerário municipal de Apucarana, quando o corpo foi trazido para Apucarana. A família Gera chorou a perda. Com poucos familiares, mas cercado por dezenas de amigos, Demétrio Moreira dos Santos foi sepultado no Cemitério Municipal, hoje Cemitério da Saudade.

O "Paraná Esportivo", na edição de 6 de abril de 1960, noticiou a morte do jogador. "A notícia repercutiu dolorosamente em nossos meios esportivos, principalmente porque o atleta era pessoa das mais estimadas, possuindo, dentro das cidades paranaenses longo círculo de amizades".

Em 10 de julho de 1961, o ex-vereador Eloyr Bernardo Milano (mandato 1959-1963) propôs o projeto de lei nº 14/61 denominando a então Rua Palmas como "Rua Demétrio Santos Moreira". A proposta foi aprovada e virou lei sancionada pelo prefeito Marino Pereira (gestão 1959-1963). A via é uma travessa de cerca de 500 metros de extensão, que tem como ponto de partida a região do Corpo de Bombeiros e cruza a Avenida Curitiba e as ruas Munhoz da Rocha e Clotário Portugal. Na homenagem, curiosamente, houve uma inversão do nome de batismo. A via pública ficou para a história como Demétrio "Santos Moreira" e não Demétrio "Moreira dos Santos".

O Gera chegou ao fim ainda em 1960. A equipe dos pioneiros foi substituída pelo Apucarana Futebol Clube (AFC) em 1961; depois pelo Apucarana Atlético Clube (AAC) em 1976; e a seguir pelo Roma Esporte Apucarana, em 2000. O atual representante do município é o Apucarana Sports. O nome Gera retornou em 2011, desta vez, administrado por empresários e voltado inicialmente às categorias de base.

Já o velho Bom Jesus da Lapa foi substituído pelo Estádio Paulo Pimentel, na Avenida Minas Gerais, na saída para Curitiba, inaugurado em 29 de janeiro de 1967, com o amistoso do Apucarana F.C. contra o Palmeiras (3 a 0 para os visitantes). Depois, a praça esportiva voltou a ser chamada de Bom Jesus da Lapa. Em junho de 2012, no entanto, a Lei Municipal nº 108/2012 alterou novamente o seu nome para Estádio Municipal Olímpio Barreto – "Irmãos Barreto", em homenagem à família de pioneiros que doou o terreno para a obra.

CAPÍTULO

07

O coronel **Elidio Stabile**

***E**lidio Stabile ingressou na Justiça de Apucarana em 5 de junho de 1950 com uma ação requerendo o título declaratório de cidadão brasileiro. Natural de Villa Vicentina, na Áustria, ele já morava no país desde 1896 e queria obter a garantia jurídica de sua nacionalidade brasileira, com base na legislação vigente.*

O edital de naturalização foi publicado pelo juiz Alceste Ribas de Macedo na edição de 22 de junho de 1950 do jornal "Correio do Lavrador", principal periódico do município naquela época. O juiz acatou o pedido e, em 14 de maio de 1951, entregou o título de cidadão brasileiro a Elidio Stabile durante uma solenidade no fórum. O documento, na prática, apenas comprovava a nacionalidade já obtida pelo pioneiro em 1934.

Elidio Stabile nasceu em 27 de abril de 1885 em Villa Vicentina, que pertencia, na época, ao Império Austro-Húngaro. Após guerras e disputas territoriais na Europa, a cidade passou em 1918 para o domínio italiano. Em 2018, foi rebatizada de Fiumicello Villa Vicentina, com a fusão dos municípios de Fiumicello e Villa Vicentina.



Elidio Stabile nasceu na Áustria e recebeu o título declaratório de naturalização brasileira em 1951

Conforme o edital de naturalização publicado no "Correio do Lavrador", Elidio Stabile conta que chegou ao Brasil em 1896, quando tinha 11 anos. O destino foi Orlandia (SP), onde a família trabalhou na lavoura cafeeira. Em 1908, ele e familiares adquiriram uma propriedade rural por 15 contos de réis na Fazenda Santa Quitéria em São José do Morro Agudo, então distrito de Orlandia, e hoje município de Morro Agudo.

Com apenas 17 anos, Elidio se casou em 1902 com Rosa Galvani, também natural de Villa Vicentina. O casal teve 12 filhos. O primogênito Ângelo nasceu em 1903 e, na sequência, vieram Liduina, Palmira, Armando, Egidio, Antonio, Josefina, Vergilio, Walter, Alda, Elza e Maria.

Em 1942, a família seguia no interior paulista, mas já planejava a mudança para o Norte do Paraná. Naquele ano, Elidio Stabile – que em São Paulo chegou a ser conhecido como Luiz Stabile – foi eleito vice-presidente da Sociedade Recreativa Orlandia, conforme nota publicada pelo jornal "Correio Paulistano" na edição de 14 de fevereiro de 1942.

Quinta-feira, 22 de junho de 1950

CORREIO DO LAVRADOR

Rio



Juízo de Direito da Comarca de Apucarana
ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE NATURALIZAÇÃO

O Doutor Alceste Ribas Macedo, Juiz de Direito desta Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...

080.
do gover-
Getalio
is neste
sado do
o desho-
tura do
absidios
asso, no
o povo!
usando
decla-
ção
ir com
soais!
com
moral
atura
termo
vitar
ssue!
boi
ação

FAZ SABER que por este Juízo e Cartório do Escrivão que esta subscrive, se promovem aos termos de PEDIDO DE TITULO DECLARATORIO, em que e Requerente ELIDIO STABILE, o qual dirigiu a petição do teor seguinte: — PETIÇÃO INICIAL: — «Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito desta Comarca de Apucarana, ELIDIO STABILE, austriaco, natural de Vila Vicentina, onde nasceu em 27 de abril de 1885, lavrador, casado, residente e domiciliado nesta cidade, — por seu procurador judicial adiante assinado, este devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção deste Estado, sob n. 540, com escritório instalado em sua residência sita à Rua Desembargador Clotário Portugal n. 1.514 desta cidade, — em virtude de haver adquirido, em data de 16 de julho de 1934 a Nacionalidade Brasileira, por força do art. 69, n. 5, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, vem, na forma do art. 6.º da Lei No 818, de 18 de setembro de 1949, requerer a V. Excia. que se digno expedir-lhe o competente TITULO DECLARATORIO, pelos motivos e razões que passa a expôr, acompanhados da devida prova documental: 1.º — porque o requerente é casado com D. Rosa Galvani Stabile, natural também de Vila Vicentina (Austria), havendo, desse matrimonio, os seguintes filhos, todos brasileiros natos: Angelo com 47 anos; Liduina, com 45 anos; Palmira (já falecida) Armando, com 41 anos; Egidio, com 39 anos; Antonio, com 37 anos; Josefina, com 35 anos; Vergilio, com 32 anos; Walter, com 30 anos; Alda com 28 anos; Elza com 26 anos e Maria, com 24 anos; possuindo, atualmente, 29 netos e 1 bisneto, todos brasileiros natos (doc. junto); 2.º — porque, em data de 9 de novembro de 1908, portanto muito antes de 16 de julho de 1934, o requerente já se havia tornado proprietário de imóvel no Brasil, conforme comprova, à sociedade, a Certidão inclusa fornecida pelo Oficial do Registro de Imóveis e anexos da Comarca de Orlandia, do Estado de São Paulo, a qual diz textualmente: «CERTIDÃO. — IVAN OLIVA, Oficial do Registro de Imóveis e anexos, desta Comarca de Orlandia, Estado de São Paulo, na forma da lei, etc. — CERTIFICAO, em virtude de pedido verbal de parte interessada, que, revendo no arquivo do cartório a meu

cargo, dele os livros de TRANSCRIÇÃO DOS IMÓVEIS, escriturados antes da vigência do Dec. 18.542, de 1928, no de número 3-A, às folhas 93, em data de 9 - nove - de novembro de 1908 - mil novecentos e noventa e oito, sob número de ordem 1.376 - mil trezentos e setenta e seis, — consta o registro da escritura pública de São José do Morro Agudo, hoje somente Morro Agudo, pelo escrivão de paz Mario d'Avila, — pela qual foi pelo prego de Rs.15.000\$000 - quinze contos de reais. Certifico que, posteriormente, pela transcrição número 7.449, de 19 de setembro de 1928, em permuta e dissolução de sociedade, ELIDIO STABILE, ficou possuindo um imóvel sem condomínio da referida propriedade FAZENDA SANTA QUITERIA e cujo imóvel em 1942, em virtude da escritura de 9 de novembro de 1942, no 1.º Tabelionato de Orlandia, registrada sob n.º 3.943, em 9 de novembro de 1942, foi vendido a dr. João Teodoro Lima; 3.º — porque reside no Brasil desde o ano de 1896 (doc. junto), contando atualmente o seu filho mais velho, nascido no Brasil, a avançada idade de quarenta e sete (47) anos; 4.º — porque realmente nunca manifestou vontade contrária à aquisição da Nacionalidade Brasileira, conforme atestam «ex-abundantia» as diversas Certidões anexas, comprovadoras de sua libada conduta anterior, torcidas pelas autoridades de Orlandia, cidade paulista onde residiu pelo longo tempo de trinta e cinco anos. Nestas condições, na conformidade do disposto no § 2.º do art. 6.º da citada Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, requer se digno V. Excia. determinar a publicação dos necessários Editais para ciência pública, e, observadas as formalidades legais, julgar por sentença o presente pedido, e, finalmente, transitada esta em julgado, expedir-lhe o competente TITULO DECLARATORIO DE CIDADÃO BRASILEIRO, na forma da lei vigente. P. Deferimento. (Selada com quatro cruzeiros e vinte centavos, estaduais, está) Apucarana, 31 de maio de 1950. (a) Wilson Lucena - Advogado. Em cuja petição foram exarados os despachos seguintes: — 1.º DESPACHO: — «R. A., à conclusão. Em, 31-5-950. (a) Alceste Ribas Macedo». — 2.º DESPACHO: — Publique-se e afixe-se o necessário Edital, para conhecimento público, cuja publicação deverá ser feita no Diário Oficial do Estado e num dos jornais locais, fazendo-se constar em o referido edital que os interessados poderão impugnar o pedido inicial, no prazo de dez dias, que serão contados na forma da lei. Em, 3-6-950. (a) Alceste Ribas Macedo». — Para que chegue ao conhecimento de todos, mandei expedir o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na imprensa. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Apucarana, aos cinco (5) dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta (1.950). Eu, (a) Teruo Samesima, Oficial Maior que o datilografei e subscrevi.

seguinte: E a Empresa Elétrica continúa fazendo das «suas» cortando a luz (luz talvez não seja bem o termo!) dos que não atendem esbafordamente as suas exigências. Acho que a mesma senhora ou senhorita, foi precipitada neste tópico, pois se tivesse falado com V.S. a respeito, seria desmentida pelo próprio diretor do «Correio do Lavrador».

bardo

parando o motor ou por deficiência do material, ou por esquecimento de requisitar o óleo necessário, como já aconteceu mais de uma vez»
Se a articulista tivesse algum conhecimento de máquinas a óleo, de alta rotação, garanto a V.S. que não escreveria bobagens deste jués, ainda tendo coragem de assinar, pois com isto, dá uma prova cabal de seus grandes conhecimentos.
Como jornalista vai, mais querendo se aliviar a discutir máquinas...
Sobre a parte de «Ou por esquecimento de requisitar o óleo necessário como já aconteceu mais de uma vez», peço à articulista que prove isto.
Para maior garantia de sua afirmativa, ponho à disposição da mesma, o diário da Uzina, onde são

O Juiz de Direito

(a) Alceste Ribas Macedo.

Confere com o original, do que dou fé.

Em, 5 de Junho de 1950.

Teruo Samesima

Oficial Maior.

Edital de naturalização publicado pelo "Correio do Lavrador" em 22 de junho de 1950

O casal, no entanto, aguardava apenas a consolidação da venda da propriedade em São José do Morro Agudo para transferir seu domicílio para Apucarana, o que ocorreu ainda em 1942. Instalado no município, Elídio Stabile rapidamente conquistou notoriedade. Adquiriu uma fazenda, onde se dedicou ao plantio de café. Também montou na propriedade uma olaria de grande porte e começou a fazer investimentos na construção civil.

Já em 1943, integrou a Comissão dos 200, o grupo de 19 pioneiros que doou cada um 200 cruzeiros para o movimento pró-emancipacionista de Apucarana. O grupo foi fundamental para a criação do município. Foi também um dos membros fundadores do Clube 28 de Janeiro e eleito presidente da comissão de construção da sede própria da agremiação. Doou, inclusive, tijolos e investiu recursos próprios na obra.

Integrou ainda, na função de conselheiro, a comissão para construção da igreja matriz, a atual Catedral Nossa Senhora de Lourdes. A comissão foi criada em 1945, embora a obra tenha começado apenas em 1950. Está na lista de primeiros doadores da campanha do café, com 25 sacas.

Elídio Stabile acabou envolvido na polêmica sobre a construção da Catedral. O pioneiro foi contra o projeto do bispo diocesano Dom Geraldo de Proença Sigaud, que defendeu a ideia de construir a igreja com a fachada para a estação ferroviária, tendo como principal argumento a direção do vento. Elídio Stabile compartilhava a opinião de que o templo ficasse no mesmo lugar da igrejinha de madeira, voltada para o outro lado da cidade.

O fazendeiro foi ouvido na enquete "A Casa de Deus em Apucarana", publicada pelo jornal "Correio do Lavrador", na edição de 5 de fevereiro de 1950. O tema gerou controvérsia em Apucarana e opôs muitos pioneiros. Elídio assim se manifestou: "Por que mudar a igreja? O local doado pela Companhia de Terras foi ali, a primeira missa foi ali realizada, a primeira igreja se levantou ali, a segunda igualmente, a pedra fundamental da nova matriz foi ali mesmo lançada solenemente pelo próprio Bispo Dom Geraldo de Proença Sigaud. Para que, pois, mudar o templo? Só por causa do vento? E a tradição? Não vale nada? Ademais uma igreja não é lugar de diversão e sim de respeito, penitência. Se vigorar a idéia da troca, levaremos anos a fio sem igreja e sem praça. Sou, pois, pela construção imediata da matriz ao redor da atual, para aproveitamento desta até o fim. Para isso, como já declarei e sustento, darei como auxílio uma partida de café e 50 mil tijolos. Se não for assim, acho que me desobrigo de meus compromissos".

Elidio Stabile foi voto vencido e a Catedral foi construída com a fachada voltada para a estação ferroviária. Apesar da ameaça, ele manteve sua colaboração para construção da nova igreja. (Leia mais sobre o assunto no capítulo dedicado ao pioneiro Ítalo Ado Fontanini).

O pioneiro de origem austríaca também doou 10 mil tijolos para a construção da sede do Grêmio Esportivo e Recreativo Apucararense (Gera), como destaca o jornal "Correio do Lavrador" na edição de 20 de abril de 1950. Além disso, foi provedor da Santa Casa de Apucarana de 1954 e 1955. Foi ainda presidente da Associação Rural de Apucarana, entidade que deu origem à Associação Comercial e Industrial de Apucarana (Acia). Na Acia, integrou a primeira diretoria em 1949, na função de conselheiro.

Por conta do seu poderio econômico e relacionamento com os chefes políticos da época, passou a ser chamado de "Coronel" Elidio Stabile. O coronelismo foi uma marca brasileira desde a República Velha e tinha como principal característica os "arranjos políticos" e o chamado "voto de cabresto". Curiosamente, ele não conseguiu fazer uso próprio desse poder. Disputou as eleições para vereador em 1951, mas ficou na suplência com apenas 50 votos.



Elidio e Rosa Stabile, filhos e netos na festa de comemoração das Bodas de Ouro em 1952

GAZETA DE APUCARANA

EXPRESSIVO ACONTECIMENTO SOCIAL

A 4 de outubro do ano cadente, o venerando casal ROSA-ELIDIO STABILE, reuniu em sua aprazível residência a fina flor da sociedade apucaranaense para festejar o transcurso de suas BODAS DE OURO, tendo comparecido grande numero de amigos e admiradores desse estimado fundador de Apucarana, bem como a sua numerosa prole, e ainda todos os Prefeitos e Vereadores do Norte do Paraná, que, naquela semana, vieram a esta cidade para o enclaxe celebrado em nossa municipalidade.

Falar sobre a personalidade simpática e respeitável de ELIDIO STABILE, cujos cabelos brancos são a prova irrefutável do trabalho construtivo que desempenhou em nossa cidade e cuja gratidão foi fielmente demonstrada com a sua naturalização a "cidadão brasileiro", não é tarefa muito fácil, de vez que, aos indiferentes, poderíamos parecer lisonjeiros; entretanto, a verdade aí está: Apucarana muito deve a esse "velho moço" que acompanha o crescimento da "Princesa do Norte" desde os seus tempos primordiais.

Chefe de uma família que sempre viu em toda a sua vida grande exemplos de amor ao trabalho, ELIDIO STABILE comemorou junto de sua companheira de todas as horas, os 50 anos de existência em comum, durante a qual, construíram juntos o castelo que hoje imponentemente aparece aos nossos olhos, como um convite a uma vida sã e produtiva: a sua bem constituída prole, toda composta de elementos dignos.

**DIPLOMA
CONSAGRAÇÃO PUBLICA**

Pelo mérito de
ELIDIO STABILE

Reconhecido na "Consultata à opinião publica", promovida pel SOCIEDADE INFORMATIVA DA IMPRENSA NORTE AMERICANA, FOLHA DO RIO E RADIO PRENSA LTDA. de Buenos Ayres e Santiago do Chile, através do DIARIO DE SÃO PAULO e RADIO DIFUSORA DE APUCARANA, que o classificou em 10. lugar na pergunta nº. 28 na cidade de Apucarana, que dizia: Qual o agricultor ou pecuarista de maior prestígio? Outorga-se o presente diploma a ELIDIO STABILE.

Ass) Presidente da Soc. Informativa da



CEL. ELIDIO STABILE e sua Sra ROSA GALVANI STABILE

Imprensa Norte-Americana—Folha do Rio—Radio Difusora Apucarana.

ELIDIO STABILE faz parte dos grandes elementos de nossa terra e a ele e sua veneranda esposa, GAZETA DE APUCARANA presta sincera homenagem com esta espontânea demonstração de apreço, desejando-lhes muitas felicidades.

Jornal "Gazeta de Apucarana" destaca Bodas de Ouro de Elidio e Rosa Stabile em 1952

Ao longo dos anos, Elidio e a esposa Rosa Stabile tornaram-se personagens frequentes nas páginas sociais dos principais jornais da cidade. A comemoração das Bodas de Ouro do casal em 1952 foi fato amplamente explorado nos jornais, principalmente no "Correio do Lavrador" e na "Gazeta de Apucarana". Em 1962, a Câmara aprovou um projeto de lei concedendo o título Bodas de Ouro a casais proeminentes da cidade, incluindo Elidio e Rosa Stabile.

A "Gazeta de Apucarana" sintetizou dessa maneira elogiosa o fazendeiro ao noticiar as suas Bodas de Ouro: "Falar sobre a personalidade simpática e respeitável de Elidio Stabile, cujos cabelos brancos são a prova irrefutável do trabalho construtivo que desempenhou em nossa cidade e cuja gratidão foi fielmente demonstrada com a sua naturalização a 'cidadão brasileiro', não é tarefa muito fácil, de vez que, aos indiferentes, poderíamos parecer lisonjeiro, entretanto a verdade aí está: Apucarana muito deve a esse 'velho moço' que acompanha o crescimento da 'Princesa (sic) do Norte' desde os seus tempos primordiais".

O "Correio do Lavrador" não ficava muito atrás e destacava em suas páginas a figura do pioneiro a cada aniversário comemorado, como este em abril de

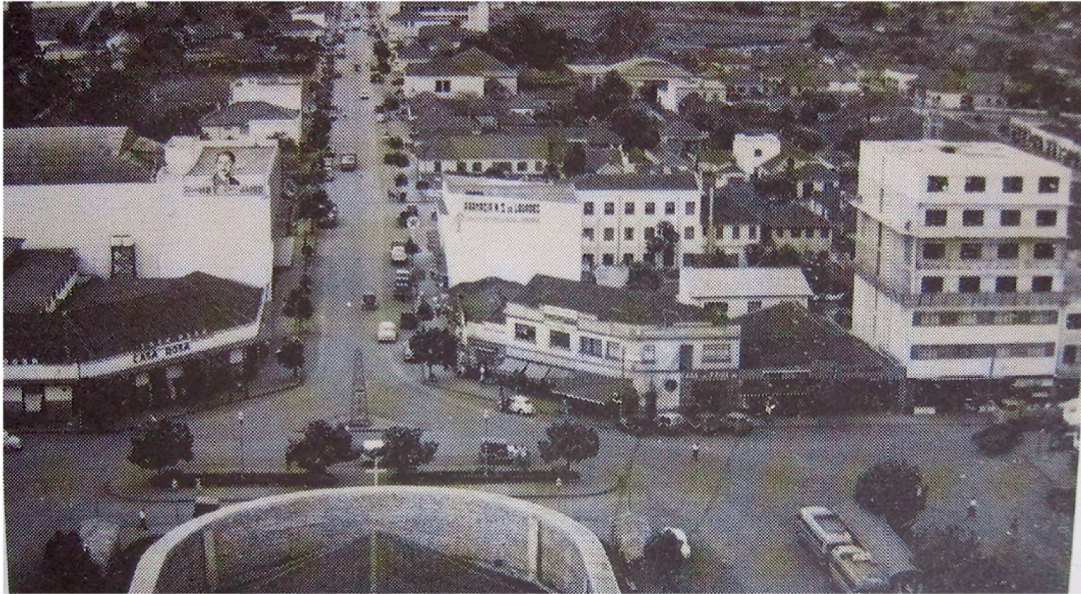
Demétrio Moreira dos Santos, Gorgó eterno

1951: "Acontecimento de grande significação para a vida social de Apucarana foi o transcurso, a 27 deste mês, do natalício do estimado e respeitável varão que é o honrado cidadão coronel Elidio Stabile. Trabalhador incansável e perseverante, construiu aqui invejável patrimônio, sendo hoje, não somente por antiguidade em nossa terra e por merecimento, mas também por sua recente naturalização, com muita justiça, cidadão brasileiro". As vitórias na "bocha" também ganhavam destaque. Esse esporte era um dos passatempos preferidos do "coronel".

Além de fazendeiro, Elidio Stabile também foi investidor no ramo imobiliário e da construção civil. Em 1959, obteve financiamento junto ao Banco Mineiro da Produção para a construção do Edifício Stabile, na Rua Professor João Cândido Ferreira, junto à Praça Rui Barbosa. Com sete andares, este foi



Elidio Stabile observa Catedral Nossa Senhora de Lourdes do alto do Edifício Stabile em construção



Edifício Stabile (à direita) em construção por volta de 1960 no centro de Apucarana

por muitos anos o maior prédio de Apucarana. Como contrapartida na negociação, o banco instalou sua agência no térreo.

Nas décadas de 1950 e 1960, ele também abriu os loteamentos Vila Operária Stabile e Vila Santa Lorena em Apucarana. Era ainda proprietário de outros inúmeros imóveis, como o terreno do Edifício Embaixador. A obra gerou disputas judiciais por problemas com a empreiteira e não chegou a ser concluída.

Elidio Stabile morreu em 2 de novembro de 1966, aos 81 anos, após um quadro de insuficiência hepática. Foi sepultado no Cemitério Cristo Rei, ao lado da esposa Rosa Stabile, falecida anos antes. Apenas dois dias após a morte do fazendeiro, o vereador Heitor Antonio de Souza Pinheiro protocolou projeto de lei homenageando o pioneiro, denominando a então Rua Piraquara como Rua Elidio Stabile. A lei 68/1966 foi sancionada pelo então prefeito Saul Guimarães da Costa.

A esposa Rosa Stabile havia virado nome de rua em 1962, ano de seu falecimento. Ela nomeia uma via do loteamento Vila Operária, idealizado pela família. O filho mais velho, Ângelo Stabile, conhecido como Angelim, também foi homenageado. O decreto 61/1979 denomina uma rua no Jardim Social com o seu nome.

CAPÍTULO

08

Pedro Firman Neto, *vocação para a política*

***P**rimero promotor público nomeado para a Comarca de Apucarana, instalada em 19 de abril de 1944, Pedro Firman Neto não chegou a assumir imediatamente o posto. Indicado para um cargo no governo estadual, ele optou por permanecer em Curitiba e foi substituído por Henrique Victor Giublin.*

Firman Neto tomou posse na Comarca de Apucarana apenas em 4 de dezembro de 1945 e ficou vinculado ao Ministério Público (MP) de Apucarana até 1955, quando acabou promovido por antiguidade e transferido para a capital do Estado. Durante todo esse período, no entanto, ele praticamente não atuou como promotor público na Comarca. Sua trajetória no Ministério Público local se restringiu a 27 dias do mês de dezembro de 1945 e a oito meses do ano de 1946.

Com bom relacionamento no governo estadual, ele acumulou inúmeros cargos públicos de confiança ao longo dos anos. Além disso, foi um político de sucesso nas urnas, sendo eleito deputado estadual em um mandato e deputado federal em outros dois. Por isso, frequentemente era colocado em disponibilidade pelo MP do Paraná.



Pedro Firman Neto formou-se no curso de Direito em 1938

Pedro Firman Neto nasceu em Dorizon, no município de Mallet (PR), em 15 de setembro de 1913. Filho de Antônio Firman e de Miguelina Firman, cursou o secundário no Internato do Ginásio Paranaense, ingressando a seguir na Faculdade de Direito do Paraná, onde formou-se em 1938. Ainda acadêmico, foi nomeado promotor público adjunto de Reserva em 1935 e de Mallet em 1938, passando a exercer o mesmo cargo na Comarca de Guarapuava em 1941.

Em 11 de setembro de 1941, foi nomeado pelo interventor Manoel Ribas para exercer o cargo de delegado da 3ª Região Policial, em Ponta Grossa. Em dezembro do mesmo ano, assumiu como delegado auxiliar de Curitiba, mantendo, no entanto, atuação em Ponta Grossa.

Em 4 de abril de 1944, recebeu a indicação para um novo cargo no governo estadual. O jornal curitibano "O Dia" desta data publica nota informando a nomeação de Firman Neto para chefe de gabinete da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, em substituição ao também advogado Octávio de Sá Barreto,

Pedro Firman Neto, vocação para a política

que deixou a função para assumir o cargo de 1º tabelião de notas da Comarca de Apucarana.

Coincidentemente, Firman Neto também havia sido nomeado para Apucarana, mas para o cargo de promotor público. No entanto, optou por ficar na capital do Estado. Com isso, Henrique Victor Giublin, que estava em União da Vitória, transferiu-se para o município. O jornal "O Dia" publicou em 27 de maio de 1944, na coluna "O dia nos municípios", que Giublin assumiria o cargo em Apucarana em 26 de junho daquele ano.

Firman Neto permaneceu na Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública até 1945, quando em 3 de agosto daquele ano assumiu a função de diretor do Departamento das Municipalidades, órgão do governo estadual, empossado pelo interventor Manoel Ribas.

Ele deixou o Departamento das Municipalidades em novembro de 1945. Até outubro de 1946, não ocupou nenhum outro cargo comissionado, regressando ao Ministério Público (MP), onde era titular como promotor público em Apucarana. Paralelamente, iniciou sua trajetória política, filiando-se ao PSD.

Em 12 de novembro de 1946, assumiu nova função pública. Foi empossado como membro do Conselho Administrativo do Estado, um cargo de confiança do

presidente da República. Em 1º de novembro, o jornal "O Dia" publicou notícia sobre a nomeação, mencionando que Firman Neto estava em Apucarana como promotor público: "Havendo exercido vários cargos, entre os quais os de delegado de polícia, chefe de gabinete da Secretaria de Interior, Justiça e Segurança e diretor geral do Departamento de Municipalidades, o dr. Pedro Firman Neto desempenhava as funções de promotor público de Apucarana, de onde acaba de ser alçado ao posto de membro do Conselho Administrativo do Estado".



Firman Neto foi deputado estadual e deputado federal

Segundo o Memorial do Ministério Público do Paraná, após assumir

em 4 de dezembro de 1945 na Comarca de Apucarana, Firman Neto foi colocado à disposição da Procuradoria Geral do Estado (PGE-PR) praticamente quatro meses depois: em 10 de abril de 1946. Reassumiu o cargo em 25 de junho de 1946, mas quatro meses depois – em 14 de novembro – deixou novamente Apucarana, colocado em disponibilidade para atuar no Conselho Administrativo do Estado.

Entre 12 de março de 1947 e 31 de janeiro de 1959, Firman Neto permaneceu afastado por conta dos mandatos de deputado estadual (1947-1950) e deputado federal (1951-1954 e 1955-1959). Chegou a ser removido para a Comarca de União da Vitória por permuta em 18 de agosto de 1947, retornando a Apucarana em 24 de março de 1950, mas não voltou mais a trabalhar como promotor público na Comarca por conta dos seus mandatos eleitorais. Em 11 de julho de 1955, foi promovido para Curitiba.

A vocação política de Firman Neto e de muitos outros integrantes do Ministério Público paranaense da época foi bastante criticada por alguns veículos de imprensa de Apucarana e também da capital. Os ataques, no entanto, não afetaram seu desempenho nas urnas. Em 1947, conquistou seu primeiro mandato como deputado estadual pelo PSD. Em Apucarana, obteve 648 votos, sendo o mais votado. Ainda com mandato vigente na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), foi chamado pelo governador Moysés Lupion para um cargo no primeiro escalão do governo estadual, assumindo em 3 de janeiro de 1949 como secretário da Agricultura, Indústria e Comércio.

Na "Secretaria da Produção", como a pasta também era chamada, foi responsável pela instituição da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, que promoveu a divisão em médios e pequenos lotes de terras devolutas, estimulando grandes levadas migratórias de outras unidades da Federação para o norte, noroeste, oeste e sudoeste do Paraná. Em 1950, voltou a ter sucesso nas urnas, desta vez elegendo-se deputado federal. Foi reeleito para a Câmara em 1954, permanecendo até 1959.

Firman Neto manteve atuação política em Apucarana, apesar do breve período atuando no MP local. O promotor público exercia forte influência, principalmente na colônia ucraniana. Ele e o deputado estadual Júlio Buskei, inclusive, são considerados os primeiros representantes ucranianos eleitos para a Assembleia Legislativa do Paraná.

Foi casado com Jurê Pompeo, filha do coronel José Pompeo e Ana Cristina Flygare Pompeo, proprietários da "Hervateira Pontagrossense", fábrica de erva-



Firman Neto foi também secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Paraná

-mate em Ponta Grossa fundada em 1923. Foi um casamento fora da comunidade ucraniana, o que não impediu sua influência sobre os descendentes. Ele e seu pai Antônio pertenciam à União Agrícola Instrutiva, uma importante sociedade ucraniana fundada em Mallet e depois transferida para Curitiba.

Os jornais de Apucarana costumavam repercutir a sua atuação política. A "Folha de Apucarana" publicou na edição de 19 de junho de 1949 um texto em tom elogioso: "Eleito Deputado Estadual pelo Partido Social Democrático, o Dr. Pedro Firman Neto tem se revelado grande defensor dos interesses ligados ao nosso progressista Município. Muito embora esteja à frente de uma das mais trabalhosas Secretarias – a da Agricultura, S. Excia. não tem descurado dos assuntos que dizem respeito a Apucarana".

Como político influente no Paraná, Firman Neto pouco visitava a cidade. Em 22 de março de 1949, esteve em Apucarana na comitiva do governador Moysés Lupion, que veio inaugurar o serviço de energia elétrica instalado pela Empresa Hidroelétrica do Vale do Ivaí. O fornecimento de luz era feito com motores movidos a óleo diesel, insuficiente para a demanda. A questão da energia gerou longa polêmica e mobilização das lideranças municipais, sendo resolvida somente em 1961, com

a chegada da energia com as linhas de transmissão da Usina de Salto Grande (SP).

Por conta de seu afastamento do município, Firman Neto recebia algumas críticas e chegou a ser chamado de "cometa político" pelo jornal "Comarca de Apucarana". Na edição de 30 de janeiro de 1949, o veículo publicou um texto com o título "Banquete pago ao cometa político": "Passou por esta cidade, como sempre ligeiramente, o ilustre grão mestre da maçonaria pesedista, dr. Pedro Firman Neto, que aqui veio, procurando harmonizar a família do PSD local". O texto tratava em tom irônico alguns conflitos internos do partido no município.

Mesmo em Brasília, o deputado mantinha um olhar para Apucarana e o Norte do Paraná, suas bases eleitorais. O jornal "O Dia" publicou em 3 de julho de 1954 seu discurso na tribuna da Casa, onde criticava os critérios do Banco do Brasil na concessão de empréstimos a cafeicultores: "Senhor presidente, senhores deputados. São numerosas as queixas que se levantam contra o critério do Banco do Brasil na concessão de crédito agrícola. Acompanhei alguns casos concretos de pedidos feitos por cafeicultores de Paranavaí, Maringá, Mandaguari e Apucarana, agricultores idôneos, há bastante tempo radicados nessas localidades, que aguardaram cerca de um ano o pronunciamento da carteira especializada e que acabaram não obtendo o desejado financiamento ou empréstimo".

Afastado da vida parlamentar, em 1960 foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek (gestão 1956-1961) presidente do Instituto Nacional do Mate. A fim de expandir o consumo da bebida, criou as "casas do mate" em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, promovendo degustações em hotéis e restaurantes das maiores cidades do país.

Após ter deixado a presidência do instituto, regressou ao Ministério Público, já no cargo de curador-geral da comarca de Curitiba, aposentando-se como procurador de Justiça do estado em novembro de 1965.

Foi casado duas vezes. A primeira com Jurê Pompeu Firman, com quem teve o filho Pedro Orlando. Viúvo, casou-se novamente com Vanda Maria Bittencourt Firman, com quem também teve outro filho. Morreu em 1º de abril de 2004 no Rio de Janeiro, aos 90 anos, onde foi morar em 1965 após o seu segundo casamento.

Em Apucarana, a "Rua Firman Neto" liga a região do Corpo de Bombeiros até o Jardim América. Nesta via fica a agência do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

CAPÍTULO

09

Yoshinori Fukushima, *símbolo da cultura japonesa*

Y*oshinori Fukushima foi o convidado de honra do ministro dos Transportes, Mário Andreazza, na inauguração do trecho de 60 quilômetros da Estrada de Ferro Central do Paraná entre Apucarana e Mauá da Serra, em 9 de outubro de 1973. Ostentando uma longa barba branca ao estilo dos primeiros samurais, o pioneiro japonês de 93 anos deu a bandeirada verde para a partida da primeira composição.*



Yoshinori Fukushima (ao centro) foi convidado de honra da inauguração do trecho entre Apucarana e Mauá da Serra da Estrada de Ferro Central do Paraná / Foto: Norte do Paraná – Apucarana em Prosa e Verso

A ferrovia até Ponta Grossa era considerada fundamental para desafogar o escoamento da safra da região Norte do Paraná, naquela época concentrada apenas na Rodovia do Café (BR-376). Sua construção estava prevista no projeto original de Apucarana apresentado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) em 1936, com base em planos de traçados ferroviários elaborados em anos anteriores. No entanto, a obra demorou várias décadas para sair do papel.

Os 330 quilômetros da ferrovia foram concluídos dois anos após a inauguração do primeiro trecho. A solenidade ocorreu em 12 de março de 1975, com a colocação do último dormente e a saída da locomotiva de Ponta Grossa. Novamente, Yoshinori Fukushima foi convidado de honra, acompanhando a comitiva que incluía o governador Emílio Gomes, a poucos dias do fim do seu mandato, e o novo ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira.

A viagem de trem entre Ponta Grossa e Apucarana demorou 12 horas - duas horas a mais do que o previsto inicialmente-, incluindo paradas nas

Yoshinori Fukushima, símbolo da cultura japonesa

estações de Periquitos, Tibagi, Ipiranga, Lustosa, Campinas Belas, Reserva, Leonardo, Ortigueira, França, Mauá da Serra, Califórnia e, finalmente, Apucarana. A viagem chegou a ser interrompida por conta da queda de pedras sobre o leito da ferrovia na altura de Reserva, ocasionada pelas chuvas dos dias anteriores.

Para Yoshinori Fukushima, um guardião da filosofia oriental da paciência, essas longas 12 horas de viagem representaram muito pouco diante dos 40 anos de espera pela construção da Central do Paraná. A ferrovia ligando Apucarana a Ponta Grossa significava a realização de um sonho acalentado pelo imigrante japonês desde a sua chegada a Apucarana. Foi justamente por conta da promessa dessa estrada de ferro que ele decidiu se instalar no município. Essa história o catapultou a símbolo da Central do Paraná e da própria perseverança do imigrante japonês, com sua fotografia estampada nos principais jornais do Estado.

Yoshinori Fukushima nasceu na província de Okayama em 15 de julho de 1880. Foi soldado do exército japonês e também policial em Taiwan (Ilha de Formosa), quando estava sob domínio japonês. Em 1920, emigrou para o Brasil com a esposa Ey e dois filhos: Noboru (1912-1962) e Minoru (1915-2001). Instalou-se em Lins, no interior de São Paulo, onde foi trabalhar como colono em uma fazenda de café.



Yoshinori com esposa Ey e os filhos Noboru e Minoru logo após a chegada da família a Lins (SP)

Muitos imigrantes japoneses não se adaptaram a esse cultivo, tampouco ao trabalho nas fazendas. Com Yoshinori Fukushima, entretanto, foi diferente. Ele criou gosto pela cultura. Ainda em Lins, nasceram mais três filhos: Makiko (1929-), Takafumi (1935-2006) e Toshimiti (que morreu com 18 anos após uma forte gripe).

Com a abertura da frente pioneira do Norte do Paraná, ele veio conhecer a região. Foi atraído pela ostensiva propaganda feita pela Companhia de Terras Norte do Paraná sobre a fertilidade das terras roxas e vermelhas, consideradas mais apropriadas para o cultivo de café.

Adquiriu inicialmente uma propriedade de 200 alqueires em Apucarana, mas ficou apenas com a metade. Repassou 100 alqueires para outros imigrantes japoneses. Veio em 1936, montado em um cavalo, abrindo caminho com um facão, já com 55 anos de idade e os primeiros cabelos brancos, deixando ainda a família em Lins. Chegou ao futuro município com o filho Noboru e inúmeros outros japoneses. Assim como ele, a maioria não pronunciava mais do que uma ou duas palavras em português. Coube a Noboru, que já dominava o idioma local, negociar a compra das propriedades.

Montou acampamento com o filho em uma barraca de lona, dormindo com o cheiro da mata virgem e o esturro das onças na área que seria transformada anos depois na Fazenda Figueira, considerada a primeira propriedade onde se plantou café em larga escala em Apucarana. Anos depois, Yoshinori Fukushima contou que chegou quando ainda derrubavam a mata onde ficaria a cidade, no ponto mais alto da topografia. Foi quando ouviu falar que seria construída uma estrada de ferro de Apucarana até o mar para levar a produção de toda a região.

Yoshinori Fukushima lembrou que no Japão as áreas mais valiosas ficavam justamente junto às ferrovias. Além disso, também pensava em plantar café e escoar sua produção. Por isso, não pensou duas vezes. Escolheu aquela área em Apucarana, preterindo outras propriedades oferecidas mais atraentes, principalmente em Londrina.

Ele ainda retornou a São Paulo para retomar seu trabalho na fazenda de café em Lins. Regressou em definitivo a Apucarana com a família em 15 de setembro de 1946, ainda sem sinal da estrada de ferro. O contrato entre o governo do Paraná e a empresa Byington & Cia para a construção da obra seria assinado apenas em 12 de novembro de 1948. O marco zero



Em pé atrás, da direita para a esquerda: Noboru, Makiko, Takafumi e Kawai (marido de Minoru); na frente, da direita para esquerda: Massako (esposa de Noboru com duas filhas); Yoshinori e Minoru (com três filhos)

foi implantado em Ponta Grossa em 1949, com o início das obras de terraplenagem.

Os serviços na frente Norte começaram em 1950 e se estenderam até 1957, quando ficou pronto, entretanto, apenas o trecho entre Apucarana e Marilândia do Sul. O contrato com a Byington foi rompido e a conclusão do empreendimento ficou a cargo da CR Almeida. (Leia mais sobre a Central do Paraná no capítulo dedicado à Rua Byington).

A Fazenda Figueira prosperou com a cafeicultura. No auge, a propriedade chegou ao cultivo de 67 mil pés de café nos anos 1970. Filho mais velho, Noboru administrava a propriedade junto com o irmão Takafumi. A propriedade foi vendida pela família por volta de 2010.

Yoshinori Fukushima morreu em 11 de maio de 1977, aos 96 anos. Permaneceu lúcido até o final da vida. Gostava de percorrer a fazenda e observar as plantações, embora não pudesse conversar com os funcionários brasileiros, pois morreu sem dominar a língua portuguesa.



Familiares e representantes da colônia japonesa na cerimônia de despedida Ey Fukushima, esposa de Yoshinori Fukushima

Ainda em vida, recebeu merecidas homenagens. Ganhou a medalha da Ordem do Sol Nascente, uma homenagem concedida em nome de Sua Majestade, o Imperador do Japão, aqueles que realizaram feitos notáveis na promoção da cultura japonesa.

Retornou ao Japão duas vezes. Em uma das viagens visitou a antiga propriedade da família na Província de Okayama. A todos que os questionavam, contava que brigou com um sobrinho na terra natal, porque ele cortou alguns pinheiros aos quais tinha apreço. Também não disfarçava certo incômodo com as transformações do idioma materno. Muitas palavras arcaicas utilizadas por ele e por quase todos imigrantes no Brasil não faziam mais parte do vocabulário daquele novo Japão, reflexos naturais de uma língua, que se movimenta ao longo do tempo.

Em crônica publicada no livro "A Arca da Memória" (2007), Rui Cavallin Pinto apresentou outra faceta do pioneiro nos anos finais de vida: a sensibilidade poética. Sempre que recebia alguém na casa da Fazenda Figueira, Yoshinori Fukushima recolhia-se em seus aposentos por alguns instantes e retornava com um poema escrito cuidadosamente com um pincel com tinta preta, à moda da tradição japonesa, e depois o oferecia ao visitante. Os versos traziam uma lição de sabedoria ou uma expressão de carinho. Aos que perguntavam a inspiração, ele afirmava que escrevia "sob a impressão imediata que as pessoas produziam nele".

Religioso, rezava todas as manhãs e também todas as noites em seu escritório. Até o final da vida, cuidou pessoalmente de sua horta na Fazen-

Yoshinori Fukushima, símbolo da cultura japonesa

da Figueira. Também não abria mão de um copo de saquê a cada tarde.

Virou nome de rua apenas em 1993, com a lei 108/93, que denominou de Rua Yoshinori Fukushima a então Rua Gaivota, no Parque da Raposa. Dois filhos do pioneiro também foram homenageados. Noboru Fukushima dá nome a uma rua na região da Vila São Carlos. O decreto 15/1962 denominou de Rua Noboru Fukushima a então Rua Pinhais. Já Takafumi Fukushima batiza um núcleo habitacional construído no loteamento Jardim Santiago II, na região do Residencial Sumatra.

Noboru Fukushima morreu em 24 de março de 1962 após um acidente de trânsito. Ele retornava da região conhecida na época como Vale do Piquiri, entre os municípios de Nova Aurora e Jesuítas, no Oeste do Paraná. A família havia adquirido uma fazenda naquela área. Noboru era passageiro do veículo, que bateu em um caminhão parado na estrada de terra, "escondido" na poeira de um final de tarde.

Takafumi Fukushima administrou a Fazenda Figueira após a morte do irmão. Após a geada de 1975, que dizimou muitos cafezais, passou a diversificar a produção, investindo no cultivo de cereais e depois fruticultura. Foi secretário municipal de Agricultura entre 1992-1996. Morreu em 2006.



Yoshinori Fukushima foi homenageado pelo Imperador do Japão por seus esforços na promoção da cultura nipônica

CAPÍTULO

10

O triste adeus de Horeslau Saviski

*O*nascimento do menino Horeslau trouxe muito mais do que alegria e satisfação ao casal Alexandre e Estefania Saviski. Foi uma sensação indescritível de alívio. Parecia o tão esperado fim de um pesadelo após quatro partos malsucedidos. A tragédia, no entanto, não abandonaria tão cedo a família Saviski, que morava na localidade do Bilote, na zona rural de Apucarana.

Diabética, Estefania perdeu quatro bebês logo após o nascimento, dois meninos e duas meninas. Devido à sua doença metabólica, as crianças ganhavam muito peso em gestações de alto risco. Além disso, os partos ocorriam em casa. Por conta de uma tradição herdada de gerações passadas, era a mãe de Alexandre, a dona Anastácia, a parteira da família.

A sucessão de natimortos ampliou a ansiedade quando ela estava grávida de Horeslau. Desta vez, porém, o costume familiar e os pedidos da avó para realizar o parto não seriam atendidos. O menino nasceria em um hospital para reduzir os riscos.



Horeslau Saviski estudou no internato do Colégio São José

Os nove meses de espera pareciam bem mais do que nove meses. O desejo dos pais pelo primeiro filho era proporcional ao temor de uma nova decepção. Estefania deu à luz na Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora Aparecida na quarta-feira, 22 de maio de 1957, atendida médico Wolfgang Wetterer.

Foi um parto difícil e a criança chorava muito nos dias seguintes. Um tio jurou que o menino havia quebrado o braço no parto e teria sido autorizado pelos pais a "recolocar" o osso no lugar. Eram outros tempos. Lendas familiares ou não, essas histórias foram passadas adiante. O certo é que Horeslau nasceu saudável.

Menos de três anos depois, Alexandre e Estefania comemorariam o nascimento de uma menina. Leonida chegou ao mundo em 9 de dezembro de 1959, também no Hospital Nossa Senhora Aparecida pelas mãos do médico Wetterer. O sufoco, por conta da diabete gestacional, também foi grande. Ainda assim, o parto foi um sucesso.

O casal Saviski tirava seu sustento, principalmente, do cultivo de café. Filhos de ucranianos, eles nasceram na cidade catarinense de Papanduva e vieram com as famílias para Apucarana em 1939. Na ocasião, o futuro município recebeu uma leva de imigrantes ucranianos. Quando Horeslau chegou à idade escolar, os pais decidiram encaminhá-lo para o internato do Colégio São José. O menino

retornava apenas em finais de semana intercalados para o sítio da família. Muitas vezes, prosseguia na cidade por duas ou até três semanas sem voltar para casa.

Naquela época, o Colégio São José recebia internos de toda região. Eram dezenas de rapazes, filhos de agricultores e comerciantes, que viam no internato a melhor maneira de educar seus filhos. O colégio também aceitava alunos em regime de semi-internato, que faziam as refeições e ficavam à tarde no colégio, mas dormiam em casa. Inaugurado em 1º de maio de 1959, o pensionato funcionou até 1973, sob coordenação dos padres josefinos.



**Alexandre e Estefania com os filhos
Horeslau e Leonida Saviski**

Horeslau era um menino alegre, sorridente e bem-humorado. Fazia amizades com facilidade, não apenas com os colegas da classe, mas também com alguns alunos mais velhos. Quando estava na 1ª série do ginásio, com 11 anos de idade, um de seus amigos era Joaquim Francisco Gonçalves de Brito Amaro, o Chico, que já estava na 4ª série e tinha 14 anos. O garoto era filho do professor Joaquim Bispo Amaro, que veio com a família de Portugal em 1958 e lecionou por um curto período no Colégio São José, mas construiu sua carreira e se aposentou como professor de ensino público no Colégio Agrícola Manoel Ribas e no Grupo Escolar Guilherme da Mota Correia.

Foram muitos recreios divididos, juntamente com colegas de sala e de outras séries do ginásio. Chico gostava de aparecer na sala de Horeslau no recreio para “brincar de ensinar inglês”. A turma aprendia algumas palavras e também se divertia. Era o seu primeiro ano no Colégio São José após fazer as três primeiras séries do ginásio no Colégio Estadual Nilo Cairo.

Chico era semi-interno e sua amizade com Horelau, especialmente, se es-



**Foto aérea do Colégio São José na década de 1960:
internato recebia alunos de toda região**

treitava com a convivência diária. Frequentavam a mesma sala de estudos no período da tarde, onde faziam tarefas, podiam tirar dúvidas e receber orientações de um professor de plantão e até conversar ou trocar alguma ideia. Ao fim do horário de estudos, Chico ia para casa e Horeslau permanecia no colégio, cuidando de outras obrigações. Eles não sabiam, mas seus destinos estavam entrelaçados...

Os últimos dias de agosto de 1968 foram movimentados nas escolas de Apucarana, com competições interescolares. O Colégio São José estava participando em várias modalidades e o assunto animava, inclusive, os alunos que não eram atletas. No sábado, 31 de agosto, haveria competições de atletismo na pista do Colégio Agrícola. Chico e Horeslau combinaram de ir juntos para assistir e torcer.

Ficou acertado que Chico passaria de bicicleta no colégio depois do almoço e daria carona a Horeslau. Outros internos também iriam, mas de carro, acompanhando o diretor, padre Álvaro de Oliveira.

No meio da tarde, com as competições em andamento, Horeslau pediu a Chico que o levasse de volta para o colégio. Ele pensava que o pai iria buscá-lo para passar o domingo com a família no Bilote e queria estar lá quando o pai chegasse. Na verdade, porém, o que estava previsto é que ele iria para casa somente no fim de semana seguinte, no feriado de 7 de Setembro.

Chico queria ficar e disse a Horeslau que tentasse uma carona com o padre Álvaro, mas em poucos minutos ele voltou dizendo que o carro estava lotado. Não havia alternativa.

Com Horeslau no cano da bicicleta, Chico tomou o rumo do Colégio São José pela Avenida Minas Gerais, que, na época, não estava totalmente urbanizada. Era ainda uma parte da Rodovia do Café, com largos acostamentos de terra batida, que penetrava a cidade. Contornavam a Praça Melvin Jones, nas proximidades do acesso à Rua do Seminário, onde está instalado um letreiro em homenagem ao Lions, quando ocorreu o choque fatal: a bicicleta foi atingida por trás por uma caminhonete desgovernada.

O veículo, que tinha o motorista e outro ocupante, invadiu a faixa de terra e acertou em cheio os garotos. Horeslau, que estava sentado no cano lateralmente, de costas para o lado do acostamento, sofreu a pior consequência: fraturou o crânio, porque bateu com a cabeça na "única pedra que havia por ali", segundo alguém disse depois.

Testemunhas disseram que o motorista estava visivelmente embriagado. Mesmo que não estivesse, nas circunstâncias em que se deu o acidente, a responsabilidade foi dele: atingiu, por trás, a bicicleta que estava fora da pista. O condutor ameaçou ir embora, mas o passageiro (que contou a história depois) observou que um dos meninos – Chico – era filho de um conhecido dele, o professor Joaquim. O inacreditável aconteceu: o motorista decidiu socorrer apenas uma das vítimas desmaiadas no chão, o "filho do professor".

Horeslau foi deixado no local do acidente. Chico não foi levado para o hospital e, sim, para casa – os homens da caminhonete sabiam onde ele morava. Ele acordou no caminho, assustado, percebendo o sangue escorrer-lhe pela frente. Seus pais não estavam em casa e foram os vizinhos que disseram aos homens que o levassem imediatamente à Santa Casa de Misericórdia (atual Hospital da Providência).

Quando chegou ao pronto-socorro, Chico percebeu uma ambulância saindo em alta velocidade. Quem estava em seu interior era Horeslau, que havia sido socorrido por outro motorista em um Fusca. Os médicos perceberam a gravidade dos ferimentos na cabeça e o encaminharam imediatamente para o Hospital Evangélico de Londrina para uma cirurgia que não era realizada em Apucarana.

As notícias que chegavam de Londrina no dia seguinte, o domingo, eram de que a operação tinha sido bem-sucedida e o pós-operatório transcorria bem. No entanto, na segunda-feira, a expectativa de uma recuperação não se confirmou. Horeslau morreu no dia 2 de setembro de 1968. Chico recebeu a notícia do pai e de um grupo de colegas do São José que o visitavam no hospital e chorou muito pela perda do amigo.

O acidente gerou enorme comoção em Apucarana. Os colegas do Colégio São José foram se despedir de Horeslau no sítio da família. O garoto foi sepultado no cemitério da colônia ucraniana após ampla demonstração de afeto dos amigos e consternação de toda a comunidade.

Com exceção de algumas escoriações, Chico saiu ileso do acidente, sem nenhuma fratura. Pouco tempo depois, de volta às aulas no Colégio São José, estava na mesma sala de estudos que dividia com Horeslau, quando foi chamado: uma pessoa queria vê-lo. Era Alexandre Saviski, pai de Horeslau.

Ele olhou aquele homem da terra, com a pele marcada pelo sol e pelo trabalho diário, e ouviu algo que o marcou para sempre. Ferido, machucado pela perda, Alexandre Saviski foi perguntar ao colega do filho se ele estava bem e disse palavras para consolá-lo. Chico ficou emocionado com esse gesto de bondade. Aquela visita foi importante para a cicatrização de suas feridas, físicas e emocionais.

Chico - ou Chico Amaro, como passou a ser conhecido - morou em Apucarana até 1974. Tornou-se jornalista e professor universitário em Londrina. De Horeslau, diz às pessoas que lhe perguntam, ficou a lembrança do sorriso franco e do convívio sadio da infância. Só boas recordações do amigo.

Quase um ano depois do acidente, em 20 de junho de 1969, o prefeito Valmor Santos Giavarina (gestão 1969-1973) sancionou a lei 24/1969, denominando a então Rua Jaboti como "Rua Horeslau Saviski". O projeto de lei foi apresentado pelo vereador Orestes Simião, filho do pioneiro Miguel Simião. O Colégio São José mandou afixar uma placa no cemitério em homenagem ao aluno.

Foi difícil para o casal Alexandre e Estefania seguir em frente após essa tragédia. Eles simplesmente não conseguiam aceitar o que aconteceu. Não acreditaram quando o padre Álvaro informou sobre o acidente naquele sábado comum, dia de fazer pão no forno, não acreditaram depois quando retornaram do cemitério... A imagem de Horeslau no leito do hospital também não saiu da lembrança da irmã Leonida, que pouco conviveu com o irmão - ele morreu quando ela tinha oito anos.

Alexandre Saviski chegou a tentar a carreira política. Concorreu a uma cadeira na Câmara de Vereadores em 1972, mas ficou na suplência, com 180 votos.

A Rua Horeslau Saviski liga a região do Bosque Municipal (Vila Santa Terezinha) ao Jardim Guanabara, cruzando o Bairro da Igrejinha.

CAPÍTULO

11

Irmã Eleotéria, *uma vida dedicada à educação*

A trajetória da irmã Eleotéria Skrobot foi curta em Apucarana. Durou apenas seis anos. Ela chegou em 1959, mas morreu já em 1965 aos 44 anos. Ficou marcada na história do município por conta da sua dedicação à educação e também pelo seu carisma.

Irmã Eleotéria Skrobot nasceu em 15 de janeiro de 1921 em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Foi batizada como Maria Skrobot e escolheu se chamar Eleotéria quando foi consagrada na Congregação das Irmãs Servas de Maria Imaculada. Naquela época, a mudança de nome era uma tradição nas congregações religiosas e representava o início de uma nova vida dedicada a Deus.



**Irmã Eleotéria chegou
a Apucarana em 1959**

Ingressou na instituição em 1º de janeiro de 1940, pouco antes de completar 15 anos. Foi professora na Escola Madre Anatólia, em Curitiba, entre 1942 e 1952 e no Colégio Imaculada, em Prudentópolis, entre 1952 e 1958. Formou-se em Filosofia e Línguas Portuguesa e Inglesa pela Faculdade Paranaense em 1952.

Seus pais, José e Estefana, eram de origem ucraniana. Ele nasceu em São Paulo logo após a chegada dos pais da Europa, enquanto ela veio da Ucrânia com apenas sete anos de idade. As famílias trabalharam inicialmente em fazendas de café no interior de São Paulo. Depois de alguns anos de adaptação ao país, optaram por se instalar na Colônia Marcelino, em São José dos Pinhais, que se transformou em um dos principais redutos ucranianos no Paraná. José e Estefana se casaram na própria Colônia Marcelino. Além de Maria, tiveram mais dois filhos: Jeroslau e Ana.

A religiosidade sempre foi muito presente na família e Maria logo manifestou sua vocação. Sua fé precoce e sua personalidade chamavam atenção. A menina mantinha permanentemente um olhar tranquilo e um comportamento voltado às coisas de Deus. Assim, a escolha pela vida religiosa surgiu naturalmente.

Consagrada irmã da Congregação das Irmãs Servas de Maria Imaculada e com formação na área de magistério, o seu objetivo passou a ser a qualidade de ensino das crianças. Por isso, não pensou duas vezes quando foi comunicada de sua transferência para assumir a função de diretora da escola da congregação em Apucarana. As Irmãs Ucranianas Servas de Maria Imaculada do Rito Bizantino Ucraino-Católico já estavam no município há pelo menos oito anos. Elas vieram

Irmã Eleotéria, uma vida dedicada à educação

em 1951 a convite da comunidade ucraniana, que considerou necessário receber acompanhamento espiritual e também educacional para os seus filhos.

Numerosa, a colônia ucraniana foi instalada no município em 1936. A primeira leva de moradores da etnia se instalou na Colônia Barra Nova no loteamento aberto pelo imigrante Antônio Ostrensky, que trabalhava na Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Com o passar dos anos, a comunidade passou a ser denominada de Colônia Nova Ucrânia. (Leia mais sobre o assunto no capítulo dedicado a Antônio Ostrensky)

As primeiras irmãs vindas de Prudentópolis não contavam sequer com uma residência fixa quando chegaram em 1951. Elas precisavam recorrer à hospitalidade dos moradores. Dois documentos históricos retratam os primeiros anos dessas religiosas em Apucarana, o diário do pioneiro Jaroslau Maistrovicz e as anotações das próprias irmãs.

As religiosas pernoitavam e faziam suas refeições nas casas abertas pelos moradores, principalmente descendentes de ucranianos. Apenas em 1952, segundo as anotações do pioneiro e das irmãs, elas passaram a ocupar uma casa própria. No entanto, ainda faziam as refeições nas residências das pessoas que se compadeciam das suas dificuldades.

Logo nos primeiros anos em Apucarana, as irmãs iniciaram o seu trabalho



Irmãs Ucranianas Servas de Maria Imaculada com o padre Armando Círio

ALMA E HISTÓRIA DAS RUAS DE APUCARANA

de evangelização, bem como a educação cristã aos filhos de descendentes ucranianos. A ajuda das famílias e de alguns padres, como Armando Círio, da então Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, foi importante para que elas decidissem se instalar definitivamente no município.

Desde o início dos trabalhos, já planejavam a construção de uma escola. Para obter recursos para a obra, percorriam a cidade, conversando com autoridades, comerciantes e pessoas comuns. Também visitavam propriedades rurais em busca de prendas para festas, sempre com objetivo de angariar recursos para adquirir terrenos e material para a construção do prédio.

Os registros históricos comprovam que a receptividade foi grande. O prefeito Carlos Massareto (gestão 1948-1951) foi um dos incentivadores. "Apucarana precisa de um novo colégio", disse o prefeito, conforme as anotações das próprias irmãs.

Os três primeiros terrenos para a construção da escola foram adquiridos já em 1951, mas a obra ainda demorou mais dois anos para começar. Com a presença do padre Armando Círio, o lançamento da pedra fundamental ocorreu em 12 de



Primeiras instalações do Colégio Glorinha em Apucarana

Irmã Eleotéria, uma vida dedicada à educação

setembro de 1953. A escola abriu sua primeira turma no ano seguinte. Em 15 de agosto de 1954, recebeu os primeiros 36 alunos do jardim de infância.

No entanto, os recursos eram escassos. Em 30 de janeiro de 1955, conforme as anotações das irmãs, o padre Armando Círio doou 20 mil cruzeiros para a construção de quatro metros lineares para ampliar as salas de aulas. A escola, ainda em 1955, chegou a ter 130 alunos matriculados, mas o prédio apresentava condições precárias, faltando janelas e parte do telhado.

Ficou na memória dos antigos moradores de Apucarana a determinação das irmãs do Glorinha, que costumeiramente eram vistas caminhando pelas ruas da cidade, enfrentando a poeira ou a lama, em busca de donativos.

A irmã Eleotéria Skrobot chegou a Apucarana nesse contexto de consolidação da escola. Designada para assumir a direção do estabelecimento de ensino, ela implantou imediatamente o ginásio. Com isso, houve alteração na sua denominação, que passou a se chamar Ginásio Nossa Senhora da Glória.

Segundo pessoas que a conheciam, Irmã Eleotéria era uma educadora nata. Com experiência em sala de aula, tinha como prioridade melhorar as condições de ensino, garantindo uma educação de qualidade para as crianças.

De baixa estatura, ela andava pelos corredores sempre falando e orientando as pessoas com sua voz suave. Não abria mão de manter seu hábito azul impecável. Muito calma, também não reclamava. Era uma mulher positiva, apesar das dificuldades do seu tempo. Trabalhava sozinha na secretaria da escola e também dava aulas de português. Outra característica marcante era sua paixão pela música. Tocava piano e violino.

A sua morte foi completamente inesperada naquele sábado, 30 de janeiro de 1965. As irmãs tomaram o lanche da tarde juntas, como era costume. Irmã Eleotéria comeu pêssegos colhidos no quintal e foi para a secretaria da escola. Algumas irmãs viram a colega sentada com a cabeça encostada na parede, com vários papéis da escola a sua volta. Pensaram que estava descansando ou apenas em um momento de reflexão.

Às 18 horas, as religiosas chamavam diariamente a população das redondezas para uma oração. A própria Irmã Eleotéria bateu o sino para alertar os fiéis, mas pouco depois caiu perto da escada. As irmãs correram para socorrê-la. Ela estava com os dentes cerrados e com o rosto muito vermelho. Não conseguiram

abrir sua boca para que respirasse melhor. Uma irmã saiu às pressas em direção a um hospital que ficava próximo. Encontrou um médico na portaria. Ele estava na companhia do padre Valdemiro Haneiko, ucraniano como as irmãs. Os dois correram até a escola. Ela foi levada ao hospital e medicada. Chegou a apresentar uma pequena melhora, mas morreu por volta das 22 horas. Depois, descobriu-se que a morte foi provocada por um derrame cerebral.

O velório foi realizado no dia seguinte em uma sala da escola. Chovia intensamente e os corredores ficaram completamente tomados pela lama. A população de Apucarana foi em grande número se despedir da religiosa. Os familiares e outras integrantes da congregação não conseguiram chegar a Apucarana para o enterro. O irmão Jeroslau e a mãe Estefana Skrobot, juntamente com duas religiosas, pegaram um táxi em São José dos Pinhais, mas ficaram atolados no meio do caminho.

A missa de despedida foi realizada na Catedral Nossa Senhora de Lourdes e o enterro ocorreu já no início da noite no Cemitério da Saudade. Em 2012, os restos mortais da irmã foram trasladados para o mausoléu da congregação em Prudentópolis.

Ao longo das décadas, a velha escola iniciada pelas irmãs em 1954 transformou-se em um dos principais colégios particulares de Apucarana. Com a implantação do ensino médio em 2006, o estabelecimento passou a ser chamado de "Colégio Nossa Senhora da Glória". Em 2012, foi inaugurado o Centro Esportivo Madre Josafata, dedicado à prática de eventos esportivos e a festas da comunidade escolar.

O colégio integra a Imaculada Rede de Educação, que tem como mantenedora a Associação da Imaculada Virgem Maria, pertencente à Congregação das Irmãs Servas de Maria Imaculada, com sede em Curitiba. A rede conta com 13 escolas, 11 no Paraná, uma em Santa Catarina e uma em São Paulo.

Em 3 de fevereiro de 1966, o vereador Moacyr Leocádio da Silva apresentou projeto de lei para denominar a então Rua Jacarezinho de "Rua Irmã Eleotéria". A lei 3/1966 foi sancionada pelo prefeito Alvaro Aníbal Lautenschlager (gestão 1963-1966) em 11 de março do mesmo ano.

A "Rua Irmã Eleotéria" ou "Eleutéria", como passou a ser também grafada, vai da Praça Interventor Manoel Ribas, a Praça do Redondo, até a altura da Associação Cultural e Esportiva de Apucarana (Acea), passando justamente ao lado do Colégio Glorinha, que a irmã ajudou a construir.



CAPÍTULO

12

A última ópera de Ítalo Ado Fontanini

A história dos primeiros anos de Apucarana foi, em parte, escrita no Bar do Ado, do pioneiro Ítalo Ado Fontanini. Inaugurado em 1940, o estabelecimento funcionava em um imóvel de madeira onde hoje está a agência da Caixa Econômica Federal (CEF), na Praça Rui Barbosa.

Ponto de encontro dos pioneiros, o local foi palco de numerosos e acalorados debates políticos, fartos almoços familiares e inúmeras reuniões da sociedade. As mesas do Bar do Ado testemunharam os principais acontecimentos da fundação do município, das discussões pela emancipação política, passando pela polêmica construção da Catedral Nossa Senhora de Lourdes até a reunião de criação do Clube 28 de Janeiro, entre tantos outros assuntos que dominavam as preocupações dos primeiros moradores de Apucarana.



Ítalo Ado Fontanini nasceu em Pieve Fosciana, província de Lucca, na Itália

Filho de Ricieri e Chiara Fontanini, Ítalo Ado nasceu em Pieve Fosciana, província de Lucca, na região da Toscana, na Itália, em 16 de abril de 1908. Foi na sua cidade natal que conheceu a esposa Josefina por volta de 1925. Ela nasceu em Jacutinga (MG) e estava na Itália a passeio com o pai Nicodemos Cavarolli quando os dois começaram a namorar.

Nicodemos administrava em Jacutinga uma loja de secos e molhados. Italiano de Castiglione, localizada nos arredores de Pieve Fosciana, ele emigrou para o Brasil com 20 anos de idade. A esposa Margarida morreu muito jovem e coube a ele a missão de educar Josefina e mais três irmãs. Para distrair as filhas e também amenizar a saudade da Itália, Nicodemos passava muitas temporadas no país natal.

Foi em uma dessas viagens, sob o sol da Toscana, que Ado e Josefina se conheceram. Não demorou muito para que o namoro virasse noivado. Em dezembro de 1927, ele atravessou o oceano rumo ao Brasil atrás da jovem de Minas Gerais, deixando na Itália os pais e quatro irmãos. O casamento ocorreu em Jacutinga em fevereiro de 1928. Um ano depois, nasceu o primogênito Heber.

Ado chegou ao país com 19 anos e trabalhou com o sogro até aprender a língua portuguesa. Inquieto, decidiu que o seu futuro e da nova família estava longe de Minas Gerais. Ouviu falar de oportunidades em Presidente Venceslau, em São Paulo, e partiu para lá em 1933. Na cidade paulista, montou uma loja de secos e molhados similar a do sogro. Também em Presidente Venceslau nasceram outros dois filhos: Nivaldo Rafael (1935) e Iride (1938).



Ado em frente a primitiva Praça Palmas; ao fundo, a igrejinha de madeira

Ado, porém, ainda não havia achado o seu lugar no Brasil. Empreendedor por natureza, ouviu falar agora do Norte do Paraná e de sua terra fértil, e fez novamente as malas, desta vez, rumo a Apucarana.

Chegou por aqui em 1940, com três filhos e a esposa. Apucarana ainda era um "patrimônio", como se dizia na época. No entanto, havia uma atmosfera de desenvolvimento e uma vontade de fazer acontecer dos pioneiros, muitos dos quais também imigrantes europeus. Ítalo Ado Fontanini percebeu imediatamente que havia encontrado o seu destino. Mal sabia, no entanto, que sua vida seria curta e que os próximos dez anos – intensos como ele – seriam os seus últimos.

Assim que chegou a Apucarana, o imigrante italiano montou o Bar do Ado. O estabelecimento – que funcionava também como restaurante e mercearia – ficava ao lado da Farmácia Brasil, do primeiro farmacêutico apucaraneses Octávio Pereira de Melo.

Os negócios iam bem. A casa estava sempre lotada. Na frente, ficavam as mesas do bar e a mercearia; ao fundo, o restaurante. A receita de macarrão artesanal ficou famosa entre os moradores e também entre os que estavam de passagem. Os ingleses, da Companhia de Terras do Norte do Paraná, eram fregueses habituais, assim como diversos comerciantes, corretores e outros viajantes que paravam em Apucarana.

O bar tinha outro diferencial: as primeiras máquinas de chope de Apucarana estavam lá instaladas, assim como era um dos poucos estabelecimentos que ven-



**Bar do Ado na Praça Palmas (atual Praça Rui Barbosa):
ponto tradicional de Apucarana**

diam sorvete na cidade naquela época. Vinhos e uísques importados também não faltavam.

Em 1943, nasceu a filha Clary. Apesar das dificuldades, a decisão de fixar residência em Apucarana mostrava-se acertada e Ado pensava em expandir seus negócios. Construiu ao lado do bar/restaurante/mercearia um novo imóvel para funcionar somente como sorveteria e café. Além disso, já havia adquirido um barracão de madeira na atual Rua Munhoz da Rocha, esquina com a Rua Osório Ribas de Paula. Para esse local foi transferido o restaurante em 1950. No entanto, por algum tempo, esse imóvel permaneceu desocupado e Ado decidiu emprestá-lo para o uso da comunidade. Foi nesse barracão que funcionou gratuitamente, ainda em 1949, a Escola Normal Regional de Apucarana até a construção de sua sede própria. Anos depois, chegou a abrigar temporariamente a Câmara.

O jornal "Correio do Lavrador" divulgou nota na edição de 20 de julho de 1950 sobre a inauguração do novo restaurante, destacando que o estabelecimento "com suas novas instalações e melhoramentos modernos, firmar-se-á ainda mais no conceito e no agrado de sua vasta e ampla clientela".

Com os negócios em alta, Ítalo Ado Fontanini foi figura destacada na socie-

dade apucaranaense entre 1940 e 1950. Como muitas ideias nasciam no seu estabelecimento em reuniões sociais, passou a opinar e atuar ativamente. Integrou a primeira diretoria da Aci, em 1949, ocupando a função de 1º tesoureiro. Na época, a entidade nasceu com o nome de Associação Comercial, Industrial e Rural de Apucarana. Em 1953, passou a se chamar apenas Associação Comercial e Industrial de Apucarana, já que o município acabava de ganhar a Associação Rural, futuro Sindicato Rural Patronal de Apucarana. A nomenclatura atual – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana – só foi instituída em 2001.



Anúncio da Mercearia e Restaurante do Ado na "Folha de Apucarana" em 1949

O Bar do Ado testemunhou, entre outros fatos históricos, a fundação do Clube 28 de Janeiro nos primeiros dias de 1945. Uma reunião no estabelecimento foi convocada pelo prefeito tenente Luiz José dos Santos, que convidou 13 apucaranaenses notáveis para um jantar patrocinado pela administração municipal. Presente na confraternização, o primeiro juiz de direito da Comarca, Antonio Franco Ferreira da Costa, propôs a criação do clube, que ocorreu em 28 de janeiro daquele ano, data do primeiro aniversário do município, tendo como presidente o pioneiro Osório Ribas de Paula.

O estabelecimento também foi o local escolhido para fundação do Rotary Club Apucarana. Treze pioneiros assinaram a ata de fundação em 29 de julho de 1946. O Bar e Restaurante do Ado passou a ser a sua sede provisória, com reuniões semanais, sempre às terças-feiras, a partir das 19 horas.

A reunião festiva de 18 de outubro de 1947, que marcou a solenidade de admissão ao Rotary Club Internacional, também ocorreu no local. O cardápio anunciado para o evento previa frios, sopa, spaghetti al sugo, frango a governador J. Moritz, saladas, pudim com ameixas e passas (sobremesa), e vinhos, cervejas e água mineral (bebidas). Ao final, charutos e café. Para encerrar, um sarau dançante. Os encontros do Rotary passaram, depois, a ser realizados também em outros locais – a Casa da Amizade, por sua vez, foi inaugurada apenas em 12 de fevereiro de 1984.



Ado em foto no balcão do primeiro bar na primitiva Praça Palmas, hoje Praça Rui Barbosa

Ado figura ainda entre os apoiadores do Grêmio Esportivo e Recreativo Apucararense (Gera). Além disso, conciliava suas atividades atuando como representante do Consulado da Itália para o Norte do Paraná, auxiliando inúmeros imigrantes interessados em adquirir propriedades em Apucarana e na região.

A rotina agitada não tirava o bom-humor de Ado, que sempre demonstrava disposição para as suas atividades profissionais e sociais. No entanto, uma doença cardíaca silenciosa e - para ele - desconhecida tirou sua vida prematuramente. Aos 42 anos, no auge dos seus negócios e consolidado como figura importante da sociedade apucararense, partiu vítima de um ataque cardíaco.

Ele morreu em 25 de novembro de 1950, um sábado à noite, enquanto ouvia e cantava óperas com dois amigos, os irmãos Enzo e Hélio Bonetto, curiosamente médicos, donos do Hospital Santa Eliza - o primeiro de Apucarana -, que não puderam nada fazer diante do infarto fulminante.

A ópera era sua paixão, principalmente as peças *La traviata*, *Il Trovatore* e *Rigoletto*, do italiano Giuseppe Verdi. Os amigos revelaram depois que Ado morreu



Ado e a esposa Josefina em foto tirada em Apucarana

cantando uma ária de Rigoletto, como se fosse a última piada de mau gosto desse triste e sofrido personagem verdiano.

A morte de Ado gerou forte comoção, como descreve o jornal "Comarca de Apucarana" na edição de 3 de dezembro de 1950, em uma página dedicada ao pioneiro. O texto, com o título "Ado, um amigo e um bom", lhe presta uma comovente homenagem:

"Aquela contristadora notícia abalara profundamente toda a cidade, na macabra noite de 25 do transato. Morrerá o Ado! O popular e boníssimo Ado, aquela adorável criatura, simples e cavalheiresca, amiga de todos, ar sadio e feliz, que acostumávamos a ver sempre à porta de sua mercearia, alérgico ao paletó, sorridente a cantarolar no seu restrito, curtíssimo trajeto cotidiano – apenas até a esquina mais próxima.

Sim, era verdade. Lá se fora com ele um pedaço de Apucarana (...)- 'Cuore Ingrato'-, de suas atividades progressistas, de sua bondade, de seu coração.

Via-se, sentia-se, amarguradamente, como que uma pesada e desoladora sensação de crepe em tudo, em todos. A cidade inteira chorava aquela irreparável perda, como se tivesse sido despojada no que de mais precioso, representativo e estimável possuísse.

Os médicos talvez nunca quisessem revelar a verdade ao bom Ado – Você sofre do coração... Iludiram-no, e aqueles próprios, como que se sentindo satisfeitos pela enganosa certeza de seu imperecível e amabilíssimo convívio.

Se sua morte fora uma tristeza, seu enterramento fora uma verdadeira consagração popular. Toda a cidade, em prantos, acompanhou-o a última morada.

Morrera, quando cantava uma área do Rigoletto. Morrera cantando, como sempre vivera. "Cuore Ingrato"! Um amigo e um bom. Apucarana chora sua falta, nosso saudoso e estimado Ado."

Em outro texto na mesma página, com o título "Trá-lá-lá", o autor Narciso Vicente de Castro também homenageia o pioneiro: *"Foi um espetáculo bonito o sepultamento do nosso bom amigo Ado, mobilizando todas as classes sociais com desusadas filas múltiplas de automóveis e a tristeza estampada em cada fisionomia. Foi uma morte bonita, fulminante, enquanto sorria, modelada na bondade, desinteressada assistência, timbrada sempre pela alegria cantarolada e amena do trá-lá-lá. Se todos tivéssemos uma vida assim, como seria bonito viver e como seria bonito o morrer!"*.

Com a morte do pioneiro, a administração do Bar do Ado na Praça Rui Barbosa passou para o primogênito Heber José Fontanini, que já trabalhava ao lado do pai no estabelecimento juntamente com o irmão Nivaldo Rafael. A mercearia ficou a cargo da viúva Josefina e de Nivaldo. Já o comando do restaurante foi transferido para o irmão de Ado, Alírio, que chegou da Itália em 1951.

Quando Ado morreu, a esposa Josefina estava novamente grávida. Era uma menina, que recebeu o nome de Ada em homenagem ao pai, que não chegou a conhecer. A matriarca Josefina faleceu em Apucarana em 31 de março de 1982.

O filho mais velho Heber investiu na política. Ele chegou a assumir uma cadeira na Câmara de Vereadores em 1958. Após ficar na suplência nas eleições de 1954, ele ocupou uma vaga aberta no final da legislatura com o falecimento do vereador Lázaro de Paula Rodrigues, conhecido como Lazinho. Heber substituiu ainda o pai no Consulado Geral da Itália, atuando como correspondente na região Norte do Paraná.

Ítalo Ado Fontanini virou nome de rua somente em 1978. O projeto de lei nº 60/78, sancionado pelo prefeito Voldimir Mirão Maistrovicz (gestão 1978-1982), rebatizou a então Rua Paranaíba com o nome do pioneiro italiano. A via une a região da Vila São Paulo ao Loteamento Biguaçu. Na rua, estão localizadas a Praça da Bíblia e a Escola Municipal João Braga Cortes.

Em 1951, no entanto, a Câmara de Vereadores chegou a aprovar a lei 01/51, denominando de Rua Ítalo Ado Fontanini a Rua Ponta Grossa, na área central. O



Jornal "Comarca de Apucarana" dedica página ao pioneiro após seu falecimento

texto foi sancionado pelo prefeito Carlos Massaretto (gestão 1948-1951). No entanto, a homenagem proposta pelo então vereador Jorge Amin Maia acabou revogada em 1952, com a lei 23/52, sancionada pelo prefeito Coronel Luiz José dos Santos (gestão 1951-1955), mantendo o nome original de Rua Ponta Grossa, que permanece até hoje.

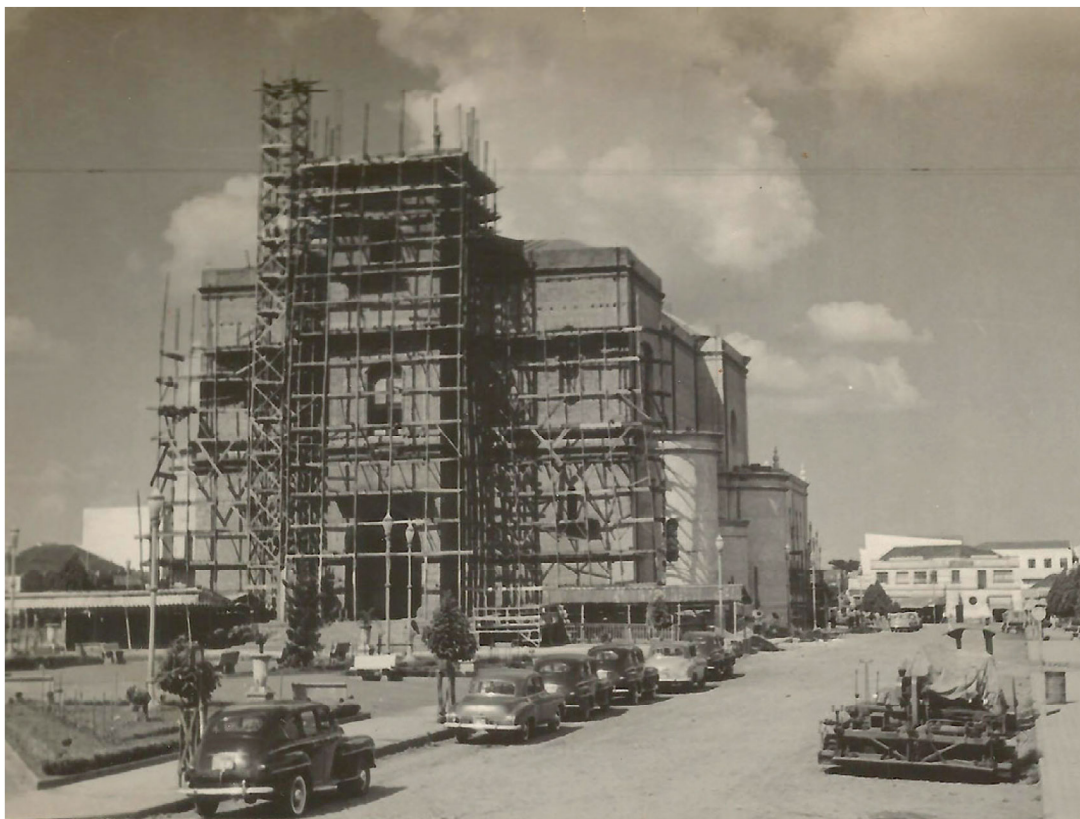
A revogação foi um pedido da própria família, cansada das polêmicas ainda recentes geradas pela construção da Catedral Nossa Senhora de Lourdes, uma página controversa da história de Apucarana.

Para entender o que ocorreu é preciso retroceder um pouco no tempo. No dia 8 de janeiro de 1949, o bispo diocesano Dom Geraldo de Proença Sigaud, de Jacarezinho, apresentou o projeto arquitetônico da nova igreja matriz. No entanto, um detalhe da planta gerou polêmica. O bispo determinou que a nova matriz tivesse sua fachada voltada para a estação ferroviária em posição contrária à igreja existente. Para isso, propôs a troca do terreno doado pela Companhia de Terras Norte do Paraná para a igreja com outro do município, onde ficava a Praça Rui Barbosa. Na prática, era uma inversão de terrenos no coração da cidade. Entre os argumentos do bispo estava o vento, que soprava do lado oposto à estação, entre outras razões litúrgicas e técnicas.

A proposta gerou revolta de muitos comerciantes, especialmente daqueles que tinham seus estabelecimentos que ficariam na parte de trás da catedral, na direção da saída para Arapongas. Eles argumentavam que a construção deveria ocorrer exatamente onde estava a igreja de madeira, mantendo a praça no mesmo lugar. O impasse dividiu os pioneiros e gerou muitos rancores, além de atrasar o início da obra.

O jornal "Correio do Lavrador" começou a entrevistar autoridades e comerciantes, que foram convocados a opinar em uma enquete chamada "A Casa de Deus em Apucarana". Ítalo Ado Fontanini foi um dos entrevistados e opinou a favor da mudança da fachada, com a troca dos terrenos. Na edição de 9 fevereiro de 1950, o pioneiro italiano declarou: "A princípio eu também achava que a nova matriz deveria ficar onde está a atual. Hoje, todavia, tendo ouvido, visto e pensado os argumentos do bispo Dom Geraldo de Proença Sigaud, de Jacarezinho, e com o objetivo de harmonizar a questão, sou porque se faça a permuta, pois assim, quer me parecer, dentro em breve, a construção começará. O que é preciso, primeiramente, é apenas o início da obra".

A polêmica não cessava, com os ânimos acirrados. Por fim, o então vereador Henrique Victor Giublin, que também foi promotor público em Apucarana, apresentou um projeto de resolução que previa a construção da igreja entre os



Construção da Catedral gerou polêmica em Apucarana

dois terrenos, mantendo o projeto do bispo com a fachada em direção à estação ferroviária. No entanto, determinou algumas mudanças no seu parágrafo 1º: "Tanto a frente como os fundos da nova matriz terá um espaço de terras de 65 (sessenta e cinco) metros e 25 (vinte e cinco) metros, respectivamente, em cada lado da obra, espaços destinados à Praça Rui Barbosa, para fins de ajardinamento".

A pedra fundamental da Catedral foi lançada em 11 de fevereiro de 1949, mas a obra começou oficialmente apenas em 12 de outubro de 1950. Em maio daquele ano, o padre Armando Círio, então pároco, chegou a abrir valetas para a fundação, com o objetivo de dar por encerrado o assunto.

Quando a Câmara aprovou a homenagem a Ítalo Ado Fontanini, em 1951, ainda persistiam ressentimentos por conta do seu posicionamento na questão da nova igreja. Por isso, a viúva Josefina foi pessoalmente à Câmara pedir a revogação da lei, contrariando os vereadores da época, que insistiam em mantê-la. O pedido de Josefina, no entanto, foi acatado e a lei anulada. Somente em 1978, a família decidiu aceitar a justa homenagem ao pioneiro.

CAPÍTULO

13

Miguel Simião, *o fazendeiro de 500 alqueires*

Miguel Simião chegou a Apucarana em maio de 1944 quando já contava com 62 anos de idade. Casado com Pierina Gabardo Cilião e pai de nove filhos, ele decidiu apostar no Norte do Paraná após convite de amigos entusiasmados com "o novo Eldorado", como a região era chamada pelos pioneiros e investidores em referência às suas terras férteis.



Pierina e Miguel Simião chegaram em 1944 a Apucarana

Natural de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, Miguel Simião nasceu em 26 de maio de 1882, filho de Antonio e Catarina Simião. Era proprietário de uma serraria nas proximidades de onde hoje é o Aeroporto Internacional Afonso Pena.

Naquela época, o Norte do Paraná estava praticamente isolado do restante do Estado. Essa situação havia começado a mudar com a inauguração da Estrada do Cerne em 1940 pelo interventor Manoel Ribas. A rodovia, hoje conhecida como PR-090, foi o primeiro elo com o Sul do Paraná, unindo Curitiba a Alvorada do Sul, na divisa com São Paulo, às margens do Rio Paranapanema.

Por conta da idade avançada, Miguel Simião e a esposa Pierina, também conhecida como Pedrina, fizeram a viagem de trem. O percurso por composição férrea demorava pelo menos um dia e meio para ser concluído partindo de Curitiba. Ainda não existia a Central do Paraná, a ferrovia entre Apucarana e Ponta Grossa, que foi entregue apenas em 1975. Era necessário seguir até Marques dos Reis (Jacarezinho) pelo ramal do Paranapanema (via Jaguariaíva) e, depois, pegar a composição até Apucarana. O primeiro trem chegou ao município em 18 de abril de 1943.

Esta não era a primeira viagem de Miguel Simião a Apucarana. Em 1938, ele chegou ao município – na época, ainda patrimônio de Londrina – para adquirir uma fazenda de 500 alqueires na região da Água da Juruba por sugestão

Miguel Simião, o fazendeiro de 500 alqueires

do amigo Carlos Schmidt, que também investiu em uma grande propriedade rural no município anos antes, em 1936, e era um entusiasta do Norte do Paraná.

Depois de fechar a compra da fazenda, ele retornou para São José dos Pinhais, onde havia herdado de um padrinho uma serraria especializada em pinhos e imbuías. Lá, moravam todos os nove filhos: Angelina, Hermínia, Helena, Antônio, Aristides, Ana Maria, Orestes, Tereza e Francisco (adotivo). Com exceção de Orestes e Tereza, todos já casados e com filhos.

Retornou para a terra natal decidido a implantar o mesmo negócio em Apucarana, onde encontrou uma grande quantidade de pinheiros e outros tipos de madeira. Permaneceu mais alguns anos na Região Metropolitana de Curitiba até a serraria tornar-se inviável por lá. O empreendimento estava instalado em um pequeno sítio de três hectares, bem diferente da fartura na imensidão de 500 alqueires em Apucarana.

Logo após a primeira viagem ao município, Miguel Simião tomou uma providência imediata. Mandou para cá o genro Leonardo, casado com a filha Helena, com a missão de vigiar a imensa propriedade. Havia medo dos grileiros, muito comuns na época. Leonardo percorria a cavalo a mata fechada, com espingarda a tiracolo, para proteger a fazenda de uma possível invasão.



Foto da família ainda na cidade de São José dos Pinhais em 1925. Da esquerda para a direita Aristides, Helena, Pierina, Herminia, Angelina, Miguel Simião, Catarina (mãe de Miguel), Antônio, Ana (menina na cadeira) e Orestes (bebê)

Em 1944, a família decidiu finalmente deixar em definitivo a região de Curitiba. Enquanto Miguel Simião e a esposa fizeram o trajeto de trem com os filhos mais novos e as mulheres da família, o genro Afonso (casado com Angelina) e o filho Antônio trouxeram a máquina de vapor da serraria e os demais equipamentos distribuídos em um caminhão Chevrolet 1939 e um "carroção". A viagem demorou 32 dias, partindo da Estrada do Cerne e passando por "picadas" até chegar a Apucarana.

Toda família instalou-se no município, com exceção de Antônio. Tônico, como era conhecido entre os irmãos, adquiriu um posto de combustível em Curitiba e permaneceu na capital do Estado. Aristides, que serviu o Exército durante a Segunda Guerra Mundial, foi o último a chegar com a esposa. Na Fazenda Santa Helena, Miguel Simião implantou com os filhos e genros três olarias e também uma serraria.

Pouco tempo depois, adquiriu uma chácara de oito alqueires nas proximidades da sede em Apucarana. A propriedade - um grande sítio, na verdade - ficava aos fundos do Colégio São José, na região da atual Vila Agari, margeando a Avenida Minas Gerais e seu prolongamento na BR-376. Inicialmente, a maioria dos filhos permaneceu em casas construídas ao longo da fazenda. Aos poucos,

quase todos transferiram residência para a cidade.



Pierina e Miguel Simião no casamento da filha Tereza e Eurico

A decisão de vir para Apucarana mostrou-se acertada rapidamente. Os negócios prosperaram e Miguel Simião também passou a se integrar na vida da comunidade do município, instalado oficialmente em 28 de janeiro de 1944.

Havia, na época, um senso muito grande de solidariedade entre os pioneiros. Miguel Simião doou grande quantidade de madeira, tijolos e telhas para a construção da Catedral Nossa Senhora de Lourdes. Da mesma forma, também ajudou

Miguel Simião, o fazendeiro de 500 alqueires

com tijolos e madeira para o vigamento da sede do Clube 28 de Janeiro. As duas construções começaram nos anos 1950 e mobilizaram os primeiros moradores do município, que se uniram em inúmeras campanhas para arrecadar dinheiro e suprimentos.

Doou também o terreno para a construção da capela da Igreja São João Batista na Água da Juruba. O templo de madeira foi inaugurado em 25 de junho de 1955, com missa do padre Armando Círio, então pároco da matriz.

Miguel Simião morreu aos 74 anos de idade em 3 de janeiro de 1957. Ele não resistiu a uma parada cardíaca. Seu corpo foi sepultado no Cemitério da Saudade, onde foi construído um imponente jazigo, com mármore importado da Itália. Anos depois, o mausoléu foi transferido para o Cemitério Cristo Rei, inaugurado em 1962.

Com a sua morte, a família realizou a partilha da propriedade. Alguns filhos decidiram seguir a vida em cidades diferentes, implantando outros negócios. Ficaram ainda em Apucarana Aristides, Orestes, Tereza, Helena e Angelina.

Orestes Simião ganhou destaque e construiu sólida carreira política. Foi eleito vereador em três eleições (1955, 1959 e 1968) e ficou na suplência em outras duas oportunidades (1963 e 1972). Em 1963, chegou a assumir também a cadeira na Câmara.



Orestes Simião, que não dispensava o terno, foi vereador em várias legislaturas

Ele tinha como marca registrada a elegância. Dificilmente, abria mão do terno e gravata, inclusive aos finais de semana. Não dispensava o traje até mesmo em pescarias. Mandava fazer suas roupas em alfaiates, algumas vezes solicitando ternos amarelos e laranjas, cores pouco habituais e extravagantes para a época. Mantinha uma coleção de mais de 20 ternos e 100 gravatas, que gostava de escolher pessoalmente.

Em entrevista ao jornal "Tribuna do Norte", na edição de 4 de junho de 2000, contou que herdou o estilo do pai Miguel Simião. "Nunca vi meu pai sem paletó. Como o filho sempre acompanha o pai, acho que por isso gosto tanto de terno", declarou.

Frequentador assíduo de tradicionais bares da Rua Oswaldo Cruz, ele participou de inúmeras discussões polêmicas sobre a cidade. Foi também integrante do Ferra Mula desde a fundação do clube, em 1963. Virou uma figura folclórica da política do município. Morreu em 2010, aos 86 anos.

No primeiro mandato de Orestes Simião na Câmara, por sua influência, o pai Miguel Simião foi homenageado pelos vereadores. O projeto de lei foi apresentado em 26 de agosto de 1957 pelo vereador Francisco Gomes. Na justificativa, o parlamentar destacou a importância do pioneiro para a história do município: "Sempre trabalhador infatigável, procurou empregar todas as suas economias neste Município, instalando serraria, olaria, construindo casas e procurando dotar Apucarana de melhoramentos outros. O extinto que deixou numerosa família, entre os quais destaca-se o nosso companheiro de Vereança, Sr. Orestes Simião, foi um exemplo de trabalho e de honestidade, cujo exemplo deve servir a gerações vindouras".

A lei 12/1957 foi sancionada em 5 de setembro daquele ano pelo prefeito Jorge Amin Maia (gestão 1955-1958), denominando como "Rua Miguel Simião" a então Rua Morretes, na região do Shopping Centronorte e da Praça Interventor Manoel Ribas (Praça do Redondo).

CAPÍTULO

14

**Munhoz, Clotário,
Oswaldo,
Erasto, João
Cândido e Gastão,
*seis figuras
ilustres no centro***

As ruas de Apucarana começaram a ganhar nomes de personalidades históricas e figuras públicas já a partir de 1944, logo após a instalação do município em 28 de janeiro daquele ano. O médico e político paranaense Caetano Munhoz da Rocha foi o primeiro homenageado, dando nome a uma importante via pública da área central.

O decreto-lei 14/1944, assinado pelo prefeito tenente Luiz José dos Santos, denominou como "Rua Dr. Munhoz da Rocha" a primitiva Rua Paranaguá.

Até então, todas as vias e logradouros públicos levavam nomes de municípios do Paraná. Essa padronização partiu da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que projetou Apucarana. A planta original, desenhada pelo engenheiro agrimensor russo Alexandre Razgulaeff em 1936, previa originalmente apenas 53 ruas distribuídas em 105 quadras, além de quatro praças e um jardim.

Munhoz da Rocha

O médico Caetano Munhoz da Rocha foi presidente do Paraná por dois mandatos consecutivos (1920-1924 e 1925-1928). Os governantes estaduais eram assim denominados nos períodos do Império (1853-1889) e da Primeira República (1889-1930). Essa configuração mudou após a Revolução de 1930, quando iniciou a Era Vargas no Brasil e interventores começaram a ser nomeados nos estados. Os governadores surgiram a partir das eleições de 1947, quando ocorreu a redemocratização do país com a destituição de Getúlio Vargas.



Caetano Munhoz da Rocha foi a primeira personalidade a denominar uma rua em 1944 no município

Caetano Munhoz da Rocha nasceu em Antonina em 14 de maio de 1879. Filho de Bento Rocha e Maria Leocádia Munhoz Carneiro, formou-se na turma de 1902 da Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro.

Iniciou sua vida profissional em Paranaguá, onde clinicou na Santa Casa de Misericórdia e na Inspetoria de Saúde dos Portos. Foi atraído pela política, elegendo-se pela primeira vez para o Congresso Legislativo estadual em 1904, onde permaneceu, com eleições sucessivas, até 1917. Na época, a legislação eleitoral permitia a acumulação de cargos eletivos. Assim, elegeu-se também prefeito de Paranaguá em 1908, reelegendo-se para o quadriênio seguinte. Acabou não concluindo o último mandato, pois decidiu transferir seu domicílio para Curitiba, em 1915.

Munhoz, Clotário, Oswaldo, Erasto, João Cândido e Gastão, seis figuras ilustres no centro

Com grande prestígio na administração municipal de Paranaguá, o Partido Republicano o escolheu como companheiro de chapa do candidato ao governo do Estado, Affonso Camargo, em 1915. Eleito como vice-presidente para o mandato 1916-1920, ele exerceu paralelamente também os cargos de secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. Esteve no exercício da presidência durante a celebração do Acordo de 1916, que tratou da questão do Contestado.

Na sucessão de Affonso Camargo, seu nome surgiu naturalmente. Candidato único, ele assumiu o governo para o quadriênio 1920-24, sendo reeleito depois para o mandato 1924-28. Foi protagonista de um fato histórico polêmico. Por conta do 1º centenário da Independência do Brasil, aboliu a Bandeira e o Hino do Paraná por inspiração do unitarismo político. Esses símbolos foram restabelecidos mais tarde pelo governador Moysés Lupion em 1950.

Foi ainda senador da República até 1930, quando houve a dissolução do governo Getúlio Vargas. No entanto, acabou nomeado pelo presidente para a chefia do Departamento Administrativo do Estado durante o Estado Novo. O departamento atuava junto à interventoria federal no Paraná, o que ajuda a explicar a homenagem em Apucarana. Luiz José dos Santos, tenente da Polícia Militar, foi nomeado prefeito de Apucarana justamente pelo interventor Manoel Ribas, homem-forte de Getúlio Vargas no Estado.

Caetano Munhoz da Rocha foi casado por três vezes após enviuvar. A primeira com Olga de Souza em 1903; a segunda com Domitila Almeida (1921) e a terceira com Sílvia Lacerda Braga (1924). Foram 21 filhos nos três matrimônios. Faleceu em 23 de abril de 1944 na capital do Estado.

Menos de três meses após sua morte, Caetano Munhoz da Rocha foi homenageado em Apucarana. Conforme o texto do decreto-lei 14/1944, de 22 de julho daquele ano, a então Rua Paranaguá passou a ser denominada de "Rua Dr. Munhoz da Rocha". No entanto, a ausência do prenome "Caetano" no texto do decreto-lei, com o passar dos anos, gerou interpretação errada sobre a homenagem. Há quem acredite que a homenagem faça referência ao seu filho, Bento Munhoz da Rocha Netto, que também foi governador do Paraná entre 1951 e 1954.

O jornalista e historiador Francisco Soares Dias Sobrinho (1931-2019) defendeu no livro "Norte do Paraná – Apucarana em prosa e verso" a mudança na denominação da rua. Segundo "seu Chiquinho", como era conhecido, o nome mais apropriado seria "Rua Caetano Munhoz da Rocha" para evitar confusão entre pai e filho.

O filho Bento Munhoz da Rocha Netto, do casamento com Olga Carneiro de Souza Munhoz da Rocha, seguiu os passos do pai na política. Ele nasceu em Paranaguá em 17 de dezembro de 1905. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Paraná, em Curitiba. Foi professor universitário e também trabalhou na Caixa Econômica Federal do Paraná até se dedicar à política. Elegeu-se deputado constituinte em 1946.

Com apoio de uma ampla coligação partidária, chegou ao governo do Estado após vencer as eleições estaduais em 1950. Tinha como slogan de campanha a dignificação da função pública. Intelectual e com formação universitária, seu governo teve forte conotação cultural.

Em Apucarana, Bento Munhoz da Rocha Netto mantinha boa relação com o prefeito Luiz José dos Santos, autor da homenagem ao seu pai em 1944. Fez questão de prestigiar a posse do prefeito em 11 de dezembro de 1951 após o retorno dele à Prefeitura em eleição direta. Visitou Apucarana ainda em outras oportunidades, como na inauguração do segundo Fórum de Apucarana em 19 de abril de 1953, denominado Fórum Desembargador Clotário Portugal.

Juntamente com o prefeito, sofreu pressão por conta do problema energético. A população, sob o comando da Associação Comercial e Industrial de Apucarana (Acia), cobrava do governo estadual melhorias no serviço. Apucarana era servida pela Empresa de Luz e Força, que fornecia eletricidade a partir de precários motores a diesel. A questão foi resolvida apenas no governo de Ney Braga (1961-1965), quando as redes da Usina de Salto Grande (SP) chegaram a Apucarana.

Renunciou ao cargo de governador em 3 de abril de 1955 após ser convidado pelo presidente João Café Filho para assumir o Ministério da Agricultura. Seu projeto político era se candidatar à vice-presidência da República, o que acabou não se con-



Filho de Caetano Munhoz da Rocha, Bento Munhoz da Rocha também foi governador do Paraná

Munhoz, Clotário, Oswaldo, Erasto, João Cândido e Gastão, seis figuras ilustres no centro firmando. Foi ministro da Agricultura em 1955 e voltou à Câmara Federal na eleição de 1958.

Era casado com Flora Camargo Munhoz da Rocha, filha de Afonso Alves de Camargo, governador do Paraná de 1916 a 1920. Morreu em Curitiba em 12 de novembro de 1978. É homenageado em Apucarana denominando uma rua no Distrito de Correia de Freitas.

Clotário Portugal

Em 15 de dezembro de 1948, o primeiro prefeito eleito de Apucarana, Carlos Massaretto, sancionou a lei 13/1948 criando a Rua Desembargador Clotário Portugal no centro da cidade, originalmente denominada Rua Palmeiras.

Filho de James Pinto de Azevedo Portugal e de Anna Rosa de Macedo Portugal, Clotário de Macedo Portugal nasceu no dia 8 de janeiro de 1881 em Campo Largo (PR). Casado com a prima, Anna de Macedo Portugal, colou grau em bacharel pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (SP) em 28 de novembro de 1905.



Clotário de Macedo Portugal é nome de rua e também do fórum de Apucarana

Iniciou sua carreira em 1906 como promotor público de Tibagi. Em 10 de abril de 1911, foi nomeado juiz de direito da comarca de União da Vitória. Acumulava, ainda, o cargo de promotor público da comarca de Jaguariaíva. Atuou ainda nas comarcas de Palmas e Rio Negro, até que em 1919, foi removido para a capital, onde comandou a 2ª Vara.

Foi o 15º procurador-geral do Ministério Público do Paraná, de 1916 a 1918, sendo reconduzido ao posto em 1921. No dia 15 de abril de 1924, foi nomeado desembargador. Ainda naquele ano tornou-se o primeiro corregedor geral do Paraná, reeleito para o biênio 1925/26. Foi eleito Presidente do Tribunal de



Fórum Desembargador Clotário Portugal inaugurado no ano de 1953 na Praça Rui Barbosa

Apelação do Estado em 1929 e reeleito em 1933, permanecendo no cargo até o fim do Estado Novo. Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no ano de 1945.

Ocupou ainda o cargo de secretário do interior, justiça e instrução pública. No magistério, foi professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, na disciplina de Direito Penal, substituindo Emiliano Pernetá.

Sucedeu Manoel Ribas como interventor federal no Paraná a partir de 3 de novembro de 1945, mas já com a saúde debilitada, transferiu o governo a Brasil Pinheiro Machado, em fevereiro de 1946. Chegou a reassumir a Presidência do Tribunal de Justiça, mas faleceu em 10 de fevereiro de 1947, na cidade de Curitiba.

Clotário Portugal é patrono do Fórum de Apucarana, que leva o seu nome. A homenagem ocorreu em 19 de abril de 1953, com a inauguração do segundo imóvel do Poder Judiciário no município. O prédio de alvenaria foi construído na Praça Rui Barbosa, na esquina com a Rua Osório Ribas de Paula, hoje polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A sede substituiu a rústica casa de madeira do primeiro fórum localizado na primitiva Avenida Paranaguá (atual Munhoz da Rocha), que funcionou desde a instalação da Comarca de Apucarana, em 19 de abril de 1944.

Munhoz, Clotário, Oswaldo, Erasto, João Cândido e Gastão, seis figuras ilustres no centro

O Fórum Desembargador Clotário Portugal foi transferido muitos anos depois para a Rua Miguel Simião, nas proximidades da Praça Interventor Manoel Ribas. Em 2006, o órgão ganhou novo endereço, passando a funcionar na Travessa Gurgel de Macedo, na Vila Frankó.

Oswaldo Cruz

A lei 13/1948 de 15 de dezembro de 1948 também instituiu em Apucarana a "Rua Dr. Oswaldo Cruz", renomeando a primitiva Rua Tomazina, importante via de ligação do centro à região sul da cidade.

A prática de homenagear figuras nacionais era – e ainda é - comum na maioria dos municípios brasileiros. Oswaldo Cruz é um desses casos, assim como Castro Alves, Tiradentes, Duque de Caxias, Rui Barbosa, entre outros.

Médico e cientista, Oswaldo Gonçalves Cruz nasceu em São Luís do Paraitinga (SP) em 5 de agosto de 1872. Filho de Bento Gonçalves Cruz e Amália Bulhões Cruz, mudou com a família para o Rio de Janeiro em 1877. Graduou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1892, especializando-se em microbiologia.



Oswaldo Cruz foi um dos maiores intelectuais brasileiros

A área tornou-se seu foco de estudo. Depois de trabalhar por um período na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, onde era responsável pela montagem e a chefia do laboratório de análises clínicas, viajou em 1897 para Paris, onde permaneceu por dois anos estudando microbiologia, soroterapia e imunologia, no Instituto Pasteur, e medicina legal no Instituto de Toxicologia.

Após retornar ao Brasil, o médico reassumiu o cargo na Policlínica Geral e depois passou por outros importantes institutos de pesquisa no Rio até chegar ao comando da Diretoria-Geral de Saúde Pública (DGSP). No cargo, ele precisou realizar campanhas sanitárias de combate às principais doenças da capital federal: febre amarela, peste bubônica e varíola.

Para isso, adotou métodos como o isolamento dos doentes, a notificação compulsória dos casos positivos, a captura dos vetores – mosquitos e ratos –, e a desinfecção das moradias em áreas de focos. Utilizando o Instituto Soroterápico Federal como base de apoio técnico-científico, deflagrou campanhas de saneamento e, em poucos meses, a incidência de peste bubônica diminuiu com o extermínio dos ratos, cujas pulgas transmitiam a doença.

Ao combater a febre amarela, na mesma época, Oswaldo Cruz enfrentou vários problemas. Grande parte dos médicos e da população acreditava que a doença se transmitia pelo contato com as roupas, suor, sangue e secreções de doentes. No entanto, Oswaldo Cruz acreditava em uma nova teoria: o transmissor da febre amarela era um mosquito. Assim, suspendeu as desinfecções, método tradicional no combate à moléstia, e implantou medidas sanitárias com brigadas que percorreram casas, jardins, quintais e ruas, para eliminar focos de insetos. Sua atuação provocou violenta reação popular.

Em 1904, a oposição a Oswaldo Cruz atingiu seu ápice. Com o recrudescimento dos surtos de varíola, o sanitarista tentou promover a vacinação em massa da população. Os jornais lançaram uma campanha contra a medida. O Congresso protestou e foi organizada a Liga contra a vacinação obrigatória. No dia 13 de novembro, estourou a rebelião popular e, no dia 14, a Escola Militar da Praia Vermelha se levantou. O Governo derrotou a rebelião, que durou uma semana, mas suspendeu a obrigatoriedade da vacina. Mesmo assim, em 1907, a febre amarela estava erradicada do Rio de Janeiro. Em 1908, em uma nova epidemia de varíola, a própria população procurou os postos de vacinação.

Apesar da crise, entre 1905 e 1906, Oswaldo Cruz empreendeu uma expedição a 30 portos marítimos e fluviais de Norte a Sul do país para estabelecer

Munhoz, Clotário, Oswaldo, Erasto, João Cândido e Gastão, seis figuras ilustres no centro um código sanitário com regras internacionais. A luta contra as doenças ganhou reconhecimento internacional em 1907, quando Oswaldo Cruz recebeu a medalha de ouro no 14º Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim, na Alemanha, pelo trabalho de saneamento do Rio de Janeiro. Oswaldo Cruz ainda reformou o Código Sanitário e reestruturou todos os órgãos de saúde e higiene do país.

Em 1908, o sanitarista foi recepcionado como herói nacional e, no ano seguinte, o instituto passou a levar seu nome. Com a equipe do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), fez o levantamento das condições sanitárias do interior do país.

Em 1909, deixou a Diretoria Geral de Saúde Pública, passando a se dedicar apenas ao Instituto de Manguinhos, que fora rebatizado com o seu nome. Do instituto lançou importantes expedições científicas que possibilitaram a ocupação do interior do país. Erradicou a febre amarela no Pará e realizou a campanha de saneamento da Amazônia. Permitiu, também, o término das obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, cuja construção havia sido interrompida pelo grande número de mortes entre os operários, provocadas pela malária.

Em 1913, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Em 1915, por motivos de saúde, abandonou a direção do Instituto Oswaldo Cruz e mudou-se para Petrópolis. Eleito prefeito daquela cidade, traçou vasto plano de urbanização, que não pôde ser construído. Sofrendo de crise de insuficiência renal, morreu a 11 de fevereiro de 1917, com apenas 44 anos.

Hoje, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma das principais instituições de pesquisa e desenvolvimento na área de ciências biológicas da América Latina, referência em pesquisas na área de saúde pública.

Erasto Gaertner

Erasto Gaertner virou nome de rua em 1953, com a lei 07/1953, sancionada pelo então prefeito Coronel Luiz José dos Santos. Ele nasceu em



Erasto Gaertner foi deputado federal e prefeito de Curitiba

Curitiba no dia 24 de abril de 1900, filho de Luís Gaertner e de Maria Tertuliana Fagundes dos Reis Gaertner. Seu avô paterno, de origem alemã, foi pastor luterano, tendo fundado a Igreja Evangélica do Paraná.

Após os primeiros estudos em Curitiba, nas escolas Tiradentes e Alemã e no Colégio Júlio Teodorico Guimarães, cursou o Ginásio Paranaense entre 1913 e 1917. Em 1920, ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, transferindo-se em 1923 para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual se diplomou em 1925.

Aprovado em concurso para livre-docente de clínica cirúrgica na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná em 1927, viajou em 1929 para a Europa, realizando cursos de cirurgia em alguns países. Ao regressar, participou da Revolução de 1930 e, no ano seguinte, conquistou a cátedra de clínica urológica naquela mesma universidade. Em 1932, tomou parte na Revolução Constitucionalista como médico, no posto de coronel.

Eleito em outubro de 1934 deputado da Assembleia Constituinte do Paraná, sendo o mais votado no estado, assumiu sua cadeira em maio de 1935. Exerceu o mandato até 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram suprimidos. Com a redemocratização do país em 1945, foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), em cuja legenda elegeu-se deputado pelo Paraná na Assembléia Nacional Constituinte no pleito de 2 de dezembro daquele ano. Assumindo sua cadeira em março de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário. Nessa legislatura, foi presidente da Comissão Permanente de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, membro da Comissão Especial do Trigo e presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Departamento Nacional do Café (DNC), tendo defendido a reintegração do extinto território do Iguazu ao Paraná.

Nas eleições de outubro de 1950, obteve apenas uma suplência de deputado federal. Deixando a Câmara em janeiro de 1951, assumiu a Secretaria da Fazenda do Paraná, cargo do qual se desligou ao ser nomeado prefeito de Curitiba, em outubro do mesmo ano.

Gaertner foi diretor do Departamento Médico-Legal do Estado do Paraná, do Leprosário São Roque e do Instituto de Medicina e Criminologia do Paraná, além de ter fundado e dirigido o Instituto de Medicina e Cirurgia do es-

Munhoz, Clotário, Oswaldo, Erasto, João Cândido e Gastão, seis figuras ilustres no centro tado, aí inaugurando a Clínica dos Tumores, onde sempre exerceu sua atividade profissional.

Fundador da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, foi o primeiro médico a empregar a radioterapia no Paraná. Foi ainda catedrático de clínica urológica da Universidade de São Paulo e membro do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, da Associação Médica do Paraná, da Associação Argentina de Cirurgia e do Colégio Internacional de Cirurgiões.

Faleceu em Curitiba, no exercício de suas funções de prefeito, no dia 19 de maio de 1953. Era casado com Anita Merhy Gaertner, com quem teve duas filhas.

Em Apucarana, Erasto Gaertner mantinha amizade com o advogado, poeta e primeiro tabelião do município, Octávio de Sá Barreto, que também militou na política, concorrendo a deputado estadual pela UDN. Por conta dessa relação, visitou Apucarana em pelo menos duas oportunidades. Em 9 de junho de 1950, esteve na cidade na condição de deputado federal para discutir questões políticas envolvendo a UDN. Na companhia de Paula Soares Neto, secretário-geral do partido no Paraná, foi recebido por lideranças partidárias. Permaneceu poucas horas na cidade. A notícia foi publicada na edição de 15 de junho de 1950 do "Correio do Lavrador", jornal editado e de propriedade do próprio Sá Barreto, então presidente da UDN em Apucarana.

Na edição de 10 de agosto de 1950, o "Correio do Lavrador" noticiou a realização do "comício da vitória" de Bento Munhoz da Rocha, previsto para ocorrer em Apucarana em 16 de agosto. A presença de Erasto Gaertner estava confirmada para o evento político.

Apesar da ligação com a UDN, o projeto de lei criando a "Rua Prof. Dr. Erasto Gaertner" em Apucarana foi apresentado por três vereadores eleitos pelo PTB: Eros Camargo Pacheco, Renê Camargo de Azambuja e Manoel Martins Bandeira. A proposta foi apresentada em 11 de junho de 1953, virando lei em 28 de julho do mesmo ano. A Rua Erasto Gaertner é o endereço da Prefeitura de Apucarana.

João Cândido Ferreira

Originalmente denominada Rua Reserva, a "Rua Professor Dr. João Cândido Ferreira" também foi criada em Apucarana com a lei 13/1948 de 15 de dezembro de 1948.

João Cândido Ferreira nasceu em 21 de abril de 1864 na Fazenda do Taboão, município da Lapa, filho do alferes João Candido Ferreira e Ana Leocádia Ferreira Maciel.

Era formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1888). Médico, professor emérito, político e escritor, foi eleito prefeito da Lapa em 1892.

Em 1894, durante o cerco da cidade, foi designado pelo comandante das forças legalistas, coronel Antonio Ernesto Gomes Carneiro como chefe do Serviço Médico Militar. Mais tarde, quando Gomes Carneiro foi ferido em combate, foi ele quem o medicou e assistiu sua morte.



João Cândido Ferreira foi médico e político paranaense

Em 1896 foi eleito deputado estadual; em 1901 deputado federal; em 1903 vice- Presidente do Paraná, no governo de Vicente Machado, tendo assumido a presidência várias vezes durante as prolongadas ausências (por enfermidade) do titular. Em 1907, foi eleito presidente do Estado, tendo renunciado ao cargo por desavenças políticas.

Voltou-se para a medicina, tornando-se notável pela sua erudição e brilhantismo clínico. Foi um dos fundadores da Universidade do Paraná. Faleceu em Curitiba em 10 de fevereiro de 1948.

Gastão Vidigal

Gastão Vidigal virou nome de rua em 1961, quando foi publicado o decreto municipal 31, assinado pelo então prefeito de Apucarana, Marino Pereira (gestão 1960-1963), modificando a denominação da primitiva Rua Cambará.

Gastão de Costa Carvalho Vidigal nasceu na cidade de São Paulo em 15 de maio de 1889. Com apenas 15 anos de idade, matriculou-se na Faculdade de Direito da capital paulista, diplomando-se em 1908. No fim da década de 1920 e início da seguinte, ocupou importantes posições em seu estado. Foi presidente da Associação Comercial no biênio 1928-1929, entre outros cargos.

Em 1935, tornou-se deputado classista, representando os empregadores do comércio. Esse tipo de representatividade estava previsto na Constituição de 1934 promulgada por Getúlio Vargas. Em 20 de dezembro de 1937, assumiu a Secretaria da Fazenda de São Paulo, onde permaneceu até 25 de abril do ano seguinte.

Em 26 de novembro de 1938, junto com Cardoso de Melo Neto, fundou e tornou-se superintendente do Banco Mercantil do Estado de São Paulo. No biênio 1942-1943 ocupou novamente a presidência da Associação Comercial do Estado de São Paulo e, entre 1942 e 1945, dirigiu a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil e foi membro do Conselho Federal do Comércio Exterior.



Gastão Vidigal foi um dos fundadores da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná

Em 1945, com a deterioração do Estado Novo e a formação de novos partidos, Gastão Vidigal filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), passando a integrar até 1948 o diretório paulista dessa agremiação, organizada pelo então interventor Fernando Costa. Junto com Sílvio de Campos, foi um dos principais articuladores no estado da candidatura vitoriosa do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República, que não contava com a adesão calorosa de Fernando Costa.

Eleito em 2 de dezembro de 1945 para a Assembléia Nacional Constituinte convocada depois da queda do Estado Novo, não chegou a iniciar o mandato por ter sido convidado por Dutra para assumir o Ministério da Fazenda, o que se efetivou em 1º de fevereiro de 1946, um dia depois da posse do novo presidente.

Em 15 de outubro de 1946, Gastão Vidigal se demitiu do ministério para disputar a candidatura ao governo de São Paulo na convenção do Partido Social Democrático (PSD). No entanto, foi derrotado na convenção estadual. Depois disso, não ocupou mais nenhum cargo público até seu falecimento, ocorrido em São Paulo, no dia 14 de novembro de 1950.

Gastão Vidigal foi um homem profundamente ligado ao mundo empresarial. Além de superintendente do Banco Mercantil de São Paulo, foi fundador e integrante de inúmeras empresas.

Após convite de Gastão de Souza Mesquita Filho, adquiriu dos ingleses, juntamente com outros acionistas, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Fundada em 1924 com nome de "Parana Plantations", a empresa colonizou Apucarana e os demais municípios da região. A partir de 1951, passou a se chamar Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). A empresa atualmente atua na produção de etanol, processando cana de açúcar de suas áreas próprias e de terceiros e na venda de imóveis urbanos.

Gastão Vidigal foi casado com Maria Amélia de Bueno Vidigal, com quem teve seis filhos. Um deles, Gastão Eduardo Bueno Vidigal, foi secretário da Fazenda do governo paulista na gestão de Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1959-1963), e tornou-se diretor do Banco Mercantil de São Paulo e maior acionista de um grande grupo de empresas que congrega, entre outras, o Banco Finasa de Investimentos, a Finasa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e a Cia. Brasileira de Metalurgia (Brasmetal).

A homenagem em Apucarana ocorreu por influência da Companhia Melhoramentos de Terras Norte do Paraná e também do próprio Banco Mercantil. Da mesma forma, outros municípios paranaenses criaram vias públicas com o nome do empresário.



CAPÍTULO 15

Nagib Daher, *o médico idealista*

Formado em medicina pela Universidade do Paraná em 1948, Nagib Daher escolheu Apucarana para construir sua carreira. Após visitar o Norte do Paraná, ele firmou convicção de que esta era a "cidade do futuro" no Estado.

Nagib fez sua primeira incursão na região em 1950, quando atuou brevemente em Maringá e depois em Mandaguari. Alguns meses depois, rumou para Apucarana. Na época, faltavam médicos no Norte do Paraná e Nagib foi atraído pela promessa de desenvolvimento no “Novo Eldorado” paranaense.

Ao regressar a Curitiba, ele relatou com otimismo sua viagem aos familiares. Entusiasmado, o jovem médico abriu um mapa do Paraná sobre a mesa e apontou para a posição de Apucarana: “Aqui eu vou ficar. Esta é a melhor cidade do Norte do Paraná. É a cidade do futuro”. Dirigindo-se ao seu irmão mais novo, ainda no 4ª ano da Faculdade de Medicina, ele emendou: “Quando você se formar, Fahed, irá para lá também”.



Foto da formatura de Nagib Daher na Faculdade de Medicina em 1948

Nagib voltou para Apucarana em 1951, mas ainda restava um compromisso inadiável antes de fixar-se definitivamente no Norte do Paraná. A noiva Giuseppina Zanchi Daher morava na capital do Estado e o casamento estava marcado para 20 de dezembro daquele ano. A cerimônia marcou a despedida do casal de Curitiba.

Natural de Bérgamo, na Itália, Giuseppina já conhecia de vista Nagib, mas os dois começaram a namorar apenas após um baile de Natal em 1950 na Sociedade Thalia, tradicional clube curitibano.

Nagib Daher era de uma família de libaneses. Oitavo de dez filhos de Manoel Felipe e Anice Neme, ele nasceu em 1º de abril de 1923 em Curitiba. Os pais chegaram do Líbano em 1910 com o filho primogênito. Fez escola primária em Curitiba, dividindo seus estudos iniciais no Grupo Xavier da Silva e no Colégio Professor Cleto. Completou o ginásio e depois o científico no Colégio Estadual do Paraná.

Desde a infância, foi estimulado a ajudar nas tarefas domésticas. Quando frequentava o ensino secundário e depois a faculdade, conciliava os estudos com o trabalho no salão de sinuca do pai em Curitiba, o Salão 21 Bilhares, ponto tradicio-

Nagib Daher, o médico idealista

nal na Rua 15 de Novembro, aos fundos do Café Central. Trabalhava como garçom, revezando-se com o irmão Fahed.

Após concluir os estudos secundários, optou pela área médica. Já no terceiro ano de medicina na Universidade do Paraná (a instituição ainda não era federalizada, o que ocorreu em 1950), optou pela oftalmologia. Após a conclusão do curso, fez pós-graduação em oftalmologia na Faculdade Paulista de Medicina, em São Paulo, com o renomado professor Moacyr Alvaro. Na sequência, concluiu outra especialização em otorrinolaringologia no Hospital Penido Burnier, em Campinas (SP).

Nos primeiros três meses em Apucarana, o casal morou no Hotel Central até que fosse concluída sua residência pelo pioneiro Elidio Stabile, que tinha vários imóveis na cidade. A casa ficava em frente ao Hospital São José. Depois, eles foram morar na Rua Antonina, onde ficaram até 1973.

Em Apucarana, Nagib reencontrou o colega de Universidade do Paraná, Eros Pacheco. Os dois montaram um consultório na Rua Rio Branco, em cima do



Nagib Daher em seu consultório médico

Cine Ópera, que havia sido concluído e inaugurado em 1950. Alguns anos depois, passou o seu consultório para a mesma Rua Rio Branco, mas na esquina em frente à Santa Casa.

Nesta época, Nagib também participou da direção do Hospital São José, novamente com Eros Pacheco e o médico pioneiro Minus Felipu. A energia elétrica então ainda era produzida por motores a diesel, ligados no início da manhã e desligados por volta da meia-noite. No caso de cirurgias emergenciais, geradores próprios precisavam ser utilizados ou o poder público era comunicado para ativar os motores. A energia elétrica por redes de transmissão chegou a Apucarana oficialmente apenas em dezembro de 1961.

Especialista em oftalmologia e otorrinolaringologia, Nagib Daher trabalhava intensamente, com poucas folgas. Por muitos anos, atuou também como anestesista no Hospital São José e também em outros hospitais da cidade. Naquele tempo, não havia um médico dessa especialidade em Apucarana e ele, prontamente, assumiu a função. Anos depois, ele também ocupou o cargo de diretor clínico da Irmandade Santa Casa de Misericórdia (atual Hospital da Providência).

Nagib manteve forte atuação representativa na classe, sendo presidente da Associação Médica de Apucarana em três oportunidades. Como médico, sempre procurou estabelecer um atendimento cordial e atencioso com seus pacientes. Seu princípio profissional, sempre por ele repetido, era: "Na minha profissão



Nagib Daher com o irmão Fahed e os colegas Eros Pacheco e Favoritto

ninguém fica sem ser atendido, seja rico ou pobre”.

Muitos exemplos ficaram de sua paciência e capacidade profissional. Ao atender uma paciente com nove anos de idade, filha do juiz Luiz Perrotti, Nagib observou que a menina precisaria passar por uma cirurgia no ouvido aos 22 anos de idade, quando sua formação corporal estivesse consolidada. Zeloso, escreveu uma receita com orientações para o procedimento no futuro, argumentando ao pai da criança que, talvez, não poderia garantir que estivesse vivo quando chegasse a hora da cirurgia. De fato, Nagib acabou morrendo antes e o juiz, que depois virou desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), acompanhou a filha na idade recomendada no atendimento feito por outro profissional, que se mostrou surpreso com as orientações e fez a operação com sucesso. O pai da paciente manteve por anos a receita, já amarelecida pelos anos, guardada na carteira como lembrança e talismã.

Além da medicina, Nagib Daher passou também a participar de projetos sociais e campanhas educativas, principalmente com o Lions Clube de Apucarana. O médico foi um dos fundadores do clube em 17 de julho de 1955, que teve como primeiro presidente o colega de medicina e ex-prefeito Marino Pereira. Também presidiu o Lions em três oportunidades. Colaborou ainda na fundação da entidade em Rolândia e Arapongas.

Promoveu inúmeras campanhas. Conforme o testemunho de muitos comerciantes da época, era comum vê-lo entrar nas lojas da cidade pedindo a colaboração para este ou aquele projeto social.

Uma de suas campanhas previa a arrecadação de garrafas de vidro, que de-



Placa de consultório de Nagib Daher em Apucarana

pois foram vendidas e os recursos revertidos para a compra de livros para escolas. Também visitou estabelecimentos de ensino para alertar sobre cuidados com a visão entre as crianças, entregando, inclusive, tabelas de optótipos para exames primários.

Muitas vezes, a sua voz ecoou pelas emissoras de rádio de Apucarana em reivindicações, campanhas e esclarecimentos médicos. Da mesma forma, os jornais da cidade estamparam os seus escritos, especialmente alertando para as prevenções contra a cegueira.

Com forte engajamento social e comunitário, o médico participou ainda das mobilizações para implantação da Faculdade de Agronomia em Apucarana, que chegou a ser anunciada na cidade, mas que acabou não se concretizando, e também da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), criada pelo decreto nº 26.298, de 17 de novembro de 1959.

Em 1962, recebeu em Apucarana o irmão Fahed, que estava atuando profissionalmente desde 1956 em Rolândia. Os médicos passaram a trabalhar em sociedade e fundaram, cinco anos depois, a Clínica Daher. O estabelecimento de saúde foi implantado em um prédio na então Rua Antonina. No local, os médicos



Nagib Daher (o segundo em pé da direita para esquerda) e amigos durante partida de futebol no antigo Estádio Bom Jesus da Lapa

ofertaram serviços médicos de oftalmologia e otorrinolaringologia. Fahed também se especializou nestas áreas médicas.

Membro atuante do Country Club e também do Clube 28 de Janeiro, Nagib foi tenista e enxadrista, disputando torneios regionais e estaduais, defendendo as cores de Apucarana. O futebol era outra paixão, especialmente o Grêmio Esportivo e Recreativo Apucaranaense (Gera). Viajava para assistir e torcer pelo time sempre que podia. Além das colaborações em dinheiro, oferecia gratuitamente os seus serviços profissionais aos jogadores. Nunca se conformou com o desaparecimento do clube em 1961.

Enquanto atuava profissionalmente e nos trabalhos sociais, a sua família foi crescendo. Nagib e Giuseppina tiveram quatro filhos: César nasceu em 1953, Cristina em 1954, Joseane em 1959 e Luciene em 1960.

Sua atuação comunitária o estimulou a tentar a carreira política. Em 1968, concorreu a vereador. No entanto, não conseguiu se eleger. Ficou na décima suplência, com 165 votos. Segundo depoimento de amigos, o bom humor era sua marca registrada. Sempre era o dono da última piada.

Adaptado a Apucarana, o médico, no entanto, começou a sofrer com problemas de saúde desconhecidos na época e a família decidiu voltar para Curitiba em 1973. Após tratamento no Rio de Janeiro, ele foi diagnosticado com esclerose lateral amiotrófica, uma doença degenerativa do sistema nervoso e sem cura. Ele acabou falecendo em 31 de julho de 1975, aos 51 anos de idade.

A Rua Antonina, sede da Clínica Daher, foi denominada de "Rua Dr. Nagib Daher" após a lei nº 34, sancionada em 20 de setembro de 1977 pelo então prefeito Voldimir Mirão Maistrovicz (gestão 1976-1983). A homenagem foi proposta pelo vereador Lucílio dos Santos Vieira. Na justificativa de cinco páginas, elaborada com apoio de Fahed, irmão de Nagib, ele destacou o importante papel construído pelo médico em Apucarana: "Nunca poupou esforços pela sua comunidade. Amou a terra que lhe deu abrigo. Abriu os braços para o povo amigo".

A Rua Dr. Nagib Daher é uma das principais vias públicas da área central da cidade, sendo endereço, coincidentemente, de inúmeras clínicas médicas, laboratórios clínicos e outros estabelecimentos da área de saúde. O irmão Fahed Daher manteve a clínica inaugurada em sociedade com o irmão neste endereço por vários anos.



CAPÍTULO 16

Octávio de Sá Barreto, *um intelectual entre nós*

Quando o advogado, escritor e poeta Octávio de Sá Barreto desembarcou em Apucarana no mês de abril de 1944 para assumir a função de 1º titular do Tabelionato de Notas, levou, muito provavelmente, um grande susto. O recém-emancipado município mais parecia um amplo acampamento de madeira, com raras construções de alvenaria, com ruas enlameadas.

Por mais que tivesse sido avisado desse cenário, Sá Barreto, então com 38 anos de idade, deve ter respirado fundo antes de desembarcar na estação rodoviária da então Praça Palmas (atual Praça Rui Barbosa). Para um autodeclarado modernista, fascinado por metrópoles, automóveis e aglomerações, Apucarana, talvez, representasse o oposto dos seus anseios pessoais e devaneios literários. Para a esposa, Carmem Miranda Sá Barreto, acostumada com a alta sociedade curitibana, também deve ter sido uma grande aventura.



Octávio de Sá Barreto chegou a Apucarana em 1944

O novo endereço de Sá Barreto era bem diferente de Curitiba, sua terra natal, e muito mais ainda da metrópole São Paulo, cenário inicial do seu conto mais famoso (Automóvel nº 117) e principal inspiração de seu afã modernista. Provavelmente, Apucarana ainda não soubesse em 1944, mas estava recebendo um dos moradores mais ilustres de sua história.

Filho de Antônio Victor de Sá Barreto e de Constância Motta de Sá Barreto, Octávio de Sá Barreto nasceu na capital paranaense em 22 de novembro de 1906. Estudou no Colégio Renascença, Escola Republicana e Ginásio Paranaense. Formou-se em Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1930.

Entusiasmado com o movimento modernista de São Paulo em 1922, que teve seu ponto alto com a Semana de Arte Moderna, ele se uniu a outros paranaenses para trazer ao Estado o modernismo de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, entre outros artistas. Inspirado pelo manifesto de Jurandyr Manfredini, psiquiatra formado em medicina pela Universidade Federal do Paraná e porta-voz do modernismo no Paraná, Sá Barreto se aliou ao também escritor Rodrigo Júnior, amigo e colega de turma na UFPR, para colocar em prática a criação de uma editora de livros, que marcou importante página na história da literatura paranaense.

Antes de chegar a Apucarana, Sá Barreto foi figura cultural proeminente em Curitiba nas décadas de 1920 e 1930, quando publicou seus primeiros livros: "Nuvem Que Passa" (1922) e "Este Livro" (1924).

"Nuvem que passa" é considerado pelos críticos literários como o primeiro livro modernista paranaense. Entre os destaques desta obra está o poema "Eu não posso dormir", dedicado ao apoiador do movimento no Paraná, Jurandyr Manfredini:

*Eu não posso dormir: o sono me fugiu...
Treva compacta lambe-me o aposento
como um leão famulento....
Inferno desconsolador!
O relógio apressado está batendo horas
Que horas serão
É meia noite....
Eu não posso dormir: o sono me fugiu...
Uma angústia voraz me oprime o coração,
minha fronte se inunda de suor....
Duas horas...
E ouço um funesto pio...
A estalar como açoite,
galopa o vento.
Inferno desconsolador![...]*

Sá Barreto se instalou no município quase 20 anos após concluir, em Curitiba, a sua grande aventura literária. Em sociedade com Rodrigo Júnior, ele lançou em 1925 a coleção "A Novella Mensal", que logo depois seria rebatizada de "A Novella Paranaense". A editora imprimiu até 1929 sete livros, todos assinados por escritores paranaenses, com arte gráfica também de artistas locais.



Foto de Sá Barreto na contracapa do livro "Nuvem Que Passa", de 1922

A editora tinha como foco o lançamento de títulos em prosa, especialmente romances e novelas. Os impressos contavam com acabamento esmerado, contendo capas chamativas e coloridas desenhadas por artistas de renome no Estado, a preços abaixo do mercado editorial da época. O objetivo era popularizar o livro no Paraná e disseminar a leitura, aproveitando o momento de efervescência cultural na capital paranaense.

A coletânea foi aberta pelo próprio Sá Barreto, com o livro "O automóvel nº. 117... e outras novellas". Na abertura deste livro, ele resume seu pensamento literário em um prefácio que simula uma entrevista do autor com um repórter imaginário. Quando questionado sobre os estilos de seus contos e novelas, Sá Barreto responde: "Modernos, impressionistas, século XX! O tema é susceptível de renovação... Nada de velharias poeirentas e tediosas! Amor livre, verso livre, tudo livre! Lembra-te que vivemos na era do jazz-band..."

No conto "O automóvel n. 117", lançado no final de 1925 com uma tiragem de 500 exemplares, o futuro morador de Apucarana traz, inicialmente, um relato da agitada São Paulo, com seus "bondes, autos, carros e transeuntes", suas relações impessoais e relações banalizadas, mas "sedutora e alegre". Na sequência, o personagem central do texto retorna a Curitiba e mostra a contradição com a metrópole paulista. No entanto, a cidade já traz a sinalização das mudanças urbanas que começam a surgir; a Curitiba pacata de 1920 perde espaço para uma rotina agitada, turbulenta, se não ainda paulistana, mas em transformação, já com "desordem" e "caos".



Capa do livro "O Automóvel nº 117", de Octávio de Sá Barreto

Sá Barreto apresenta nesta obra a inquietação provocada pela modernidade, um misto de fascinação e temor. No prefácio do livro são revelados, em texto assinado pelo sócio e amigo Rodrigo Júnior, aspectos da sua personalidade literária, como preferência por escritores como Verlaine, Poe, Wilde e Pirandello, todos modernistas e vanguardistas. O conto gerou reação positiva da crítica, a ponto de o cineasta paranaense Cláudio Eduardo Arruda (1928-1969) escrever um pré-roteiro para transformá-lo em filme. No entanto, o projeto não saiu do papel.

Após sua contribuição no projeto "Novellas Paranaenses" como autor, ele trabalhou na edição e divulgação de outros títulos da coletânea. Na sequência, foram publicados "Um caso fatal", de Rodrigo Júnior; "O desespero de Chan", de Raul Gomes (que passou a integrar a sociedade do projeto Novellas Paranaenses); "Senhorita Mistério", de Serafim França; "O Monstro", de Euclides Bandeira; "Veneno de Cobra", de Laertes Munhoz; e "Agonia", de Viriato Ballão.

O projeto chegou ao fim após quatro anos de intenso trabalho de Sá Barreto e seus sócios. Além dos sete livros publicados, a editora organizou duas feiras e realizou ainda uma campanha institucional para disseminação da educação no Paraná.

Ainda em Curitiba, ele participou de um fato histórico no rádio brasileiro. Ao lado de Rodrigo Júnior, Sá Barreto comandou a radiofonização de "A Ceia dos Cardeais", do português Julio Dantas. Apresentado na recém-inaugurada Rádio Clube Paranaense, em 1927, o programa representou a primeira experiência do radioteatro no Paraná.

Antes de chegar a Apucarana, Sá Barreto era, portanto, um importante intelectual paranaense. Advogado, poeta, escritor, jornalista, teatrólogo, crítico de arte, orador, conferencista e um dos líderes do movimento modernista do Paraná. Nas palavras de Aramis Millarch (1943-1992), um dos principais jornalistas culturais brasileiros, Sá Barreto foi o "último remanescente de uma geração de intelectuais" dos anos 1920 em Curitiba.

Funcionário público, ele chegou a Apucarana para assumir as funções de 1º titular do Tabelionato de Notas. O cargo foi criado com a instalação da Comarca em 19 de abril de 1944, que teve como primeiro juiz Antonio Franco Ferreira da Costa. Registros históricos mostram que Sá Barreto chegou a Apucarana no mesmo ônibus que Dinarte Pereira de Araújo, este nomeado para assumir a função de primeiro oficial do registro civil.

Em Apucarana, não demorou para que Octávio de Sá Barreto ocupasse um papel de protagonista na vida social e cultural do município. Foi um dos fundado-

stabe-
erlin.
MELO

Azul

heiros
onfeitoria
de 991

andava,
a lara,
o ca-
fati-
rios de
tes no
cu, o
passa-
que o
nizado,
dromo,
fo, sé-

DR

que de-
para
migos
Exma.

DR

que de-
para
migos
Exma.

Não deve mais ser protelado o início da feitura do Campo de aviação de Apucarana. Com maquinários especiais ou sem eles, as obras de sua construção precisam, imediatamente, ser atacadas, para que não se entrave o progresso da cidade!

Correio do Lavrador

AMOR AO TRABALHO, A JUSTIÇA E A VERDADE

Proprietário, Diretor responsável e Gerente:
DR. DE SÁ BARRETO

Secretário:
ADRIANO CORRÊA

Redação e Administração
Rua Prudentópolis, 181
Cx. Postal, n.º 113

APUCARANA
Quinta-feira, 30 de janeiro de 1950

Edição pela "Gráfica Popular Ltda.", impresso em suas oficinas. Rua Prudentópolis, 181 Caixa Postal, 645.

DR. EDUARDO D. HANKE
Cirurgião Dentista

Dentadas Analíticas
Fonias, Pivota, Corfas e restaurações em geral

EXTRAÇÕES SEM DOR

ENDIÇO ADÃO - APUCARANA

Quem viver, verá!

De Sá Barreto

TEM se agravado, de tal forma, a mistura política da sucessão presidencial, tantos e tão desvorados rumos têm desorientado as conversações, combinações, ajustes e entendimentos, que o observador imparcial e mais ou menos arguto, ante a dramática confusão reinante, se inclina para o dilema: - ou somos, na verdade, uma rúta de mentecaptos, ou tudo quanto vem ocorrendo é inconfessável, e oculta segundas e predestinadas intuições.

De fato, só mesmo um amontoado de ineptos, de débeis mentais ou cretinos púde, como se está presenciando, levar aos paroxismos do delírio, um assunto tão singular na vida das democracias, qual seja o da escolha e indicação do futuro Presidente da república, ou quando não, só mesmo por artes de deliberada má fé, se conduzem os acontecimentos para a situação que atravessamos e que, dia a dia, tende a agravar-se.

Desde antes de 1930 que o ponto nervino da suprema revolta da mentalidade democrática, seja sido a interferência do Presidente no problema do seu sucessor. Sob este «slogan», se fez a revolução outubrina. Pelas armas, empossou-se no Poder, Getúlio Vargas, o renovador, o salvador, o Dono do Poder, consagrou ele, com a instituição de um regime ditatorial autogênico, numa pseudo Constituição que ao Chefe da Nação, ao Presidente é que cabia a escolha e indicação do seu substituto, contrariando, assim, todo o idealismo da rebelião. E, além do mais, tratou de perpetuar-se no mando, só o deixando por uma deposição, também pelas armas.

Mas, não evoluímos. Agora, decorridos 20 anos da grande revolução e passados pela amarga experiência do famoso Estado Novo, retornando o país ao clima democrático e constitucional e estabelecido o princípio da não intervenção do Presidente no caso sucessório, voltamos ao começo.

Os partidos se deaviraram nas suas desinteligências, no tremendo «au-can» das paixões e ambições pessoais e como que desejam, ou querem obrigar o Presidente a escolher, às claras, o seu sucessor e rememoraldo, são impolo ao eleitorado

(Cont. na 2ª pag.)

O DRAMA POLÍTICO DE ARAPONGAS

Lula do Legislativo contra o Executivo. A incompreensão partidária e o ódio político, com apoio do oficialismo, a serviço do descrédito do regime.

Depois de 15 anos de militância ditatorial, em cujo período o povo esteve subjugado em todos os seus liberdades e debaix do monopólio do governo da máquina pública, chegou a hora de se estabelecerem eleições de caráter democrático. Fizeram-se eleições, com candidaturas «livres e honestas». Escolheram-se representantes do povo e governantes e tudo parecia que ia decorrer num mar de rosas. Porém, logo após a conclusão de uma autoridade a quem compete, justamente, a manutenção da ordem e o respeito às instituições.

Até o Poder Judiciário, de caráter honroso e de atos políticos, chegou a ser demitido de seu cargo por atitude que desagradou ao situacionismo. Agora, em continuação a esse cortejo de incompreensões partidárias e de ódios políticos, agrava-se a situação, com a tentativa de estabelecer-se uma dualidade de Câmaras, conforme nos dá notícia o ofício da Presidência em execução da Câmara local, o Ilustre Vereador pela U. D. N. Sr. José Carvalho, dirigindo aos Ex. Presidentes do Superior Tribunal Eleitoral Federal do regional de Arapongas, em 14 de Janeiro de 1950.

SR. PRESIDENTE: Tenho a elevada honra de vir à presença de V. Excia., confirmando nossos telegramas de ontem nos seguintes termos: «Respeitosamente venho reiterar a situação, com a tentativa de estabelecer-se uma dualidade de Câmaras, conforme nos dá notícia o ofício da Presidência em execução da Câmara local, o Ilustre Vereador pela U. D. N. Sr. José Carvalho, dirigindo aos Ex. Presidentes do Superior Tribunal Eleitoral Federal do regional de Arapongas, em 14 de Janeiro de 1950. O governo do Estado, porém, não se dá conta de que o rol-diam, resultando, desse embate, uma longa e dolorosa série de

* Salve, Apucarana! *

Não só os apucaraneenses, assim chamados os que, sem distinção de naturalidade, nacionalidade, cor, crença, idade e sexo, neste abençoado rincão da pátria, conjugam esforços em prol da grandiosa nacional, como o Paraná todo, devem retribuir-se, a 28 do corrente, pela festiva passagem de mais um aniversário de mais um aniversário do nosso extremecido Município de Apucarana. Terra de trabalho, de iniciativas, de progresso, cidade que, em 6 anos, apenas, de existência autônoma, já é um exemplo vivo de extraordinárias realizações, Apucarana, na consagração arduamente das cidades do sertão paranaense, brilha e resplandece como estrela de primeira grandeza. «Correio do Lavrador» congratula-se com o Município pela auspiciosa efeméride. Salve, Apucarana!

Farmácia Sta. Izabel Preços de Drogaria
MEDICAMENTOS SEMPRE NOVOS
Sob a direção do seu proprietário, Fco. EDUARDO B. MOSKOW
Perfumarias — Produtos veterinários, químicos e especialidades farmacêuticas — Homeopatia APUCARANA
Praça Rui Barbosa

reiterar os termos com que, diante da grave crise política deste Município, solicitamos providências desse Egrégio Tribunal Regional Eleitoral. E que, Sr. Presidente, atengam-se agora o voluntarismo a sucesso de fatos ameaçadores à estabilidade da ordem pública, à soberania do povo à independência do poder legislativo e ao exercício do mandato popular, com a crescente coação policial, como instrumento de ação desleitorária dos executivos estaduais e municipais, em relação a esta comunidade.

A arma covarde da intimidação pela força policial, tem sido o meio com que procuram fazer silenciar os vereadores, que não compartilham da administração do atual prefeito municipal de Arapongas, mas pelo contrário, combatem-na.

É esta a segunda vez, em curto espaço de tempo, que a oposição na Câmara Municipal, veicula constrangido e ilegalmente, cometendo-se, dentro do Município, as mesmas práticas e repugnantes atos.

tas ao regime democrático, ao povo e sua soberania. Dai, Eminente Sr. Presidente, confirmando nosso telegrama de 13-1-50, reiteramos a V. Excia. a medida legal que venha colocar um parâmetro a essa situação de desrespeito e desleitoração que vive o Município. Confiante da digna ação de V. Excia., em defesa da liberdade, do Direito e da Justiça, no ensino, externamos-lhe a prova do nosso respeito e admiração.

(3) José Carvalho
Presidente da Câmara

E assim, para descrédito do regime e infelicidade do bravo e progressista Município vizinho, o partido do Governo, em vez de procurar harmonizar a situação, como lhe compete, trata de inibir o cumprimento da democracia, agrava os desentendimentos, aqui os ódios e, num verdadeiro preceito sádico, valendo-se do poder e da autoridade pública, estumula a dramática confusão política que ora impera em Arapongas.

BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.
Paga as melhores taxas para depósitos

LEOPOLDO SCHMIDT e Família comunicam à sociedade apucaraneense e, especialmente, às pessoas de suas relações de amizade, nesta cidade e em todo o sertão paranaense, que transferiram sua residência para Curitiba, Capital deste Estado, onde se encontram à disposição de todos os amigos, à avenida República Argentina n.º 2.921. — Outrossim, não lhes sendo possível apresentar despedidas pessoais, por absoluta carência de tempo, o fazem por intermédio destas colunas.
Apucarana, 13-1-1950.

FATOS & BOATOS

Que o sempre conformado povo ararucense tenha contribuído, de boa fé, com o auxílio em dinheiro de Cr. \$17.000,00, para a construção do rodovia Ararucário-Bom, é fato; mas, que essa utilíssima estrada seja feita... é boato.
Que o funcionalismo público estadual seria beneficiado com a lei do seu Estatuto, é fato; mas, que a da sua Res-

Rádio Difusora Apucarana

É no local da venda, que a propaganda vende.
Anuncie vendendo e venda anunciando pela Z U P-B Rádio Difusora Apucarana.
Confiai vossos impressos à Gráfica Popular Ltda. Perfeição Rapidez PREÇOS MODICOS

Capa do jornal "Correio do Lavrador", onde Sá Barreto escrevia uma coluna

res do Clube 28 de Janeiro em 1945, criado por sugestão do juiz Antonio Franco Ferreira da Costa. Também figura como fundador do Rotary Club em 1946 — entidade que presidiu entre 1947 e 1948.

Participou ativamente de eventos marcantes em Apucarana. Conhecido por ser um grande orador, Sá Barreto foi responsável pelo discurso oficial no lançamento da pedra fundamental da Catedral Nossa Senhora de Lourdes em 1949, que contou com a presença do bispo Dom Geraldo de Proença Sigaud e inúmeras autoridades estaduais.

Octávio de Sá Barreto, um intelectual entre nós

Fundou o jornal semanário "Correio do Lavrador", que circulou pela primeira vez em 6 de janeiro de 1950 e marcou época na imprensa apucaranesa. No jornal, ele assinava uma coluna na capa, debatendo temas estaduais e nacionais.

Modernista nas letras, Sá Barreto foi conservador na política. Presidiu o diretório municipal da UDN (União Democrática Nacional) e foi por duas vezes candidato a deputado estadual (1950 e 1953), mas não conseguiu se eleger.

Permaneceu em Apucarana até o início de 1951, quando regressou para Curitiba, onde ocupou o cargo de chefe de gabinete da Secretaria da Fazenda, comandada por Erasto Gaertner.

A sua despedida foi marcada por homenagens. Havia um sentimento de frustração e ressentimento por conta de seus fracassos eleitorais, como demonstra a jornalista Enaura Carvalho em texto publicado no próprio "Correio do Lavrador": "Já que Apucarana perdeu a convivência com Dr. De Sá Barreto, já que não soube reconhecer e compreender os seus ideais, faço votos para que o Governo do estado o conserve sempre no lugar de destaque que merece e que os futuros governos continuem a prestigiar o Dr. De Sá Barreto (...)".

Durante toda sua trajetória pública, Sá Barreto continuou incentivando a literatura. Escreveu o estatuto da Academia Paranaense de Letras, instituição que dirigiu de 1951 a 1957. Foi ainda o primeiro a ocupar a cadeira nº 30, que tem como patrono Emiliano David Pernetta (1886-1921). Além disso, continuou escrevendo. Publicou "Sapatos de noivado: sainete dramático de um ato" (1940), "A poesia modernista no Paraná" (1959), "O Pássaro Sem Asas" (1972) e "Realejo dos enlevos (1977)", entre outras obras.

Apesar da passagem efêmera por Apucarana, de apenas seis anos, Sá Barreto é um dos principais intelectuais da história do município. Morreu em 22 de outubro de 1986 em Curitiba, um mês antes de completar 80 anos. Teve dois filhos: Victor Mavíael e Terezinha Cecília. É homenageado em Apucarana dando nome a uma rua no Jardim Ponta Grossa. Também nomeia uma rua em São José dos Pinhais e uma praça em Curitiba.

CAPÍTULO

17

Osório Ribas de Paula: *passado, história e tradição*

Osório Ribas de Paula nasceu em 14 de outubro de 1908 em Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Fazia parte de uma tradicional família de políticos e militares gaúchos. O seu bisavô, Francisco de Paula e Silva (1796-1879), lutou na Guerra do Paraguai e recebeu o título de Barão do Ibicuí. Condecorado com a medalha da Passagem de Humaitá, Francisco de Paula era irmão de João da Silva Machado, o Barão de Antonina (1782-1875).

Já o avô de Osório foi o general Firmino de Paula e Silva (1844-1930), um dos personagens mais controversos da história do Rio Grande do Sul e considerado um dos homens mais temidos de seu tempo. O general lutou na Revolução Federalista de 1893, guerra civil gaúcha que opôs os federalistas (maragatos) e os republicanos (pica-paus ou chimangos). Liderou um dos mais violentos episódios do conflito, conhecido como a "Degola do Boi Preto". Nesta batalha, cerca de 300 adversários foram degolados após uma emboscada. As tropas do general também são responsabilizadas pela profanação do corpo de Gumercindo Saraiva (1852-1894), líder dos revolucionários maragatos. Após a guerra, Firmino de Paula se consolidou como "caudilho" político no Rio Grande do Sul e sua influência ficou conhecida como "Firminismo".



Osório Ribas de Paula serviu o Exército no 4º B.C., de São Paulo

O pai de Osório Ribas de Paula também tinha patente militar. O coronel Salathiel de Paula nasceu em Cruz Alta (RS), mas morou grande parte de sua vida em Ponta Grossa (PR). Casou-se com Emília Ribas de França, de tradicional família dos Campos Gerais, neta do comendador Francisco de Assis Ribas e prima do também comendador Augusto Ribas.

Após morar inicialmente em Cruz Alta com a esposa, Salathiel fixou-se na sequência em Ponta Grossa. Foi comandante da Guarda Nacional na cidade paranaense e também seguiu carreira política. Ocupou cargos por nomeação e chegou a ser vereador em 1912. Na época, os representantes do Legislativo eram chamados de "camaristas". Manteve agitada vida social e esteve envolvido em inúmeras discussões públicas.

Foi devotado a causas filantrópicas. Teve papel de destaque na construção da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, concluída em 11 de dezembro de 1912. Chefiou movimentos populares para arrecadar donativos em favor das levas de pessoas que de trem chegavam a Ponta Grossa, fugindo dos sangrentos confrontos na zona do Contestado, e também lutou contra a trans-

ferência das oficinas da estrada de ferro de Ponta Grossa para Curitiba. Enviuvou em 1916, quando retornou para Cruz Alta. Na cidade natal, casou-se em segundas núpcias com Maria Carlomagno Ciaffo, filha de Antônio Ciaffo e Angela Carlomagno, em 1917.

Da mesma forma, Osório Ribas de Paula seguiu a vida militar. Em 1929, embarcou para São Paulo, capital, onde se alistou no 4º Batalhão de Caçadores (B.C.). Permaneceu no Exército até 1932, quando teve início a Revolução Constitucionalista. Nesse conflito, Osório Ribas de Paula lutou ao lado dos paulistas contra as forças federais do presidente Getúlio Vargas. A Revolução Constitucionalista foi o ápice da insatisfação contra as medidas autoritárias do presidente Vargas após a Revolução de 1930.



Osório Ribas de Paula foi do Exército e da antiga PM de São Paulo

Osório Ribas de Paula integrou o "M.M.D.C.", a organização cívica e pa-



Documento de adesão ao grupo armado paulista da Revolução Constitucionalista de 1932



Casamento de Osório Ribas de Paula e Balbina Guimarães da Cunha em Ponta Grossa

quando a sua mãe tinha um ano e dois meses. Marcelo conta que ela guardou os documentos de incorporação no Exército e no "M.M.D.C" deixados por Osório. O neto chegou a viajar a Cruz Alta para pesquisar sobre a história da família do avô.

Depois de deixar a capital paulista, Osório seguiu para Itatiba, a 80 quilômetros da capital. Foi trabalhar na Indústria de Tecidos São Sebastião S.A., do primo Osmario Ribas. Mesmo em terras paulistas, mantinha relação com a cidade de Ponta Grossa, onde conheceu Balbina Guimarães da Cunha. Casaram-se em 1942 e fixaram residência por um breve período em Itatiba. Na cidade paulista, nasceu o filho Benedito Salatiel Cunha de Paula em 26 de fevereiro de 1943.

Osório, no entanto, decidiu tentar a sorte no Norte do Paraná. Ainda em 1943, chegou a Apucarana. Com a experiência adquirida na fábrica de tecidos do primo, decidiu abrir na cidade a Casa São Sebastião. O estabelecimento, localizado na esquina das atuais ruas Ponta Grossa e João Cândido Ferreira,

ramilitar paulista da Revolução Constitucionalista de 1932. M.M.D.C. é o acrônimo de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, jovens mortos por tropas federais, considerado o estopim para o início do conflito militar.

Após o fim da Revolução Constitucionalista, ele permaneceu em São Paulo, incorporando-se à Força Pública do Estado (antiga Polícia Militar). Manteve um relacionamento com Isabel Garcia Herrera, com quem teve uma filha em 1938: Vally de Paula Checoni.

Segundo depoimento de Marcelo de Paula Checoni, filho de Vally e neto de Osório, o avô foi embora de São Paulo

era especializado na compra e venda de tecidos, calçados e também armários.

Em abril de 1944, com a criação da Comarca de Apucarana, foi nomeado juiz de paz. Dividiu a função com Wuneraldo Roth, Adalberto Moscal e Rodolfo Schmidt. Na época, o cargo exigia muita responsabilidade. Jornais antigos trazem inúmeros editais assinados por Osório Ribas de Paula como "juiz de paz no exercício do cargo de juiz de direito da Comarca de Apucarana".



Osório Ribas de Paula em Apucarana: comerciante, juiz de paz e político

Foi escolhido o primeiro presidente do Clube 28 de Janeiro. A agremiação foi fundada no aniversário de um ano de emancipação política do município em 28 de janeiro de 1945 após jantar no "Restaurante do Ado", com a presença de políticos, representantes do Judiciário e outros pioneiros. Ocupou o cargo na gestão 1945-1946, quando o clube ainda funcionava de forma precária.

Além da vida profissional, manteve forte atuação comunitária e também investiu na carreira política. Presidiu o diretório municipal da União Democrática Nacional (U.D.N), participando ativamente de inúmeros eventos políticos. Encaminhou reivindicações ao governo estadual e também a parlamentares com atuação no município. Na edição de 15 de agosto de 1946 do jornal "Diário do Paraná", de Curitiba, ele assinou uma carta aberta ao deputado federal Erasto Gaertner (1900-1953). No texto, com o título "As reivindicações de Apucarana", ele elencou uma lista de dez pedidos, desde melhorias nas estradas, saneamento, transportes até energia elétrica.

Foi candidato a vereador na eleição de 1947, mas não conseguiu se eleger. Também integrou, na função de secretário, a comissão para construção da Catedral Nossa Senhora de Lourdes.

Sua segunda filha com Balbina, Teresinha Cunha de Paula Marcondes nasceu em Apucarana no dia 13 de novembro de 1947. No entanto, ele não teve

tempo de conviver com a criança. Osório morreu em Londrina, onde também foi sepultado, em 18 de dezembro de 1947, aos 39 anos de idade, após uma crise de peritonite. Já Balbina faleceu em 14 de fevereiro de 2002, aos 95 anos, vítima de um atropelamento em Curitiba.

Em 1948, Osório Ribas de Paula foi homenageado denominando a então Rua Piraquara. A lei 13/1948 foi sancionada pelo prefeito Carlos Massareto (gestão 1948-1951) em 15 de dezembro daquele ano. Além da Rua Osório Ribas de Paula, a mesma lei renomeou as praças Palmas (Rui Barbosa) e Platina (Interventor Manoel Ribas), além das ruas Palmeiras (Desembargador Clotário Portugal), Reserva (Prof. Dr. João Cândido Ferreira), Carambé (Galdino Gluck Junior), Maramby (Dr. Benjamin Braga Filho) e Thomazina (Dr. Oswaldo Cruz).



CAPÍTULO 18

*Com a palavra,
o vereador*
**Renê Camargo
de Azambuja**

O vereador Renê Camargo de Azambuja gostava de púlpitos e plateias. Falar em público era uma vocação. Articulado e inteligente, ele não hesitava em pedir a palavra na Câmara ou nas inúmeras solenidades públicas que marcaram os primeiros anos após a instalação do município de Apucarana em 1944. Excelente orador, ficou marcado por seus longos e elaborados discursos. Embora gentil e calmo, também defendia de forma contundente os seus posicionamentos políticos quando julgava necessário.

Filho de Dionísio Rodrigues de Azambuja e Geraldina Camargo de Azambuja, Renê Camargo nasceu em 4 de março de 1911 na cidade histórica de Palmeira, no sul do Paraná. Em 7 de outubro de 1933, casou-se com Alice Silva em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, terra natal da esposa. Ela, filha de Florêncio e Catharina Silva.



Renê Camargo de Azambuja foi vereador em Apucarana em dois mandatos

O casal permaneceu os dez primeiros anos de matrimônio morando em cidades diferentes, no eixo Ponta Grossa-Curitiba. Depois de trabalhar no comércio em Campo Largo, ele iniciou carreira no funcionalismo público estadual em 1939, quando foi nomeado para o cargo de fiscal de rendas da Secretaria de Fazenda, Indústria e Comércio.

Dirce, a primeira filha, nasceu em 1941, quase nove anos após o casamento. A menina foi registrada em Campo Largo. Naquele ano, Renê Camargo já trabalhava na coletoria estadual de São João do Triunfo, também uma cidade histórica na região de Ponta Grossa, onde nasceu a segunda filha, Vera, em 1943.

Em janeiro de 1944, ele foi transferido para Araiporanga, atual São Jerônimo da Serra, no Norte do Estado. Permaneceu pouco mais de um ano nesta localidade. Em abril de 1945, assumiu as funções de coletor em Araruva, hoje Marilândia do Sul, onde nasceu seu terceiro filho, Renê Camargo de Azambuja Filho, em 1947. Naquela época, a localidade ainda pertencia a Apucarana e viria a se emancipar apenas em 1951.

Por volta de 1950, transferiu residência para Apucarana com a família. Morou em uma ampla casa de madeira aos fundos de onde, atualmente, está o Clube 28 de Janeiro, na Rua Benjamin Braga Filho, no Bairro 28 de Janeiro.

Pediu licença do emprego na Secretaria da Fazenda e atuou como gerente do banco Curitiba S.A. em Apucarana até o final de 1951, quando, já de volta ao serviço público, foi nomeado para atuar nas coletorias de Jandaia do Sul e Marialva. Ao volante de um Ford, ele fazia o percurso até essas localidades para realizar seu trabalho de fiscalização de impostos e rendas, mantendo residência em Apucarana.



Carteira funcional de Renê Camargo na Secretaria da Fazenda

Conciliou sua atuação no serviço público com a política. Por isso, foi colocado em disponibilidade pelo governo estadual em várias oportunidades para se dedicar exclusivamente ao cargo de vereador.

Renê Camargo manteve uma vida social agitada desde a sua chegada a Apucarana em 1945. Comunicativo e bem relacionado, percebeu rapidamente a oportunidade de ingressar na vida política e colocou seu nome à disposição para vereador nas primeiras eleições realizadas no município em 16 de novembro de 1947, representando o distrito de Araruva. Militou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado em 1945 por Getúlio Vargas. Era um getulista fervoroso. Ficou de luto quando o ex-presidente morreu em 24 de agosto de 1954. Por dias, deixou uma fita preta no seu veículo como sinal de respeito.

Com 105 votos, garantiu uma das 12 cadeiras em disputa na Câmara no pleito de 1947. Foi o terceiro mais votado na coligação "Frente Única de Apucarana", formada pelo PTB, UDN e PRB, e o quinto mais votado entre todos os eleitos.

A primeira legislatura, do quadriênio 1948-1951, ficou para a história de Apucarana, sendo formada por pioneiros e figuras importantes do município. Além de Renê Camargo, foram eleitos Adelino Honorio Corrêa, Dr. João Baptista Alberto Gnoato, Dr.



Renê Camargo de Azambuja com a esposa Alice e os filhos em Apucarana

Dagoberto Pusch, Dr. Henrique Victor Giublin, José Ribeiro de Souza, José Martins de Oliveira, Eliseu Cilião de Moura, Romeu Beligni, Hildebrando Pereira de Camargo, Dr. Juvenal Cantador e Jorge Amin Maia.

O primeiro mandato foi marcado pelo polêmico projeto de construção da atual Catedral Nossa Senhora de Lourdes. Renê Camargo discursou na Câmara durante a solenidade de lançamento da pedra fundamental da matriz em 11 de fevereiro de 1949, que incluiu a solene entronização no recinto do Legislativo da imagem do Nosso Senhor Jesus Cristo Crucificado.

O projeto acirrou os ânimos no município. Tudo por conta da proposta do bispo diocesano Dom Geraldo de Proença Sigaud, de Jacarezinho, de construir a fachada voltada para a estação ferroviária. A proposta gerou forte embate entre os pioneiros. (Leia mais sobre o assunto no capítulo dedicado ao comerciante Ítalo Ado Fontanini).

Renê Camargo posicionou-se contra o projeto, que precisou ser votado no Legislativo, pois previa troca de terrenos entre o município e a igreja. Por fim, a proposta do bispo venceu em uma votação apertada: 5 a 4. Quatro vereadores não compareceram à sessão.

Ele foi reeleito em 22 de julho de 1951, obtendo 142 votos. Naquela disputa, Apucarana elegeu 20 vereadores. A chapa do PTB conquistou a maior bancada, com nove representantes.

O fato mais relevante do segundo mandato foi a geadada de 1953, que gerou prejuízos à economia do município. Na tribuna da Câmara, ele cobrou providências para atender aos afetados, solicitando a não retração de crédito bancário e financiamento aos lavradores atingidos. Os jornais da época chegaram a publicar integralmente o discurso. A frase "O Brasil vive, como quase todos os povos do globo, um dos períodos mais cruciais de sua história", dita pelo vereador, chamou atenção dos jornalistas da época.

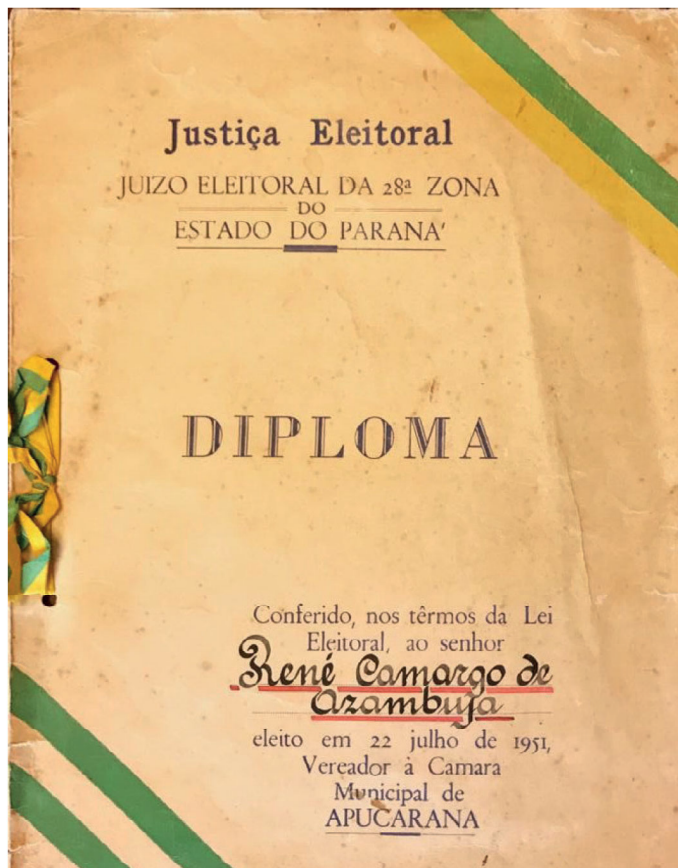
Nas campanhas eleitorais, o vereador contava com um cabo eleitoral dedicado, a esposa Alice. Apaixonada por política, ela gastava sola de sapato pedindo votos para o marido. Com forte atuação na área social, ajudou nas duas eleições do esposo para a Câmara. Em fevereiro de 1956, já afastado da Câmara, Renê Camargo de Azambuja foi designado para chefiar a agência arrecadadora de Califórnia, na função de coletor. O município vizinho havia se emancipado menos de três meses antes, em 17 de dezembro de 1955.

Em dezembro de 1957, ele acompanhou com satisfação o casamento da filha mais velha Dirce com o oficial da Polícia Militar (PM), Ernesto Emir Kugler Batista, que anos depois, entre 1961 e 1964, seria o segundo comandante da história do Batalhão de Polícia Rodoviária do Paraná. Ainda viu e acompanhou de perto o nascimento do primeiro neto, Ernesto Emir Kugler Batista Junior, em outubro de 1958.

No entanto, ele já vinha sofrendo com alguns problemas de saúde, o que o obrigou a solicitar seguidas licenças médicas do seu cargo na Secretaria da Fazenda do Paraná. Passava mal com frequência, com fortes dores abdominais, e chegou a procurar um médico em Curitiba, onde a medicina era mais avançada na época. Com diagnós-



Famílias de Renê Camargo e do prefeito Luiz José dos Santos



Diploma de vereador em Apucarana após reeleição em 1951

tico preliminar de problemas gástricos, foi medicado e voltou a Apucarana considerando-se recuperado e revigorado, tranquilizando a família.

Em meados de fevereiro de 1959, Renê Camargo acompanhou a filha Dirce, o marido e o neto de cinco meses ao aeroporto de Londrina. A família viajaria de férias para Curitiba e, depois, seguiria a Guaratuba, no litoral. Ele estava feliz, tranquilo, demonstrando a mesma calma habitual, que era uma de suas marcas registradas.

Seu quadro de saúde, no entanto, piorou inesperadamente.

Renê Camargo de Azambuja morreu em 6 de março de 1959 aos 48 anos de idade após passar mal e ser internado às pressas. No hospital em Apucarana, os médicos disseram que ele não resistiu às consequências de uma úlcera supurada.

Com grande acompanhamento popular, Renê Camargo Azambuja foi sepultado no Cemitério da Saudade. Jornais da época noticiaram a perda, como a "A Folha do Paraná". "Até o cemitério local, acompanharam seus restos mortais uma multidão incalculável de apucaraneses, que, até sua última morada, foram levar aquele que, em vida, foi um batalhador entusiasta e intransigente das causas do povo local".

Entristecida com a perda, a esposa Alice decidiu deixar Apucarana e foi morar em Curitiba em 1959 com os filhos. O ex-vereador e ex-coletor estadual foi homenageado pela Câmara, que denominou a então Rua Prudentópolis como "Rua Renê Camargo de Azambuja", ligando o centro de Apucarana ao Jardim São Pedro e à região do Bairro da Igrejinha.

Renê Camargo ficou marcado na história apucaranesa como vereador e grande orador. A esposa Alice morreu em 1991 aos 83 anos em Curitiba. Os filhos e netos vivem na capital do Estado.



CAPÍTULO

19

*O assassinato
do padre
Severino Cerutti*

***A**pucarana despertou em choque naquela manhã de quarta-feira, 1º de fevereiro de 1967, com a notícia da morte do padre Severino Cerutti, diretor do internato do Colégio São José. Ele havia sido brutalmente assassinado na noite anterior dentro das instalações do estabelecimento de ensino.*

A população ficou perplexa com a violência empregada pelo assassino, que matou o padre com 20 golpes de chave de fenda na cabeça e fugiu em um veículo utilitário do colégio. O corpo do sacerdote foi encontrado ainda no início daquela manhã por um funcionário. Depois, a polícia revelou que o crime havia ocorrido por volta das 22 horas da noite anterior, dia 31 de janeiro de 1967. O crime ganhou as páginas dos jornais da cidade e também de Curitiba.



Padre Severino Cerutti foi diretor do Colégio São José

O autor do latrocínio foi identificado como Rui Siqueira da Silva, de 23 anos. Ex-detento da Penitenciária de Curitiba, ele havia sido condenado por furto de automóvel e tinha acabado de deixar a prisão. Ele veio a Apucarana para visitar um irmão, que curiosamente era cabo da Polícia Militar (PM) e trabalhava na Delegacia de Polícia.

Depois de matar o padre com uma chave de fenda, que ficou cravada na cabeça do sacerdote, o assassino fugiu com uma Rural Willys do colégio com destino a Telêmaco Borba, onde morava outro irmão. Nas proximidades daquele município, ele bateu o veículo em uma vaca. Identificado pelos policiais que foram atender a ocorrência de trânsito, ele correu de arma em punho, embrenhando-se pela mata. Após cerco policial que durou horas, o assassino do padre foi preso em Harmonia, uma antiga localidade de Telêmaco Borba, ao procurar por comida.

Com o criminoso, a polícia encontrou documentos do padre Severino Cerutti e da Congregação dos Oblatos de São José, além de um cheque no valor de 355.690 cruzeiros e um revólver roubado do próprio religioso após o crime.

Em depoimento à polícia, ele revelou que permaneceu três dias hospedado na residência do irmão, doou sangue na véspera do crime em Apucarana para receber 3.500 cruzeiros – na época a doação de sangue era remunerada – e depois se dirigiu a uma casa de prostituição, onde saiu sem pagar, mesmo com as ameaças da proprietária de chamar a polícia.

No dia do crime, vagou pela cidade até invadir o colégio pelo refeitório no final da tarde. Encontrou o padre e pediu comida. O religioso teria dito que não poderia atendê-lo naquela hora, que voltasse no outro dia. O fato teria sido presenciado por três funcionários. O assaltante saiu sem maiores discussões, mas viu a Rural estacionada na garagem da escola e decidiu furtar o veículo para ir embora de Apucarana.

Retornou no início da noite. Imediatamente, tentou arrombar o utilitário. No entanto, percebeu uma movimentação no colégio e se escondeu no pátio. Após assistir a um programa de televisão com alguns meninos do internato, o padre decidiu levar uma funcionária do colégio para casa, porque chovia muito. Ao abrir o carro, percebeu a tentativa de furto e comentou que ladrões estavam nas redondezas, mas optou por não chamar a polícia.

Quando regressou por volta das 22 horas, o assaltante Rui Siqueira da Silva o atacou com dois socos e depois o matou com golpes de chave de fenda. Preso em Harmonia, o assassino foi transferido para Curitiba sob forte escolta policial. A população ameaçava linchá-lo na sua chegada à capital, tamanha a repercussão do latrocínio. Em entrevista ao jornal "Diário Popular", de Curitiba, o criminoso afirmou que era católico e que não tinha nada contra o padre. Garantiu estar arrependido e disse ter consumido drogas antes do crime.

Nascido em 14 de fevereiro de 1921 na cidade de Borgomanero, na província de Novara, na Itália, o padre Severino Cerutti era muito respeitado na Congregação dos Oblatos de São José. Chegou ao Brasil em 1952 para integrar a missão dos josefinos, que já estavam no país então há quase 40 anos. Os integrantes da instituição desembarcaram no Brasil em 1919, tendo como primeiro destino Curitiba, no Paraná. Depois, atuaram em várias cidades do Estado e interior de São Paulo, até se firmarem na capital paranaense, Cascavel, Londrina e Apucarana; Ourinhos e São Paulo (capital), em São Paulo; e Colniza, no Mato Grosso.

Fundada em 14 de março de 1878 na cidade italiana de Asti por José Marello, a Congregação dos Oblatos de São José iniciou pelo Brasil sua incursão na América Latina. Atualmente, está presente também no Peru e na Bolívia, além de outros países, como El Salvador, Espanha, Alemanha, Moçambique, Polônia, Índia, Filipinas, Estados Unidos, Nigéria, México e Romênia.

No Vale do Ivaí, a chegada dos padres da congregação ocorreu em 1948. Capitaneados por Armando Círio, eles assumiram a partir daquele ano paró-



Padre Severino coordenou a construção do Colégio São José em Apucarana

quias em Apucarana, Borrazópolis, Marilândia do Sul, Jandaia do Sul, Califórnia e Bom Sucesso, entre outras localidades, que, na época, ainda eram distritos, como Marumbi, Kaloré, São Pedro do Ivaí, Rio Bom, Cambira e Novo Itacolomi.

Padre Severino Cerutti veio ao Brasil com 31 anos de idade, assumindo inicialmente funções sacerdotais em Borrazópolis. Em fevereiro de 1958, foi designado para a Paróquia São Francisco de Assis, em Califórnia, sendo responsável pelo início da construção da igreja daquela comunidade. Ao mesmo tempo, coordenava as obras do Colégio São José em Apucarana.

A pedra fundamental do estabelecimento de ensino foi lançada em 11 de fevereiro de 1956 e a inauguração ocorreu três anos depois, em 1º de fevereiro de 1959, com o início das aulas do primário. Inicialmente, recebeu o nome de Escola Dom José Marelllo, em homenagem ao fundador da Congregação dos Oblatos de São José. Passados dois meses, no dia 1º de maio, foram iniciadas as aulas do curso ginásial e a inauguração do internato para rapazes. Esse curso recebeu o nome de "Ginásio Dr. Joaquim de Castro", em homenagem ao pioneiro que doou o terreno para obra. Em 1971, o nome Colégio São José foi reinstituído, permanecendo até hoje.

A indicação de Severino Cerutti para administrar a construção foi feita pelo padre Armando Círio, que precisava de alguém de confiança para esse trabalho. Afinal, ele estava muito ocupado com outra obra importante para Apucarana: a construção da Catedral Nossa Senhora de Lourdes. As novas instalações do Colégio São José foram construídas em um terreno de 20 mil metros quadrados doado por Vicente Junqueira de Castro na Rua São Paulo, na Vila Agari. Havia pressa na conclusão da obra, porque a então sede não comportava mais o número de alunos e havia fila de espera para novas matrículas.

O assassinato do padre Severino Cerutti

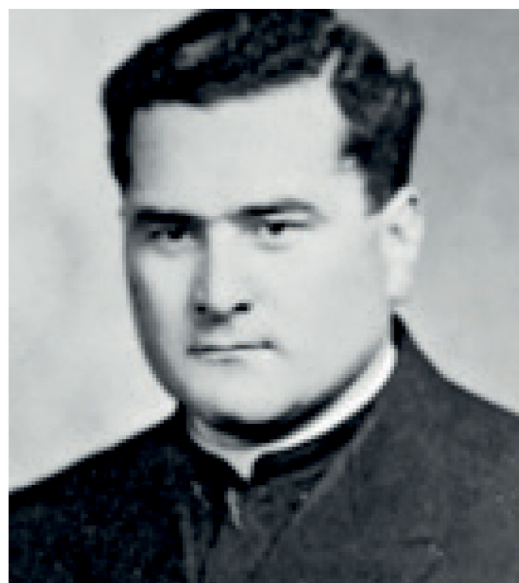
O Colégio São José surgiu em 1951, quando a congregação obteve autorização da Secretaria de Educação do Paraná para funcionamento da então Escola Paroquial São José, na Rua Osório Ribas de Paula, em frente à atual sede dos Correios, no centro.

Com a conclusão da nova sede do Colégio São José, o padre Severino Cerutti deixou definitivamente a Igreja São Francisco de Assis, em Califórnia, em fevereiro de 1960 para assumir a direção do internato, que funcionou em um anexo até 1973. Conhecido pelo temperamento forte e pela inteligência vivaz, sempre demonstrou na sua trajetória pela Congregação dos Oblatos de São José propensão para o apostolado no meio dos jovens, o que se confirmou nos anos em que permaneceu no colégio.

O assassinato interrompeu sua trajetória quando ele tinha apenas 46 anos de idade, gerando perplexidade em Apucarana. O crime também abalou os josefinos no município, que tinham acabado de deixar a Catedral com a criação da Diocese em 1964, fixando-se apenas na Paróquia São José no município, instituída oficialmente anos antes, em 22 de fevereiro de 1960. O funeral lotou a Catedral Nossa Senhora de Lourdes e gerou forte comoção. Uma multidão de católicos foi até o local para se despedir do padre. Foi decretado luto oficial por três dias em Apucarana.

Em sua homenagem, o prefeito Saul Guimarães da Costa (gestão 1966-1969) sancionou a lei 05/1967, de 10 de abril de 1967, denominando como "Rua Padre Severino Cerutti" o trecho da Rua Ponta Grossa que até então passava em frente ao Colégio São José e seguia em direção à confluência com a Avenida Minas Gerais.

O padre Severino Cerutti tornou-se nome marcante da trajetória da Congregação dos Oblatos de São José em Apucarana, juntamente com o padre Armando Círio, o padre José Canale e tantos outros sacerdotes. A instituição religiosa nascida na Itália, que foi fundamental na fundação do município, com a construção da Catedral Nossa Senhora de Lourdes e do Colégio São José, ainda hoje mantém seu protagonismo.



Padre Severino virou nome de rua em 10 de abril de 1967

Graças ao seu trabalho, o município tornou-se um dos principais centros de divulgação da fé em São José. Além do colégio, a congregação administra o Santuário São José e o Centro de Espiritualidade Josefino Marelliana (CEJM), que conta com maior acervo iconográfico de São José e de Nossa Senhora no Brasil e um dos maiores do mundo.



CAPÍTULO

20

Talita Bresolin, eterna "Luísa de Marillac"

Talita Bresolin chegou a Apucarana em 1949. Tinha apenas cinco anos de idade quando os pais Arlindo e Maria Sílvia decidiram trocar Maquiné, então distrito de Osório, no litoral do Rio Grande do Sul, pelo Norte do Paraná. Não era a única criança na viagem. Seu irmão Amanoir, então com três anos, também enfrentou o trajeto de mais de mil quilômetros de distância, correndo os três estados do sul.

A decisão de desbravar o Norte do Paraná partiu dos avós maternos de Talita, João Baptista e Angelina Vidor. Movido pelo boom da lavoura cafeeira, Apucarana atraía novos moradores de todo país e de outras regiões do mundo. Gaúchos, como a família Bresolin, foram atraídos pela promessa de prosperidade na região, assim como mineiros, paulistas e baianos, além de descendentes de japoneses, portugueses, ucranianos, poloneses, alemães, libaneses, entre outros.



A professora Talita Bresolin nasceu em Osório, no Rio Grande do Sul

A adaptação a Apucarana foi rápida. João Baptista e os filhos trabalharam com uma distribuidora de bebidas.

O comércio prosperou com a venda de vinho. O estabelecimento funcionava na esquina das atuais ruas Nagib Daher e Renê Camargo de Azambuja em um casarão de madeira, existente até os dias de hoje. O vinho era comprado no Rio Grande do Sul em tonéis para depois ser engarrafado na cidade. Além de Apucarana, a bebida era comercializada em todo Norte do Paraná. A empresa também era representante de inúmeras outras bebidas na região e foi responsável pela introdução de importantes marcas em Apucarana e região, como a caninha Tatuzinho, que chegou a ser a mais vendida no país, e de rótulos da Antarctica.

Após a morte da esposa Angelina em Apucarana, João Baptista casou-se novamente com Lavínia, que também era de Maquiné, distrito de Osório, que se tornou município apenas em 1991.

A partir de 1950, Apucarana iniciou um grande processo de desenvolvimento. As ruas de terra vermelha deram lugar gradativamente ao pavimento de pedras irregulares e depois ao asfalto; os primeiros prédios começaram a ganhar lugar no horizonte em substituição aos barracões comerciais de madeira; imponente, a Catedral Nossa Senhora de Lourdes era construída no coração da cidade como demonstração da fé católica; bancos de São Paulo, Minas Gerais e do Paraná abriram agências em praticamente todas as esquinas à espera do dinheiro do "ouro verde" que crescia nas lavouras.

Católicos fervorosos, Arlindo e Maria Sílvia logo passaram a participar da

vida da comunidade. O casal se incorporou à mobilização pela construção da atual Catedral Nossa Senhora Lourdes, trabalhando na arrecadação de mantimentos na zona rural para realização de quermesses e rifas que visavam arrecadar fundos para as obras. Trabalharam até mesmo aos finais de semana.

Também foram atuantes para viabilizar a construção de escolas ligadas à Igreja Católica, como o Colégio Nossa Senhora da Glória, o Colégio São José e o Colégio Mater Ecclesiae, que depois foi vendido para a iniciativa privada e rebatizado de Mater Dei. O casal também ajudou na administração da Irmandade Santa Casa de Misericórdia até a chegada das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo em 1956.

A família cresceu com o nascimento de Sarita em 1961. Apesar das dificuldades, a vida em Apucarana seguia sem muitos sobressaltos.

A primogênita Talita, que nasceu em 18 de julho de 1944, logo manifestou propensão ao magistério. Aos 12 anos, ingressou na Escola Normal Regional de Apucarana em 1956. Logo em seguida, transferiu-se para o Colégio Estadual Nilo Cairo, onde concluiu o Curso Ginásial. Estudou ainda na Escola Normal Colegial Ovídio Decroly e conquistou o diploma de professora do ensino primário em dezembro de 1963.

No ano seguinte, foi nomeada para o cargo de professora primária no grupo Escolar de Califórnia, a 10 km de Apucarana, onde permaneceu por pouco tempo, sendo transferida para a Inspeção Regional de Ensino, em Apucarana, na época a 22ª I.R.E e hoje o Núcleo Regional de Educação (NRE).



Talita Bresolin quando criança em Apucarana

A transferência ocorreu após um pedido da mãe Maria Sílvia feito diretamente ao padre Valdemiro Haneiko, ex-deputado estadual, então diretor do I.R.E. Ela não gostava de ver a filha pegando a estrada para trabalhar em Califórnia.

Talita se formou no magistério em um período em que Apucarana também começava a apresentar os primei-

ros problemas sociais, por conta do crescimento acelerado. Muitas famílias viviam na pobreza, sem alimentos e remédios. Como seus pais participavam ativamente da vida religiosa do município, ela passou a fazer parte da Associação Luíças de Marillac. Formado por jovens, o grupo atuava na época diretamente junto à Santa Casa de Misericórdia, hoje Hospital da Providência, atendendo famílias pobres. A inspiração dessas moças era Luísa de Marillac, uma das fundadoras – ao lado de Vicente de Paulo – da instituição “Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo”.

Aos finais de semana, Talita partia com as integrantes do grupo à procura de pessoas mais necessitadas para distribuição de alimentos e, principalmente, medicamentos. O trabalho assistencial era uma de suas características mais marcantes, assim como a alegria e a musicalidade. Tocava sanfona e ajudava a animar as confraternizações familiares e de amigos.

Com 21 anos de idade, estava com casamento marcado para o final de 1965. O vestido de noiva estava pronto e o enxoval também praticamente concluído. O destino, no entanto, iria interromper todos os seus sonhos naquele sábado, 24 de abril de 1965.

Talita e outras “Luíças de Marillac” combinaram de fazer uma visita a um senhor doente na Vila Reis. Ela e mais seis jovens se “amontoaram” em um Jeep Willys e pegaram a estrada naquela manhã fria. A BR-376 já estava asfaltada e a inauguração do trecho até Ponta Grossa, inclusive, estava marcada para ocorrer em 25 de julho daquele ano.

Talita, inicialmente, sentou-se atrás, mas trocou de lugar com outra moça e foi para o banco do passageiro, na frente. A viagem seguia normalmente, quando um pneu estourou já nas imediações da Vila Reis. O veículo tombou justamente para o lado onde estava Talita. Ela bateu com a cabeça violentamente no chão. Um caminhoneiro parou para socorrê-la, mas nada podia ser feito. Ela já estava morta, com apenas 21 anos de idade. As outras ocupantes do Jeep Willys não sofreram nenhum arranhão.

O acidente gerou enorme comoção em toda a região, principalmente em Apucarana e Califórnia. No jazigo onde ela foi sepultada, as “Luíças de Marillac” deixaram uma última mensagem à colega: “Talita, tu foste espelho que refletiu a bondade e a esperança nos corações unidos pela fé cristã. Que os anjos do Senhor sejam tua eterna companhia”.

A mãe Maria Sílvia e o pai Arlindo se apegaram ainda mais à religião para

Talita Bresolin, eterna “Luísa de Marillac”

superar a dor, participando ativamente da vida da igreja. Maria Sílvia criou inúmeras teorias para tentar justificar ou enxergar as mãos divinas na tragédia. Morreu aos 92 anos de idade ainda chorando pela morte da filha mais velha.

Talita Bresolin recebeu homenagens póstumas nas duas cidades onde atuou profissionalmente. Em Apucarana, virou nome de rua dois meses após sua morte. A lei 17/1965 foi sancionada em 22 de junho daquele ano pelo prefeito Álvaro Aníbal Lautenschlager, rebatizando a então Rua Biguaçu.

Em Califórnia, a professora foi homenageada dando nome ao Ginásio Estadual de Califórnia, criado em 25 de setembro de 1965. Em 9 de maio de 1980, o estabelecimento passou a ser chamado de Escola Talita Bresolin – Ensino de 1º Grau e, em 17 de março de 1982, transformou-se finalmente no Colégio Estadual Talita Bresolin – Ensinos de 1º e 2º Graus.

Sua irmã, Sarita Bresolin, foi miss Apucarana em 1979 e a homenageou dando o nome de Talita à filha. O outro irmão, Amanoir Bresolin, foi um dos primeiros funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) de Apucarana, onde se aposentou.

A Rua Talita Bresolin liga o centro da cidade ao Bairro da Igrejinha. Com mais de 40 anos de história, já testemunhou transformações na vida urbana, da inauguração da Praça dos Pioneiros, rebatizada de Praça Desembargador Jorge Andriguetto em 1994; do Quarteirão das Personalidades em 2010 e do atual Espaço das Feiras, ao lado do Cemitério da Saudade.

Outros dois integrantes da família também foram homenageados. O seu pai Arlindo Bresolin denomina uma rua no loteamento de chácaras Mate Amargo. A lei 116/95 foi sancionada em 6 de dezembro de 1995. Já o seu avô João Baptista Vidor dá nome a uma via no Jardim Esperança. A criação desta rua consta no decreto 6 de 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Antonio Padilha. Futebol Paranaense – Interior Bom de Bola. [s.l.], Gráfica Canadá, 2005.

ACERVO DIGITAL da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornais pesquisados: Correio Paulistano, Diário do Paraná, Diário Popular, Gazeta Esportiva, O Dia e Paraná Esportivo. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

BENTO MUNHOZ DA ROCHA. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Bento-Munhoz-da-Rocha-Netto> Acesso em 14 de agosto de 2020

BLUM, Luciane. Desenvolvimento da atividade comercial varejista: o caso Londrina-PR. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006

BREMBATTI, Katia. CR Almeida recebe R\$ 2,3 bilhões do Paraná por dívida de obra entregue há quase 50 anos. Gazeta do Povo. Curitiba, 20 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/cr-almeida-recebe-de-uma-so-vez-r-23-bilhoes-do-tesouro-do-parana/>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Caetano-Munhoz-da-Rocha> Acesso em 14 de agosto de 2020

CIA. DE MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/historia/>. Acesso em 14 de agosto de 2020

CABRAL, Thainara. De professora a fundadora de hospital: a história de luta da barbareense Pérola Byington. G1. Piracicaba, 16 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/santa-barbara-doeste-200-anos/noticia/2018/12/16/de-professora-a-fundadora-de-hospital-a-historia-de-luta-da-barbareense-perola-byington.ghtml>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

CARDOSO, Custódia Maria; **PEREIRA**, Egnalda Rocha. Nossa história – Catedral de Apucarana – Ano 50. Apucarana, PR. Gráfica Diocesana, 1994.

CARNASCIALI, Rogério. Apucarana, uma história de sucesso no Norte do Paraná. Apucarana, PR. Editoria Identidade Cultural, 2015.

CLOTÁRIO DE MACEDO PORTUGAL. Disponível em: <https://www.tjpr.>

jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-clotario-de-macedo-portugal/397262?inheritRedirect=false. Acesso em 14 de agosto de 2020

CR ALMEIDA recebe R\$ 2,3 bilhões pela obra da ferrovia Central do Paraná, inaugurada há quase 43 anos. *Contraponto*, 2020. Disponível em: <https://contraponto.jor.br/cr-almeida-recebe-r-23-bilhoes-pela-obra-da-ferrovia-central-do-parana-inaugurada-ha-quase-45-anos/>. Acesso em 22 de julho de 2020.

COSTA, Heron Heloy; **BONI**, Paulo César. Futebol em Apucarana: a fotografia e a relação de identidade da população com times locais. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2012. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-1106-1.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2020, às 10h27.

DOMINGUES, Marsio. *Revista Vivo Apucarana*. Edição comemorativa do cinquentenário do Município de Apucarana. Apucarana, PR, 1994.

ELLERO, Thayz de Souza. A miscigenação na influência da manutenção da cultura camponesa ucraniana no período da colonização do município de Apucarana, Norte do Paraná, Brasil. Universidade Estadual de Maringá (UEM).

ERASTO GAERTNER. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gaertner-erasto> Acesso em 14 de agosto de 2020.

FABRINI, Flávio. Formação socioespacial do Noroeste do Paraná e a ação da Companhia Colonizadora Byington. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.

FARIA, Maria do Carmo Carvalho. Apucarana – Processo de ocupação e colonização. In: VII Congresso Internacional de História. Maringá, 2015.

FERNANDES, José Corrêa. *Das Colinas do Pitangui*. Ponta Grossa, PR. Editora Planeta, 2003.

FERNANDO, Miguel. Lord Lovat, o inglês mais influente do Norte do Paraná. *Gazeta do Povo*, 2011. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/lord-lovat-o-ingles-mais-influente-do-norte-do-parana-bdnd7qlp-5zyd8vtau46zaf9e6/>. Acesso em 29 de julho de 2020.

FONTANINI, Khyara Gabrielly Mendes. Memória familiar: caderno de receitas dos avôs Heber José Fontanini e Ana Schab. In: XIII Congresso Nacional de Educação, 2017. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24695_12065.pdf. Acesso em 29 de junho de 2020.

FREIRE, Rafael de Luna. Da geração de eletricidade aos divertimentos elétricos: a trajetória empresarial de Alberto Byington Jr. antes da produção de filmes. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862013000100007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 22 de julho de 2020.

GASTÃO VIDIGAL. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gastao-de-costa-carvalho-vidigal>. Acesso em 14 de agosto de 2020.

GRUNER, Clóvis. As letras da cidade ou quando a literatura inventa o urbano – leitura e sensibilidade moderna na Curitiba da Primeira República. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000100003. Acesso em 13 de julho de 2020.

HISTÓRIA DE APUCARANA. Disponível em <http://www.apucarana.pr.gov.br/ame/historia/>. Acesso em 9 de junho de 2015

IORIO, Regina Elena Saboia. A Novella Paranaense. O Mais "Arrojado" Empreendimento Literário do Paraná nos Anos 20. Cadernos da Escola de Comunicação. Curitiba, 2013. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoscomunicacao/article/view/1903>. Acesso em 13 de julho de 2020.

IORIO, Regina Elena Saboia. Intrigas & novelas. Literatos e literatura em Curitiba na década de 1920. Curitiba, 2003. Disponível em <http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2004/Reginaelenasaboiaiorio.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2020.

JOÃO CÂNDIDO FERREIRA. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Joao-Candido-Ferreira> Acesso em 14 de agosto de 2020.

JORNAIS de Apucarana pesquisados: A Folha do Paraná, A Semana, Comarca de Apucarana, Correio do Lavrador, Folha de Apucarana, Gazeta de Apucarana, O Clarim e Tribuna do Norte.

KLEIN, Fernando. Paróquia Santuário São José de Apucarana – Símbolo da Pre-

sença dos Oblatos no Vale do Ivaí. Apucarana, PR. Gráfica Diocesana, 1998.

KLEIN, Fernando. Uma abordagem histórica da Congregação dos Oblatos de São José no Brasil – 1919-2009. Província Nossa Senhora do Rocio – Congregação dos Oblatos de São José. Curitiba, PR, 2009.

LEANDRO, José Augusto. Palco e tela na modernização de Castro. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1995.

LOPES, José Carlos Neves; BRAGA, Newton de Camargo. Meu pai e a ferrovia... Uma breve história fotográfica da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (1924-1944).

UEN: Universidade Estadual do Norte do Paraná. Cornélio Procópio, 2014.

LÔR, Victor Aroldo. Álbum comemorativo do 25º aniversário de Emancipação Política do Município de Apucarana Estado do Paraná. Apucarana, PR. Gráfica Wilger, Apucarana, e Indústrias Gráficas Santa Terezinha, Arapongas. 1968.

MARENA, Ninger Ovidio. Apucarana através de suas ruas. Apucarana, PR. Museu Histórico Regional. Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, 1988.

MILLARCH, Aramis. A morte de Sá Barreto, o intelectual dos anos 20. Curitiba, 1986. Disponível em: <https://www.millarch.org/artigo/morte-de-sa-barreto-o-intelectual-dos-anos-20>. Acesso em 14 de julho de 2020.

NUNES, Layane Alves. Os investimentos na colonização do norte do Paraná direcionados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, e a comercialização das terras. In: II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos e III Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais e II Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Londrina, 2017. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/134258.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2020.

OSWALDO CRUZ. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia> Acesso em 14 de agosto de 2020.

PINTO, Rui Cavallin. A Arca da Memória – Apucarana. Curitiba, PR. Edição do autor, 2007.

RAMPATTO, Maurílio; **GUILHERME**, Cássio Augusto; **CRESTANI**, Leandro de Araújo (Org). História do Paraná: migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões Norte, Noroeste e Oeste do Estado. Depósito Legal na Biblioteca Nacional. Divulgação eletrônica. Toledo, 2016.

ROSA, José de Oliveira. Minhas Memórias. Apucarana, PR. Gráfica da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, 1985.

ROSA, José de Oliveira. Apucarana, nossa terra. Apucarana, PR. [s.n.], 1991.

ROTARY CLUB APUCARANA – 50 ANOS – 1946 a 1996. Apucarana, PR. [S.l.: s.n.]. 1996.

SILVA, Armando Silva. Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa – 1904-1973. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993.

SOBRINHO, Francisco Soares Dias. Norte do Paraná – Apucarana em Prosa e Verso. Apucarana – PR, Gráfica Diocesana, 2007.

SOBRINHO, Francisco Soares Dias. Paróquia Nossa Senhora de Lourdes – 70 anos. Apucarana, PR. Gráfica Diocesana, 2013.

SOBRINHO, Francisco Soares Dias Sobrinho. Apucarana reverencia a memória de Sá Barreto. Apucarana, PR. (s.i); (s.n).

SWARTZ, Widson. Apucarana e seu primeiro prefeito. Folha de Londrina, 2013. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/apucarana-e-o-seu-primeiro-prefeito-831087.html>. Londrina, Paraná. Acesso em 3 de agosto de 2020.

SWARTZ, Widson. Não se deixava perturbar pelas “caçoadas”. Folha de Londrina, 2013. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/nao-se-deixava-perturbar-pelas-cacoadas-831089.html>. Londrina, 2013. Acesso em 3 de agosto de 2020.

TCHOPKO, Dorotéa. Cultura e religião na Colônia Nova Ucrânia. In: Salão de Extensão e Cultura 2008. Faculdade de Apucarana – FAP. Apucarana, 2008.

ENTREVISTA AO AUTOR E DEPOIMENTOS

Abílio Domingues **OLIVEIRA**, ex-jogador do Gera.

Alvaro de **OLIVEIRA**, ex-diretor do Colégio São José.

Dennis **SARIDAKIS**, neto de Antônio Ostrensky.

Deonisa **DIADIO**, diretora do Colégio Nossa Senhora da Glória.

Dirce Aparecida Azambuja **BATISTA**, filha de Renê Camargo de Azambuja.

Eloyr Bernardo **MILANO**, ex-vereador de Apucarana.

Giuseppina Zanchi **DAHER**, esposa de Nagib Daher.

Halha Ostrenski **SARIDAKIS**, filha de Antônio Ostrensky.

Humberto **AOMOTO**, neto de Yoshinori Fukushima e sobrinho de Noboru Fukushima.

Jeroslau **SKROBOT**, irmão de Eleotéria Skrobot.

Joaquim Francisco Gonçalves de Brito **AMARO**, jornalista e ex-colega de Horeslau Saviski.

José Antonio **BERTOLIN**, diretor do Colégio São José.

Joseane **DAHER**, filha de Nagib Daher.

Leonida **SAVISKI**, irmã de Horeslau Saviski.

Luiz **MUNHOZ**, ex-morador da Fazenda Santo Ângelo, de Carlos Schmidt.

Marcelo de Paula **CHECONI**, neto de Osório Ribas de Paula.

Maria Ilse **FONSECA**, filha de Clóvis da Fonseca.

Makiko Fukushima **AOMOTO**, filha de Yoshinori Fukushima e irmã de Noboru Fukushima.

Nivaldo Rafael **FONTANINI**, filho de Ítalo Ado Fontanini.

Nilton **FUKUSHIMA**, neto de Yoshinori Fukushima e sobrinho de Noboru Fukushima.

Onésima **DZIOBA**, irmã da Congregação das Irmãs Servas de Maria Imaculada e colega da Irmã Eleotéria Skrobot.

Rossano **CAVALARI**, escritor e historiador de Cruz Alta (RS).

Rui Cavallim **PINTO**, escritor e procurador aposentado.

Sarita **BRESOLIN**, irmã de Talita Bresolin.

Tadeu **SIMIÃO**, neto de Miguel Simião.

Teresinha Cunha de Paula **MARCONDES**, filha de Osório Ribas de Paula.

Sérgio Adão **SIMIÃO**, neto de Miguel Simião.

Sueli **BIAZZI**, neta de Elidio Stabile.



Sobre o autor

Fernando Klein é formado em jornalismo e mestre em estudos literários. É autor dos livros Paróquia Santuário São José de Apucarana – Símbolo da Presença dos Oblatos no Vale do Ivaí e Uma abordagem histórica da Congregação dos Oblatos de São José no Brasil – 1919-2009



CAPA: Fotopostal Colombo

FOTOS: Arquivo das famílias, jornais antigos e arquivo digital do município



Secretaria Municipal da Promoção
Artística, Cultural e Turística

